



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA
E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**“A Ameaça da Guatemala”: As representações do golpe contra Jacobo
Árbenz em 1954 e o anticomunismo nas páginas d’*O Globo***

BRUNO DE MIRANDA CORRENTE



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE, CULTURA
E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

**“A Ameaça da Guatemala”: As representações do golpe contra Jacobo
Árbenz em 1954 e o anticomunismo nas páginas d’*O Globo***

BRUNO DE MIRANDA CORRENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. doutor Paulo Renato da Silva

Foz do Iguaçu

2026

BRUNO DE MIRANDA CORRENTE

“A Ameaça da Guatemala”: As representações do Golpe contra Jacobo Árbenz em 1954 e o anticomunismo nas páginas d’*O Globo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. doutor Paulo Renato da Silva
UNILA

Prof. doutora Endrica Geraldo
UNILA

Prof. doutor Rodolpho Gauthier Cardoso dos Santos
Instituto Federal de Minas Gerais

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

C824a

Corrente, Bruno de Miranda.

A ameaça da Guatemala: as representações do golpe contra Jacobo Árbenz em 1954 e o anticomunismo nas páginas d'O Globo / Bruno de Miranda Corrente. – Foz do Iguaçu, 2026.
150 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação em História. Foz do Iguaçu, 2026.

Orientador: Paulo Renato da Silva.

1. Guatemala – História – 1945-1985. 2. Movimentos anticomunistas. 3. Imprensa – Brasil. 4. O Globo (Jornal). 5. Arbenz Guzman, Jacob, 1913-1971. I. Silva, Paulo Renato da. II. Universidade Federal da Integração Latino-Americana. III. Título.

CDU 94(728.1)"1954"

AGRADECIMENTOS

Em um primeiro momento gostaria de agradecer ao professor Paulo por toda sua gentileza de sempre. Apesar da elevada carga de tarefas que fazem parte da vida acadêmica, ele sempre se mostrou solícito para ajudar em que precisasse. Para além da minha admiração como profissional e por aquilo que me ensinou como professor, fica aqui minha admiração pela pessoa. Muito obrigado, sem você não seria possível.

Gostaria também de agradecer aos meus familiares, especialmente aos meus pais, que desde a infância me incentivaram a estudar e seguem sendo fonte constante de apoio. Foram meus primeiros professores, e a eles dedico profunda gratidão.

Estendo meus agradecimentos aos meus avós, tios e primos, que, de diferentes maneiras, me auxiliaram ao longo dessa trajetória e sempre estiveram ao meu lado.

Também fazem parte dessa trajetória meus amigos, tanto aqueles que fiz no curso de História e que trilharam parte desse percurso comigo, quanto outros que, mesmo fora desse espaço, se fizeram presentes.

Agradeço, ainda, aos professores que compõem a banca examinadora. À professora Endrica, com quem tive o privilégio de ter aulas durante o mestrado, e ao Rodolpho, pela disponibilidade em participar da banca – assim como pela contribuição em uma aula ministrada ao longo do curso, mesmo à distância.

Gostaria de agradecer aos funcionários da UNILA – professores, técnicos e demais trabalhadores da universidade – que, de alguma forma, contribuíram e durante esse processo.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro concedido durante a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as representações do jornal *O Globo* sobre o golpe de Estado contra Jacobo Árbenz, ocorrido na Guatemala em 1954. Busca-se compreender como o evento foi apresentado e repercutido pela imprensa brasileira. Inserido no contexto da Guerra Fria, o episódio guatemalteco constituiu um marco na história da América Latina ao representar o primeiro êxito da CIA no continente, com o triunfo da operação secreta PBSUCCESS. O estudo propõe investigar de que maneira *O Globo* analisou e se posicionou em relação ao golpe, bem como compreender como a Guatemala e o presidente Árbenz foram retratados ao longo de 1954. Considera-se que tais representações foram construídas a partir de uma perspectiva anticomunista característica da grande imprensa no período inicial da Guerra Fria. Como referencial teórico nos apropriamos dos conceitos de “esquemas intelectuais incorporados” e de “lutas de representações” de Roger Chartier. No campo metodológico, recorreremos às contribuições de Tania Regina de Luca e José D’Assunção Barros, que orientam o uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa histórica. Dessa forma, reforça-se a importância da imprensa em uma perspectiva transnacional, ao evidenciar como um golpe ocorrido na América Central foi interpretado por um jornal brasileiro. Conclui-se, portanto, que *O Globo* legitimou o golpe contra Árbenz, uma vez que, como representante de setores liberais e anticomunistas brasileiros, difundiu representações que vinculavam o comunismo a uma ameaça à democracia liberal. Nesse sentido, o jornal instrumentalizou uma retórica que associava conquistas sociais, como a ampliação dos direitos trabalhistas e a reforma agrária, ao avanço do chamado “perigo vermelho”, apresentando a deposição do governo guatemalteco como uma resposta necessária à suposta ameaça comunista no continente americano.

Palavras-chave: *O Globo*. Anticomunismo. Representações. Golpe Guatemala 1954. Jacobo Árbenz.

ABSTRACT

This study aims to analyze the representations of the newspaper *O Globo* regarding the coup d'état against Jacobo Árbenz, which took place in Guatemala in 1954. It seeks to understand how this event was presented and discussed within the Brazilian press. Situated in the context of the Cold War, the Guatemalan episode represented a landmark in Latin American history as it marked the first successful CIA operation on the continent, culminating in the triumph of the covert operation PBSUCCESS. The study proposes to examine how *O Globo* interpreted and positioned itself in relation to the coup, as well as how Guatemala and President Árbenz were portrayed throughout 1954. These representations are understood as being constructed from an anti-communist perspective characteristic of the mainstream press in the early Cold War period. The theoretical framework draws on Roger Chartier's concepts of "embodied intellectual schemes" and "struggles of representation." Methodologically, the research engages with the contributions of Tania Regina de Luca and José D'Assunção Barros, who provide guidance for using the press both as a historical source and as an object of historical inquiry. In this sense, the study reinforces the importance of the press in a transnational perspective, highlighting how a coup that took place in Central America was interpreted by a Brazilian newspaper. It concludes that *O Globo* legitimized the coup against Árbenz, insofar as, as a representative of liberal and anti-communist sectors of Brazilian society, it disseminated representations that framed communism as a threat to liberal democracy. In this regard, the newspaper mobilized a discourse that associated social achievements, such as the expansion of labor rights and agrarian reform, with the advance of the so-called "red scare," presenting the overthrow of the Guatemalan government as a necessary response to the alleged communist threat in the American continent.

Keywords: *O Globo*. Anti-communism. Representations. Guatemalan Coup 1954. Jacobo Árbenz.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las representaciones del periódico *O Globo* sobre el golpe de Estado contra Jacobo Árbenz, ocurrido en Guatemala en 1954. Se busca comprender cómo este acontecimiento fue presentado y difundido en la prensa brasileña. Enmarcado en el contexto de la Guerra Fría, el episodio guatemalteco constituyó un hito en la historia de América Latina, al representar el primer éxito de la CIA en el continente, con el triunfo de la operación encubierta PBSUCCESS. El estudio propone examinar de qué manera *O Globo* interpretó y se posicionó frente al golpe, así como comprender cómo fueron representados Guatemala y el presidente Árbenz a lo largo de 1954. Se considera que dichas representaciones fueron construidas desde una perspectiva anticomunista, característica de la gran prensa en el período inicial de la Guerra Fría. El marco teórico se basa en los conceptos de “esquemas intelectuales incorporados” y “luchas de representaciones” de Roger Chartier. En el plano metodológico, se recurre a las contribuciones de Tania Regina de Luca y José D’Assunção Barros, quienes orientan el uso de la prensa como fuente y objeto de investigación histórica. En este sentido, se refuerza la importancia de la prensa desde una perspectiva transnacional, al evidenciar cómo un golpe ocurrido en América Central fue interpretado por un periódico brasileño. Se concluye que *O Globo* legitimó el golpe contra Árbenz, en la medida en que, como representante de sectores liberales y anticomunistas de la sociedad brasileña, difundió representaciones que vinculaban el comunismo con una amenaza a la democracia liberal. En este sentido, el periódico instrumentalizó un discurso que asociaba las conquistas sociales, como la ampliación de los derechos laborales y la reforma agraria, con el avance del llamado “peligro rojo”, presentando la deposición del gobierno guatemalteco como una respuesta necesaria ante la supuesta amenaza comunista en el continente americano.

Palabras clave: *O Globo*. Anticomunismo. Representaciones. Golpe de Guatemala de 1954. Jacobo Árbenz.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagramação para o leitor do jornal: zonas de interesse.....	45
Figura 2 – Analisando as zonas de interesse do jornal O Globo.....	46
Figura 3 – Analisando as zonas de interesse do jornal O Globo.....	47
Figura 4 - Capa d'O Globo (09/02).....	95
Figura 5 – Mapa da América Central e distribuição demográfica de comunistas.	113
Figura 6 – mapa da América Central elaborado por Frank Arnau.....	124
Figura 7 – Os guatemaltecos exilados no Brasil em 1954.....	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFP	Agence France-Presse
CIA	Agência Central de Inteligência
CTAL	Confederação dos Trabalhadores da América Latina
FJD	Frente da Juventude Democrática
INS	International News Service
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organizações das Nações Unidas
ORIT	Organização Regional Interamericana de Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
R	Reuters
SAPPP	Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SIP	Sociedade Interamericana de Imprensa
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
UFCo	United Fruit Company
UP	United Press

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	20
1.1 – AS REPRESENTAÇÕES DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS NO BRASIL	20
1.2 – OS JORNAIS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO EM HISTÓRIA	33
1.2.1 – Breves apontamentos sobre <i>O Globo</i> e o nosso método.....	40
1.3 – O ANTICOMUNISMO NO BRASIL	50
1.3.1 – Questões sociais: trabalhismo, sindicalismo, movimento campestre e a reforma agrária no Brasil na década de 1950.	54
1.4 – O INÍCIO DA GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA	62
1.4.1 – O governo de Jacobo Árbenz (1951–1954).....	66
CAPÍTULO II	72
2.1 – AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUATEMALA DE JACOBO ÁRBENZ NO JORNAL <i>O GLOBO</i>	72
2.1.1 – O comunismo por vias democráticas	73
2.1.2 – O movimento trabalhista como perigo vermelho	75
2.1.3 – A questão da liberdade de imprensa.....	81
2.1.4 – A perspectiva guatemalteca	84
2.2 – A DÉCIMA CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE CARACAS	89
2.2.1 – Costa Rica não vai à Caracas	96
2.2.2 – A resolução anticomunista	98
2.2.3 – A Declaração de Caracas	104
2.3 – COMPRAS DE ARMAS DA TCHECOSLOVÁQUIA E A OFENSIVA CONTRARREVOLUCIONÁRIA	106
2.4 – A INVASÃO DA GUATEMALA E O GOLPE CONTRA JACOBO ÁRBENZ	119
2.4.1 – A invasão à Guatemala e os contrastes informativos n’ <i>O Globo</i>	119
2.4.2 – “O menino, o papagaio e a Guatemala”	126
2.4.3 – Da queda de Árbenz à consolidação de Castillo Armas	129
2.5 – A QUESTÃO DOS EXILADOS GUATEMALTECOS NO BRASIL	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as representações do golpe de Estado contra o presidente guatemalteco Jacobo Árbenz Guzmán¹ (1914–1971), em 1954, no jornal *O Globo*. Busca-se compreender como esse periódico construiu representações sobre os acontecimentos na Guatemala, especialmente no que se refere ao golpe e aos sentidos a ele atribuídos. Interessa, ainda, examinar como o jornal, a partir de uma perspectiva marcada por um acentuado anticomunismo, contribuiu para a construção de representações que legitimavam o golpe.

Entre 1932 e 1944, a Guatemala viveu sob um regime ditatorial, bastante marcado pela repressão às populações indígenas e camponesas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a retórica democrática defendida pelos Estados Unidos da América estimulou o surgimento de movimentos oposicionistas em diversos países da América Latina. Nesse contexto de abertura política latino-americana, eclodiu em outubro de 1944 a Revolução Guatemalteca, liderada por Francisco Javier Arana² (1905–1949), Jacobo Árbenz e Jorge Toriello Garrido³ (1908–1997), movimento que, apoiado por intensas mobilizações populares, derrubou o regime autoritário.

Após a deposição do regime ditatorial, Arana, Árbenz e Toriello instituíram uma junta provisória e convocaram eleições, vencidas pelo professor de filosofia Juan José Arévalo⁴ (1904–1990) em dezembro de 1944. Empossado em 1945, Arévalo iniciou um ciclo de mudanças que incluiu a ampliação dos direitos trabalhistas, o estímulo à organização sindical, a criação de um sistema de seguridade social e a promulgação de um novo Código de Trabalho⁵. Essas medidas buscavam consolidar instituições democráticas e ampliar a participação popular, no entanto despertaram forte oposição de setores conservadores, sobretudo grandes proprietários rurais.

¹ Jacobo Árbenz Guzmán (1913–1971), militar de carreira e presidente da Guatemala (1951–1954), integrou o movimento de 1944 e articulou políticas nacionalistas no período revolucionário.

² Francisco Javier Arana (1905–1949), militar e chefe das Forças Armadas no pós-1944, tornou-se figura central nas tensões políticas, afastando-se progressivamente dos ideais revolucionários.

³ Jorge Toriello Garrido (1908–1997), empresário ligado a setores urbanos, representou uma ala civil na condução inicial do processo revolucionário.

⁴ Juan José Arévalo (1904–1990), filósofo e educador, foi o primeiro presidente democraticamente eleito na história da Guatemala, após a Revolução de 1944.

⁵ O Código de Trabalho, promulgado em 1947 no governo de Arévalo, instituiu jornada de 8 horas, garantiu o direito sindical e de greve, regulamentou o trabalho infantil e das mulheres, fixou normas de salubridade e segurança no local de trabalho, além de criar tribunais trabalhistas. Sobre o tema, ver: GRANDIN, 2004, p. 24

Eleito em 1950, Árbenz aprofundou as reformas iniciadas por Arévalo, sobretudo com o Decreto 900⁶, que instituiu uma ampla reforma agrária e atingiu interesses da United Fruit Company (UFCo)⁷. O conflito com as elites locais e com os Estados Unidos intensificou-se, culminando em 1954 na intervenção orquestrada pela Agência Central de Inteligência (CIA) por meio da operação PBSUCCESS⁸. A campanha incluiu invasões armadas lideradas por Carlos Castillo Armas⁹ (1914–1957) e intensa guerra psicológica¹⁰ – inclusive com o apoio da imprensa internacional –, levando Árbenz à renúncia e consolidando o golpe.

Como o trabalho analisa as representações veiculadas pelo *O Globo* sobre a queda do presidente Árbenz, adotamos como referencial a História Cultural, especialmente o conceito de representação desenvolvido por Roger Chartier. Para o autor, “[a história cultural] tem por principal objecto [sic] identificar o modo como [...] uma determinada realidade social é construída, pensada [e] dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 17). Segundo Chartier, as representações não são reflexos da realidade, mas são formas de construção simbólica do mundo social. Assim, compreender como os acontecimentos são representados nas páginas do jornal exige considerar tanto os discursos produzidos quanto os contextos de sua produção.

Nessa perspectiva, o autor destaca que as representações podem ser moldadas por “esquemas intelectuais incorporados”, isto é, estruturas de interpretação formadas historicamente que permitem aos grupos atribuir sentido ao presente e tornar inteligível o outro. Ao mesmo tempo, o autor enfatiza a existência de “lutas de representação”, nas quais diferentes atores disputam a legitimidade de suas interpretações sobre a realidade social. Tais disputas simbólicas são fundamentais

⁶ O Decreto 900 (1952), durante o governo de Jacobo Árbenz Guzmán, estruturou a reforma agrária guatemalteca, ao prever a redistribuição de terras ociosas e enfrentar a concentração fundiária.

⁷ A United Fruit Company, empresa estadunidense com vastas propriedades na Guatemala, foi diretamente afetada pela reforma agrária e atuou na pressão política que antecedeu o golpe de 1954. “Funcionava com um estado dentro do estado” (SCHLESINGER; KINZER, 1982, p. 26)

⁸ A Operação PBSUCCESS, orquestrada pela CIA, combinou apoio a forças opositoras, operações paramilitares e intensa guerra psicológica, incluindo rádio clandestina, com o objetivo de desestabilizar o governo guatemalteco e provocar sua queda.

⁹ Carlos Castillo Armas (1914–1957), militar guatemalteco, liderou forças insurgentes na invasão à Guatemala, com apoio dos Estados Unidos, derrubando o governo de Jacobo Árbenz e assumindo posteriormente a presidência.

¹⁰ A guerra psicológica consiste no uso planejado de propaganda, intimidação e desinformação com o objetivo de influenciar emoções, criar pânico e minar o moral do adversário para derrotá-lo sem depender exclusivamente do confronto bélico direto. Foi uma das táticas centrais da operação PBSUCCESS.

para compreender como determinados grupos procuram impor sua visão de mundo e seus valores no espaço público.

Nesse sentido, é importante destacar que, a partir da década de 1950, a imprensa brasileira passou por um processo de modernização que consolidou os jornais como empresas altamente profissionalizadas, com maior divisão de tarefas e circulação ampliada nas grandes cidades. Nesse mesmo período, o segundo governo de Getúlio Vargas (1882–1954), exercido entre 1951 e 1954, foi marcado por intensas disputas políticas e forte polarização. Inserido no cenário da Guerra Fria, o período também foi atravessado pelo crescimento do anticomunismo. Como observa Rodrigo Patto Sá Motta, “o Estado norte-americano empenhou o peso de seu poder e riqueza na sustentação aos grupos dispostos a enfrentar o ‘inimigo’ comunista” (MOTTA, 2000, p. 6).

Com a expansão do anticomunismo durante a Guerra Fria, consolidou-se um conjunto de representações destinado a caracterizar o comunismo e os comunistas de maneira profundamente negativa, associando o chamado “perigo vermelho” a ideias de ameaça política, desordem social e destruição moral

A ação dos comunistas traria formas de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta implicaria em pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas. (MOTTA, 2000, p. 72)

Essas representações vinculavam o comunismo a experiências consideradas nocivas e perigosas, inclusive pelo receio de que ameaçassem o regime democrático-liberal. Nesse contexto, conquistas políticas e sociais ocorridas na Guatemala à época – como direitos trabalhistas, o processo de sindicalização e a reforma agrária – foram narradas pelo jornal como uma ameaça, em nível continental, à democracia liberal. Tais medidas, associadas pelo periódico ao governo guatemalteco, também serviram como instrumento de crítica ao governo Vargas.

Assim, nossa pesquisa analisa as representações difundidas pelo *O Globo* sobre o governo de Jacobo Árbenz, evidenciando como o jornal propagou a ideia de uma “ameaça comunista”, embora as reformas empreendidas pelo governo guatemalteco correspondessem a reivindicações próprias do modelo democrático e plenamente inseridas na lógica capitalista. Dessa forma, o discurso que associava o

comunismo a uma ameaça à democracia expressava, também, a defesa de interesses políticos e econômicos do periódico, especialmente da propriedade privada.

Das literaturas analisadas, constata-se a existência de várias obras em inglês e espanhol sobre o golpe contra Árbenz na Guatemala em 1954. No entanto, o debate em língua portuguesa ainda se mostra escasso. Ao examinar a historiografia, torna-se evidente que muitas dessas obras utilizam como fontes de análise uma documentação de caráter oficial – documentações diplomáticas, presidenciais e de secretários de governos. A produção acadêmica que aborda a temática a partir do uso da imprensa como fonte e objeto de pesquisa ainda é bastante limitada.

Dessa forma, busca-se preencher lacunas historiográficas em dois aspectos: I) a escassez de estudos em língua portuguesa sobre a temática do golpe de 1954 na Guatemala; II) uma análise sobre como a imprensa brasileira – mais precisamente *O Globo* – repercutiu esse acontecimento. Ao privilegiar a imprensa como fonte, nosso trabalho propõe uma abordagem capaz de lançar novas luzes sobre um dos eventos centrais da Guerra Fria no contexto latino-americano.

Além de contribuir com a pesquisa sobre o tema em língua portuguesa, busca-se expandir suas interpretações, utilizando-se de fontes históricas pouco trabalhadas para a compreensão do golpe. Ademais, pretende-se colaborar para uma perspectiva transnacional ao pensar como um jornal brasileiro reagiu aos conflitos históricos que ocorreram na América Central. Região que, em geral, permanece à margem do nosso campo de observação e recebe menor destaque no debate acadêmico.

O recorte temporal escolhido é o ano de 1954, período que representou um endurecimento da política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina. Antes mesmo do triunfo da Revolução Cubana em 1959, o golpe contra Árbenz serviu para expandir o combate contra a “ameaça comunista” no continente. Com o acirramento das disputas políticas em escala continental no

contexto da Guerra Fria, “a [política de] não intervenção foi oficialmente interrompida com os acontecimentos na Guatemala.” (SILVA, 2016, p. 156)¹¹.

Além disso, convém destacar o grande impacto que o jornal *O Globo* tinha na sociedade brasileira na década de 1950 – e ainda tem –, especialmente em 1954, pois foi o jornal com maior número de tiragens no Brasil, ultrapassando os cem mil exemplares (GANSTER, 2017, p. 38). Vale frisar que 1954 foi um ano de intenso debate no cenário político brasileiro e *O Globo* foi personagem central, um dos eventos mais marcantes talvez seja o próprio suicídio de Getúlio Vargas¹².

Antes de 1954, o governo do presidente Árbenz já havia sido mencionado algumas vezes pel’*O Globo*. Em 1951, uma breve nota informava que a Guatemala se encontrava em estado de sítio, em razão de levantes promovidos por grupos opositores ao governo. Embora indicasse um cenário político conturbado, a matéria reproduzia o discurso oficial guatemalteco ao afirmar que se buscava “restabelecer a ordem em todo o país” (GLOBO, UP, 13 jul. 1951, 1ª seção, p. 2).

A partir de 1952, as matérias se tornaram críticas ao governo guatemalteco, um considerável número dessas matérias foram veiculadas a partir de agências de notícias internacionais¹³. Em uma reportagem publicada pel’*O Globo* a partir da United Press (UP)¹⁴, informou-se que Árbenz era um dos “Cinco presidentes

¹¹ O golpe de Estado na Guatemala, em 1954, é comumente interpretado como um marco de inflexão nas relações interamericanas, pois sinalizou o abandono do princípio da não intervenção, consolidado em 1933 como um dos desdobramentos da política da Boa Vizinhança promovida pelo governo de Franklin D. Roosevelt (1933–1945). Após um período de retração intervencionista – que sucedeu práticas como a ocupação da Nicarágua (1927–1933) ou a ocupação no Haiti (1915–1934) –, os Estados Unidos retomaram ações diretas no contexto da Guerra Fria. Sobre o tema, ver: SILVA, 2016, p. 146-155

¹² O suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, desencadeou intensa comoção popular e uma onda de revolta contra seus opositores. No Rio de Janeiro, multidões atacaram sedes de jornais identificados com a campanha antigetulista, como *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, simbolizando a rejeição à grande imprensa (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 613)

¹³ As agências internacionais de notícias exerciam papel fundamental na imprensa brasileira ao suprirem a escassez de correspondentes no exterior, tornando-se as principais fornecedoras de informações sobre acontecimentos internacionais. No contexto da Guerra Fria, sua atuação esteve frequentemente marcada por alinhamentos políticos e ideológicos, sobretudo em relação aos interesses das potências centrais. Destacaram-se, nesse período, as agências United Press (UP), International News Service (INS), Reuters (R) e Agence France-Presse (AFP).

¹⁴ A agência de notícias United Press (UP) foi fundada em 1907, nos Estados Unidos, e se expandiu rapidamente pela América do Sul. A agência consolidou uma presença global, atuando no contexto da Guerra Fria com alinhamento aos interesses norte-americanos.

latino-americanos mal vistos pelo Departamento de Estado¹⁵ (GLOBO, UP, 11 set. 1952, 1ª seção, p. 5). Já em abril de 1953, em uma matéria d’*O Globo*, o jornal criticou a postura da Guatemala ao repreender os Estados Unidos na ONU por intervenção nos assuntos internos do país centro-americano. A matéria foi publicada sob o título de “o governo esquerdista da Guatemala” (GLOBO, 21 abr. 1953, 1ª seção, p. 5).

Em setembro de 1953, o jornal publicou uma matéria, com base na UP, informando que a reforma agrária havia alcançado as terras da UFCo, o que provocou reações contrárias por parte do governo dos Estados Unidos, como indicado na seguinte manchete: “protestos americanos contra a reforma agrária na Guatemala” (GLOBO, UP, 03 set. 1953, 1ª seção, p. 5). A partir de 1954, contudo, o número de reportagens cresce de maneira significativa.

Ao analisar essas reportagens noticiadas pelo *O Globo* sobre a Guatemala, percebemos dois pontos de inflexão. O primeiro é a Décima Conferência Panamericana – também conhecida como a X Conferência de Caracas. Esse evento marcou as páginas do jornal com notícias desde o mês de janeiro, aumentando progressivamente nos meses de fevereiro e março. De acordo com o jornal esse evento poderia alçar o Brasil a um patamar de maior protagonismo e liderança no continente, além de poder debater assuntos de cooperação econômica entre os Estados Unidos e o Brasil. A Conferência aconteceu entre os dias 1º e 28 de março de 1954, mas a repercussão no jornal perdurou por mais tempo.

Outro momento de bastante destaque foi a descoberta das compras de armas da Tchecoslováquia pelo governo de Árbenz, noticiado em 18 de maio. O que até então eram acusações contra o governo, após esse incidente, se tornaram uma “comprovação” de que a Guatemala seria uma representante do comunismo no continente americano¹⁶. A partir daí, as reportagens sobre o país centro-americano aconteceram de maneira sistemática até a queda do presidente, noticiado em 28 de junho – no dia seguinte ao golpe que foi dia 27. Após a concretização do golpe, as

¹⁵ O Departamento de Estado dos Estados Unidos é o órgão do Executivo responsável por formular e conduzir a política externa. Durante a Guerra Fria, atuou de maneira decisiva na contenção do comunismo. Em 1954, durante o golpe contra Árbenz, era chefiado pelo Secretário de Estado John Foster Dulles.

¹⁶ Em 1954, a Tchecoslováquia integrava o bloco socialista sob influência soviética, após o golpe comunista de 1948. Nesse contexto, forneceu armamentos ao governo de Jacobo Árbenz, cuja chegada à Guatemala foi explorada pelos Estados Unidos como evidência de ameaça comunista, justificando a intervenção e o golpe. Ao tratar do tema, *O Globo* informou incorretamente que o armamento seria de origem polonesa.

notícias sobre a situação política na Guatemala foram se esvaindo e algumas manchetes esporádicas eram noticiadas sobre o acontecido. As menções que chamam a atenção são sobre a situação dos exilados guatemaltecos que se refugiaram no Brasil, com matérias em setembro, outubro e dezembro

Nesse sentido, entende-se que, para uma melhor compreensão do objeto de análise, a dissertação deve ser dividida em dois capítulos. Considerando que este trabalho analisa as representações dos conflitos políticos na Guatemala em 1954 sob a ótica do jornal brasileiro *O Globo*, torna-se necessário, inicialmente, observar como a América Latina e, em particular, a Guatemala eram representadas. Assim, em um primeiro tópico, o trabalho consiste em realizar um panorama histórico das representações da América Latina, especialmente a partir do século XIX, evidenciando como uma visão estereotipada – e até mesmo pejorativa – ainda persiste nos anos 1950.

Abordaremos, também, a imprensa como fonte e objeto de estudo em História. Em seguida, apresentaremos breves apontamentos sobre a trajetória do jornal *O Globo*, situando-o no recorte temporal proposto. Além disso, nos deteremos de maneira mais detalhada sobre a análise documental.

Em outro subcapítulo, abordaremos o papel desempenhado pelo anticomunismo na sociedade brasileira dos anos 1950 e seus impactos políticos e sociais, principalmente nas representações construídas nesse contexto. Nesse sentido, no âmbito da Guerra Fria e da ascensão do anticomunismo, analisaremos, também, como o trabalhismo, o sindicalismo e os movimentos sociais no campo foram retratados sob essa perspectiva, evidenciando que, em muitos casos, as interpretações de *O Globo* sobre a situação na Guatemala refletiam conflitos e disputas próprias da política interna brasileira.

Para encerrar o primeiro capítulo da dissertação, apresentamos uma contextualização histórica do início da Guerra Fria na América Latina. Em seguida, situamos o governo de Jacobo Árbenz nesse contexto e analisamos seu desenvolvimento, assim como o processo que culminou em sua derrubada com o golpe de 1954.

No segundo capítulo, concentramos nosso foco n' *O Globo*. Como o golpe se concretizou em junho de 1954, grande parte das matérias concentra-se

nesse mês. Contudo, torna-se fundamental compreender de que maneira as notícias sobre Árbenz vinham sendo construídas no período que antecede o golpe. Em um primeiro tópico, analisamos como a Guatemala foi retratada anteriormente a esse desfecho, quando passou a ser caracterizada como “cabeça de ponte do comunismo na América Central”. Ainda que a maioria das matérias se orientasse por essa perspectiva, identificam-se também algumas reportagens (ainda que em menor medida) que se aproximavam de uma defesa do governo de Árbenz.

No tópico seguinte, a Décima Conferência de Caracas configurou-se como um espaço privilegiado de articulação política e diplomática em torno da questão guatemalteca e, de maneira mais ampla, do cenário latino-americano. Nesse contexto, as páginas do jornal evidenciam como diferentes setores – incluindo representantes do governo brasileiro e grupos ligados às elites econômicas – interpretaram a participação do Brasil como uma oportunidade estratégica para reforçar seu posicionamento no continente e ampliar possibilidades de aproximação econômica com os Estados Unidos.

Nos tópicos seguintes, analisaremos, respectivamente, o impacto da compra de armas da Tchecoslováquia e o desdobramento da ofensiva contrarrevolucionária que culminou no golpe contra Jacobo Árbenz. No primeiro caso, examinamos como esse episódio intensificou os debates nas páginas d’*O Globo*, reforçando as acusações de alinhamento da Guatemala ao “comunismo internacional”. No segundo, abordamos a invasão promovida por forças contrarrevolucionárias, “pagas, treinadas e armadas pela CIA no contexto geral da famigerada Operação Sucesso” (AVILA, 2012, p. 57-58), e seus efeitos na derrubada do governo.

Por fim, examinaremos a repercussão do golpe e algumas de suas principais consequências nas páginas do jornal *O Globo*. Entre elas, destaca-se a questão dos exilados guatemaltecos no Brasil, muitos dos quais vivenciaram uma espécie de “exílio dentro do exílio”, ao serem deslocados para regiões afastadas dos grandes centros urbanos, como o Amapá.

CAPÍTULO I

1.1 – AS REPRESENTAÇÕES DE PAÍSES LATINO-AMERICANOS NO BRASIL

A relação do Brasil com a América Latina tem sido, ao longo do tempo, atravessada por ambiguidades, tensões e distanciamento. Fazendo alusão a uma famosa frase de Edmundo O’Gorman em seu livro *A invenção da América*, Maria Lígia Coelho Padro afirma que “o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina” (PRADO, 2001, p. 128). Essa condição leva a autora a constatar que há um distanciamento histórico, político e cultural entre o Brasil e os países de colonização hispânica, evidenciado também quando ela afirma que, por ser marcado por uma tradição eurocêntrica, o Brasil está “de olhos postos na Europa e de costas para América Latina” (PRADO, 2001, p. 128)

A autora destaca que a contraposição entre as “duas Américas” pode se evidenciar desde o período colonial. Tanto Portugal, como Espanha, estabeleceram limites sobre suas colônias. Limites esses que não eram apenas geográficos, mas, também, políticos e culturais. Nem mesmo as independências que ocorreram na primeira metade do século XIX foram capazes de superar esse distanciamento.

Para demonstrar as disparidades entre a América hispânica e a portuguesa, Prado analisa dois momentos de grande efervescência política na história do Brasil. Primeiramente, examina as décadas pós-independência, investigando textos de jornais, historiadores e políticos brasileiros. Em seguida, estuda escritos de historiadores, diplomatas e críticos literários do período republicano. Dessa forma, a autora identifica a construção de um imaginário sobre os países hispanohablantes pela intelectualidade brasileira do século XIX e sua permanência no século XX.

Todos esses autores elaboraram um discurso original – recheado de idéias, imagens e símbolos – que fundou uma interpretação brasileira sobre o mundo hispanoamericano. Penso que a repetição continuada dos mesmos argumentos contribuiu para a constituição de um imaginário – que acabou por forjar uma memória coletiva – sobre a outra América, dissociando-a, separando-a do Brasil (PRADO, 2001, p. 129)

Em um primeiro momento, a autora analisou as obras do naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794–1868) e do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816–1878), destacando como ambos contribuíram para a formulação de uma interpretação do Brasil em contraste com o restante da

América Latina. Defensores da monarquia, sustentavam que ela seria a base da unidade e da integridade nacional, ao contrário das repúblicas hispano-americanas, marcadas por fragmentações e conflitos. Ao legitimar o regime imperial e desqualificar as experiências republicanas vizinhas, esses autores ajudaram a consolidar um discurso que dissociava o Brasil do continente

Esses ideólogos do Império, que escreveram a história oficial do Brasil, defendiam a monarquia que se opunha às 'repúblicas caóticas' da parte espanhola. Dessa maneira, estava clara a diferença que se devia estabelecer entre 'nós' e 'eles', entre o Brasil e os demais países da América do Sul, onde campeavam a desordem, a desunião e a fragmentação, todas alimentadas pelas ideias republicanas. O Brasil, em oposição, era forte, unido e, portanto, poderoso. (PRADO, 2001, p. 131-132)

Esses debates ideológicos que os historiadores do período empreendiam em torno dos regimes republicanos e da monarquia brasileira devem ser compreendidos dentro do contexto histórico da época, em que o Brasil enfrentava disputas territoriais tanto com a Argentina quanto revoltas internas que afligiam os monarquistas brasileiros. A disputa pelo território que atualmente corresponde ao Uruguai – chamada de Banda Oriental – representou um momento de intenso conflito entre argentinos e portugueses/brasileiros no início do século XIX.

Os argentinos alegavam que a Banda Oriental estava localizada dentro de suas fronteiras que foram estabelecidas ainda no período colonial; já os portugueses (e posteriormente os brasileiros) afirmavam que a região era “fronteira natural” pertencente ao território brasileiro, fronteira essa que ia do Amazonas ao Prata. Além disso, jornais brasileiros da época diziam que a Banda Oriental estaria sob melhor proteção se estivesse sob domínio da monarquia luso-brasileira, pois:

‘o resto da América Espanhola retalhado em estados diferentes, e muitos d’estes ainda divididos em partidos, mal pode cuidar cada um da sua segurança e arranjos internos, e muito menos concorrer por meio de socorros para a dos outros; que nestas circunstâncias é-lhe sem comparação mais vantajosa a sua incorporação ao Império do Brasil, poderoso, respeitado, e já na sua nascença solidamente baseado, como ele se acha, do que a outro qualquer Estado’ (DIÁRIO DO GOVERNO, 1823 apud PRADO, 2001, p. 134-135)

O discurso do *Diário do Governo*, em 1823, afirmava categoricamente que o regime monárquico era superior ao modelo republicano, e que se as ex-colônias espanholas aderissem ao outro modelo, isso poderia significar uma “eficaz cooperação do grandioso Império do Brasil”. Dessa forma, fica evidente que “de um

lado, a fragilidade do regime republicano, 'típico' da América Espanhola e, de outro, a solidez do regime monárquico brasileiro." (PRADO, 2001, p. 135).

Com a abdicação de Dom Pedro I (1798–1834), em 1831, inaugurou-se o Período Regencial, marcado por revoltas regionalistas que ameaçaram a unidade do Brasil Império, como a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, que contou com apoio de uruguaios contrários à monarquia (PRADO, 2001, p. 137). Com a derrota das revoltas regenciais, fortaleceu-se o discurso que associava a monarquia à unidade territorial, consolidando a interpretação de que o regime imperial teria garantido a integridade e a "grandeza" nacional, em contraste com as repúblicas latino-americanas, frequentemente representadas como fragmentadas.

Se o principal fator de distanciamento entre o Brasil e o restante da América Latina fosse apenas o regime monárquico, teoricamente essa questão estaria resolvida quando a ex-colônia portuguesa se tornou uma república em 1889. Contudo, não foi isso que ocorreu. Mesmo com o advento do regime republicano, não houve uma significativa rejeição aos ideais monárquicos. Como bem enfatiza Maria Lígia Prado, "a monarquia precisava ser superada, mas isto não significava destruir o que ela havia legado à nação, a começar pela 'manutenção da unidade e grandeza do território'" (PRADO, 2001, p. 139).

A autora afirma que a imagem de Dom Pedro II (1825–1891) pouco se abalou, mantendo-se a ideia de um monarca bem-intencionado e atento aos problemas nacionais (PRADO, 2001, p. 139). Mesmo entre republicanos, o entusiasmo com o novo regime arrefeceu rapidamente. Assim – apesar de uma tímida aproximação com a América Latina – persistiu entre intelectuais brasileiros a representação da "outra América" como espaço de desordem e fragmentação, visão herdada dos processos de independência.

Nesse contexto, Manuel de Oliveira Lima¹⁷ (1867–1928) reforçou a centralidade da monarquia como regime adequado à América Latina, apresentando o Brasil imperial como modelo de liberdade, paz e civilização, em contraste com sociedades hispano-americanas vistas como anárquicas. (LIMA s/d, p. 167; apud PRADO, 2001, p. 143). Tal oposição – entre uma América da ordem e outra do caos

¹⁷ Manuel de Oliveira Lima (1867–1928), diplomata e historiador brasileiro, dedicou-se à análise da história política e das relações internacionais do Brasil e da América Latina.

– difundiu-se ao longo do século XIX e perdurou na República, quando o imaginário nacional ainda associava unidade e estabilidade ao legado monárquico.

Cabe destacar que, apesar dessas diferenças, surgiram discursos buscando a aproximação. O próprio Oliveira Lima reconhecia que, embora houvesse existido "hostilidades" no passado, os interesses comuns poderiam favorecer o diálogo. Assim como Lima, García Merou – intelectual argentino citado por Oliveira Lima – afirmava que ambos os países enfrentavam “problemas parecidos” e que isso poderia significar uma aproximação bilateral. Contudo, nem mesmo a mudança de regime político foi suficiente para alterar significativamente esse imaginário e as representações da América Latina no cenário intelectual e político brasileiro, que persistiu durante a República e se prolongou ao longo do século XX.

A República não destruiu as distâncias entre o Brasil e a América Hispânica, pois as diferenças, muito mais que as semelhanças, continuavam a ser destacadas. As visões da distância que nos separava contribuíram para a construção de um imaginário que forjou uma memória transformada em senso comum e que remetia ao passado histórico apresentado como legitimador do presente. (PRADO, 2001, p. 146)

Da mesma forma, embora destaque a ocorrência de momentos de "aproximação e cooperação" entre os países hispanohablante e o Brasil, ao analisar o discurso de intelectuais do período, a historiadora Maria Helena Capelato – à semelhança de Prado – ressaltou que, mesmo após a proclamação da República no Brasil, perdurou uma "visão negativa" acerca da América Latina no meio intelectual brasileiro:

[Inclusive] Aqueles que se manifestaram contra essa política [de aproximação com os Estados Unidos] introduziram, em suas análises, reflexões sobre a América Latina. Na maioria dos casos, constata-se uma visão negativa sobre as nações hispânicas, contrastando com uma visão positiva sobre o Brasil. (CAPELATO, 2000, p. 292)

Mesmo com o pioneirismo de Manuel Bomfim¹⁸ (1868–1932) sobre as interpretações a respeito da América Latina, que contrariava boa parte dos intelectuais de seu tempo, muitos autores relataram as mesmas visões estereotipadas sobre os países vizinhos do Brasil durante o período Republicano. Ademais, é importante destacar também que alguns se mostravam contrários às políticas estadunidenses da

¹⁸ Manoel José do Bomfim (1868–1932) foi médico, educador e historiador brasileiro, conhecido por sua interpretação crítica da formação social latino-americana, especialmente em *A América Latina: males de origem* (1905).

época, mas nem isso foi suficiente para superar o imaginário que se tinha sobre a América Latina.

Capelato cita o monarquista Eduardo Prado¹⁹ (1860–1901), que em seus artigos criticava veementemente as repúblicas hispânicas, afirmando que "a fraternidade americana é uma mentira". Eduardo Prado reforçava a ideia de que o Brasil não se assemelhava à América de colonização espanhola, que caracterizava como espaço de "guerras civis", "revoluções", "militarismos" e "anarquia". Na mesma linha, José Veríssimo²⁰ (1857–1916) retomou a noção de "caos" político nos países vizinhos, ainda que valorizasse a "produção intelectual hispânica". No entanto, como observa Capelato, Veríssimo "interpretou acontecimentos políticos dos países em foco a partir de preconceitos já consagrados no imaginário brasileiro" (CAPELATO, 2000, p. 295).

Essa visão negativa sobre a América Latina persistiu ao longo do século XX, conforme analisado por Rafael Baitz (1998). O autor examina as representações dos países latino-americanos pelas revistas brasileiras *O Cruzeiro* e *Manchete* entre os anos de 1954 e 1964. Segundo suas palavras: "a América Latina é apresentada como um lugar social e politicamente caótico, espaço de atraso e da ausência de perspectivas" (BAITZ, 1998, p. 7).

Observa-se, portanto, que o imaginário difundido no século XIX e início do século XX pelos intelectuais e políticos que defendiam a monarquia – que situava a América Latina nessa perspectiva negativa – mantinha-se presente nas décadas de 1950 e 1960. Assim como aqueles intelectuais, as revistas abordadas por Baitz enfatizavam o distanciamento do Brasil em relação àquela região considerada "atrasada e caótica". Mesmo em um período de modernização econômica como os anos de 1950 e 1960, o continente era sistematicamente retratado como espaço de instabilidade política e precariedade social, em contraste com uma imagem do Brasil que se aspirava mais moderna, estável e civilizada:

¹⁹ Eduardo Paulo da Silva Prado (1860–1901) foi um importante intelectual, escritor, jornalista e historiador paulista, membro de uma das famílias mais influentes da aristocracia cafeeira. Monarquista e crítico ferrenho do regime republicano instaurado em 1889, ficou conhecido por sua obra *A Ilusão Americana* (1893).

²⁰ José Veríssimo Dias de Matos (1857–1916) foi um importante crítico literário, historiador e educador paraense. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, dirigiu por anos a *Revista Brasileira*, principal periódico intelectual do país no final do século XIX.

Os demais países do continente, em que pese estivessem muitos deles passando por transformações similares à brasileira, receberam, por parte dos periódicos, um tratamento completamente distinto. Ao contrário da imagem do Brasil em franco crescimento, a América Latina foi apresentada, nos anos 50, como um lugar atrasado e caótico, inapta ao exercício da democracia e, por consequência, definitivamente entregue ao atraso econômico. (BAITZ, 1998, p. 10)

Baitz examinou uma reportagem publicada pela revista *O Cruzeiro* no mês seguinte à deposição do presidente Jacobo Árbenz, em julho de 1954. Segundo o autor, "a reportagem mais se assemelhava a uma propaganda de turismo" (BAITZ, 1998, p. 89), funcionando efetivamente como propaganda do país. Apresentava fotografias do centro da Ciudad de Guatemala, mostrando tanto os aspectos históricos quanto os elementos modernos da capital.

A matéria da revista manifestou elogios ao país, valorizando suas belezas naturais, caracterizando-o como um país "tropical", "mas o frio de seu inverno, a par de suas inúmeras e altas montanhas, deram-lhe o título de 'Suíça americana'." (O CRUZEIRO, apud BAITZ, 1998, p. 90). Além disso, a matéria afirma que por causa do clima "europeu", os moradores das regiões montanhosas usavam trajes de lã cotidianamente. Ainda nesse trecho destaca que "suas faces são rosadas, e não fosse a tez queimada que lhes legaram os mayas, os guatemaltecos passariam por europeus onde quer que andassem." (BAITZ, 1998, p. 90)

Contudo, a tensa conjuntura política do país foi completamente omitida, sem qualquer menção aos recentes acontecimentos. O texto sobre a Guatemala veiculado pela revista *O Cruzeiro* se debruçou sobre os aspectos naturais do país, fazendo elogios ao clima, à paisagem e à natureza exuberante da região.

Entre os comentários elogiosos, destacava-se a referência à Guatemala como a "Suíça americana". Essa comparação, evidentemente, não ocorreu ao acaso. A construção simbólica dessa representação revela-se bastante significativa, pois ao invés de noticiar sobre o golpe de Estado contra Árbenz, um presidente democraticamente eleito, a revista evitou completamente qualquer análise crítica ou mesmo informativa sobre o ocorrido. A comparação com a Suíça se torna relevante, pois o país era considerado "símbolo da imparcialidade democrática" e "arauto da democracia", assim como ocorria com o Uruguai na América do Sul.

Como visto acima, notamos que a maioria das representações sobre a América Latina nas revistas analisadas por Baitz consistiam como um guia sobre os

aspectos turísticos dos países. As reportagens que destacavam os Andes peruano ressaltando suas belezas naturais; assim como naquelas sobre Cuba, nas quais eram retratadas belas praias, belas dançarinas e a ativa vida noturna do país com ótimos restaurantes e os cassinos para jogos. De fato, os países latino-americanos eram bastante retratados de maneira exótica exaltando seus aspectos naturais ou geográficos. No entanto no início dos anos de 1960 algumas reportagens denúncias também foram noticiadas, dando ênfase aos países que estavam sob regimes de líderes autoritários.

O autor traz novamente à tona um exemplo guatemalteco. Em uma matéria da revista *Manchete*, em 1961, é abordada uma entrevista com o presidente General Miguel Ydígoras Fuentes²¹ (1895–1982). A reportagem foi intitulada de “Guatemala, onde o povo é minoria”. As falas do general guatemalteco na reportagem poderiam soar estranhas para os leitores brasileiros, as quais mostram uma visão excêntrica do governante.

Ao ser perguntado sobre a pobreza em seus país, Ydígoras Fuentes adverte que “três quartos da nossa população é formada de índios” e que eles não necessitavam de dinheiro para viver. Por essa configuração demográfica, o presidente afirma que seria “um erro a construção de escolas”, pois se as populações indígenas aprendessem a ler poderiam ficar “vulneráveis à propaganda castrista”. Além de abordar de forma pejorativa a população indígena, afirma que a educação poderia ser perigosa.

Apesar da evidente pobreza no país, o presidente afirmou que havia uma pequena parte da população que era branca e de origem espanhola “tendo como eu, propriedades agrícolas ou comerciais”; e que essa população vivia tão bem quanto nos Estados Unidos. Afirmou ainda sua intenção de implementar os costumes políticos norte-americanos. Porém, declarou que “infelizmente a democracia não criou entre nós tradição e a tarefa torna-se bastante árdua”. (MANCHETE, apud BAITZ, 1998, p. 93).

²¹ Miguel Ydígoras Fuentes (1895–1982) foi um militar e político guatemalteco que serviu como Presidente da Guatemala de 1958 a 1963. Seu governo, de orientação anticomunista e alinhado aos Estados Unidos, foi marcado por forte instabilidade política, acusações de corrupção e repressão.

Segundo Baitz, a revista pretendeu demonstrar que o país centro-americano era governado com mãos de ferro, cujo presidente detinha muito poder e agia com indiferença com relação a muitos problemas do país. A Guatemala era retratada como "um país distante dos parâmetros do Estado de direito ocidentais, ou seja, sem poder legislativo, sem poder judiciário independente, sendo controlado por um único ditador, cujos limites eram sua própria vontade" (BAITZ, 1998, p. 95). É notório também o menosprezo com relação aos povos indígenas e até mesmo com a educação. Dessa forma:

Esta reportagem sobre a Guatemala em 61, como se pode ver, muito distinta daquela publicada pela *O CRUZEIRO* em 54. No primeiro caso, logo após a queda do governo Árbenz, *O CRUZEIRO* deslocou a atenção do leitor dos acontecimentos políticos ocorridos, apoiando indiretamente a ação golpista claramente de direita que banuiu um projeto de reforma agrária naquele país. No segundo momento, já no imaginário mais constante sobre a região, através de uma pretensa entrevista à *MANCHETE*, revelou ao leitor brasileiro a barbárie da sociedade latino-americana. (BAITZ, 1998, p. 95)

Como no caso citado acima, a América Latina é representada como um lugar atrasado, perigoso, governada por ditadores obstinados onde a democracia não consolidaria raízes profundas. Além disso, a população geralmente é retratada de forma passiva, ignorante e à deriva de acordo com a vontade de seus líderes.

Na maioria das vezes, a América Latina era retratada como um lugar caótico e desordenado, e os aspectos negativos eram ressaltados. Dessa forma, quando havia uma reportagem elogiosa a um determinado país, a classificação latino-americano era evitada. Em contrapartida, quando se falava do lugar "América Latina", não se distinguia as particularidades de cada país, colocando-os dentro de um mesmo conjunto. Assim, como enfatiza Baitz, "quando as revistas tratavam do Brasil, por exemplo, abstinham-se de inseri-lo ao lado dos demais países da América hispânica." (BAITZ, 1998, p. 100)

Ou seja, as reportagens acerca do Brasil distanciavam o país da "caótica" América Latina. Além do Brasil, outros dois países ganhavam interpretações diferenciadas, a Argentina e o Uruguai. Em uma matéria da revista *O Cruzeiro*, em 1954, em teor crítico sobre a situação política da Argentina governada por Perón, a matéria afirma que aquela nação "é para nós o grande acervo de cultura, de progresso, de riqueza conquistada, no amor e na prática da liberdade" (*O CRUZEIRO*, 1954 apud BAITZ, 1998, p. 102).

Mesmo acusando Juan Domingo Perón²² (1895–1974) de ditador, coloca o povo argentino como vítima daquela situação e alega que o povo não era responsável por essa “adversidade” na política do país. O Uruguai, da mesma forma, era tratado como uma “democracia modelar” sendo a “Suíça das Américas”, interpretações que eram dissociadas das demais nações hispanohablantes.

A instabilidade política da região latino-americana era uma das principais pautas abordadas pelas revistas analisadas por Baitz. O autor afirma que diferentemente das análises sobre um determinado acontecimento da política brasileira, quando se tratava de um acontecimento em países como Paraguai, Peru, Bolívia e os países centro-americanos, “este era tratado relevando-se sobretudo a natureza violenta e irracional da política latino-americana.” (BAITZ, 1998, p. 105). Em uma reportagem da *Manchete* publicada em 1954 é notório como esse imaginário se reproduz:

Assim é a América Central. No segundo dia do ano, um presidente da República compareceu ao seu divertimento predileto – corrida de cavalos – e tudo ia bem. De repente, já quase crepúsculo, uma metralhadora atirou, sincopadamente. O presidente caiu no chão, atingido em cheio: outros também foram alvejados. [...] “[...] A coisa é tão intrincada – e tão simples – que quem não está conspirando é porque está sendo alvo de uma conspiração.” “A receita é a mesma – no Panamá ou na Nicarágua, na Venezuela ou no Paraguai: quem tem as armas tem o poder. (MANCHETE, 1954 apud BAITZ, 1998, p. 105/106).

Além de destacar o caráter violento e anárquico da região, a matéria não realizou uma análise mais aprofundada e específica do caso citado. Muito pelo contrário, o assassinato do presidente panamenho serviu de exemplo para a interpretação de como é a situação política na América Central e, conseqüentemente, na América Latina de maneira geral. Isso fica evidente quando o autor coloca o Paraguai e a Venezuela junto à análise que se referia ao Panamá e à América Central. Em resumo, “o tema central do artigo não eram os fatos do atentado em si, mas sim a barbárie em que se encontrava a América hispânica.” (BAITZ, 1998, p. 107).

Percebemos pela reportagem citada que o que mais interessava para as revistas era mostrar os aspectos conturbados e exóticos da vida política dos países hispânicos. Vale destacar novamente que essa situação de caos e desordem latino-

²² Juan Domingo Perón (1895–1974) foi presidente argentino e líder do peronismo, exercendo três mandatos. Foi o criador do peronismo, movimento que articulou nacionalismo, políticas sociais e protagonismo político dos trabalhadores organizados.

americana era colocada em contraposição com a situação do Brasil. Dessa forma, “este imaginário da desordem, em contraponto à ordem das instituições políticas brasileiras, foi, com maior ou menor intensidade, sendo reproduzido durante toda a década analisada [...]” (BAITZ, 1998, p. 108)

A análise desenvolvida por Rafael Baitz demonstra que as representações predominantes sobre os países latino-americanos nas revistas brasileiras das décadas de 1950 e 1960 oscilavam entre imagens idílicas e pitorescas, que enfatizavam aspectos naturais e exóticos, e narrativas centradas na instabilidade política da região.

De modo análogo às revistas, as matérias d’*O Globo* no mesmo período corroboravam com a disseminação desse imaginário conturbado sobre a América Latina. Desde o início de 1954, intensificou-se no jornal a oposição ao governo guatemalteco. As notícias relativas à Guatemala enfatizavam, de forma recorrente, o atraso, a violência, o caos político e a precariedade educacional, reiterando estereótipos que remontam ao século XIX.

Em 08 de fevereiro de 1954, por exemplo, *O Globo* reproduziu uma reportagem do jornalista britânico George Ward Price²³ (1886–1961), intitulada “Guatemala, cabeça de ponte do comunismo na América Central”. O texto abordava temas como um incidente envolvendo o embaixador da Nicarágua na Guatemala – que não teve o nome citado na reportagem –, o processo eleitoral guatemalteco, a ameaça à Igreja Católica e uma possível propagação comunista no país.

No episódio relativo ao diplomata nicaraguense, a reportagem destaca animosidade diante do ocorrido, reforçando a percepção de instabilidade política no país.

O embaixador da Nicarágua visitou recentemente o ministro das Relações Exteriores da Guatemala, a fim de lhe dizer, indignadíssimo: ‘Parto imediatamente deste país para o meu, em gozo de licença. Vossa polícia prendeu meu motorista e maltratou-o para obter informações’.

– Deve haver um engano – respondeu o Ministro – Todos os estrangeiros podem confiar em nossa proteção.

²³ George Ward Price (1886–1961) foi jornalista britânico do Daily Mail, de orientação conservadora e fortemente anticomunista, conhecido por sua atuação como correspondente internacional na cobertura de conjunturas políticas europeias e internacionais. Ficou conhecido, na década de 1930, por seu acesso privilegiado a Adolf Hitler e por suas reportagens simpáticas à Alemanha nazista.

– Bem, futuramente, confiarei na minha própria – respondeu o Embaixador, ao mesmo tempo em que, com gesto dramático, abria o paletó e mostrava o coldre de uma pistola automática. ‘Desejo informar-vos oficialmente - prosseguiu - que, doravante, todos os membros da Embaixada da Nicarágua estarão armados.’ (PRICE, 8 fev. 1954, 1ª seção, p. 8).

Após relatar o episódio, o jornal reiterava a interpretação de que a Guatemala estaria sob domínio comunista. O presidente Jacobo Árbenz foi caracterizado como “simpatizante da Rússia”, enquanto sua esposa era descrita nos seguintes termos: “María, muito inteligente, é ainda mais da esquerda. Como a falecida Eva Perón, na Argentina, é uma oradora política ativa e usa sua posição de presidente da Aliança Feminina com fins de propaganda” (PRICE, 8 fev. 1954, 1ª seção, p. 8). De fato, María Vilanova de Árbenz²⁴ (1915–2009) desempenhou papel politicamente ativo e esteve na Argentina durante o período peronista, contexto no qual teria sido influenciada pela atuação de Eva Perón²⁵ (1919–1952). (BARRANCOS, 2021, p.11)

A reportagem também colocava sob suspeita as eleições no país, ao destacar que cerca de 70% da população seria analfabeta – dado utilizado, em certos trechos, como explicação para a vitória de candidatos identificados como “comunistas”. Além disso, sustentava-se que o processo eleitoral seria facilmente manipulável:

‘Quer votar no candidato do Governo ou no da oposição?’ – perguntam ao votante. Se ele responder ‘do Governo’, dão-lhe uma pena; se disser ‘da oposição’, dão-lhe um lápis. E, terminada a eleição, todos os votos escritos a lápis são anulados.” (PRICE, 8 fev. 1954, 1ª seção, p. 8).

Price abordava outros aspectos da conjuntura guatemalteca, como as expropriações realizadas nas posses da United Fruit, descrita como a “empresa mais importante da Guatemala”; a tentativa de expulsão de arcebispos estadunidenses; e a queda do turismo, considerada prejudicial à economia nacional. Ao sintetizar esse cenário, o jornalista afirmava: “Outras pessoas dizem: Esta é a América Central, onde tudo é possível, inclusive uma explosão que tudo destrua.” (PRICE, 8 fev. 1954, 1ª seção, p. 8).

²⁴ María Vilanova de Árbenz (1915–2009) foi primeira-dama da Guatemala (1951–1954), esposa do presidente Jacobo Árbenz, associada às reformas sociais de seu governo.

²⁵ Eva Perón (1919–1952) foi primeira-dama da Argentina e figura central do peronismo, exercendo significativa influência política durante o governo de Juan Domingo Perón.

De modo semelhante ao que se observa na revista *Manchete*, conforme analisado por Baitz, o jornal *O Globo* apresentou posicionamento convergente em relação à caracterização da América Central como espaço “explosivo”. As representações veiculadas na reportagem acima enfatizam uma imagem da Guatemala marcada pela violência e pela desordem política no início da década de 1950. Nesse contexto, evidencia-se também o caráter anticomunista do jornal, postura que se intensificou no cenário internacional a partir dos primeiros anos da Guerra Fria.

Para realizar uma análise das representações n’*O Globo*, utilizaremos como aporte teórico os estudos da História Cultural, no qual usaremos as concepções de representação desenvolvidas por Roger Chartier, para analisar como o jornal construiu sentidos sobre a queda de Árbenz. Ao adotar essa perspectiva, nossa pesquisa entende que a cobertura d’*O Globo* não teve apenas o papel de informar, mas participou ativamente da produção de sentidos sobre o golpe, ao noticiar matérias que dialogam com o imaginário social e político da época e com os interesses que o jornal defendia.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17)

A matéria do jornalista britânico veiculada pel’*O Globo* é elucidativa ao evidenciar como se construam determinadas representações acerca da Guatemala. Ao tratar da atuação política da esposa do presidente Árbenz, María Vilanova, o jornal estabelece uma referência direta a Eva Perón, figura mais familiar ao público leitor brasileiro. Tal procedimento consiste em associar uma personalidade já conhecida no cenário político latino-americano a outra menos conhecida, no caso, María Vilanova Árbenz, fazendo aquilo que Chartier denomina “esquemas intelectuais incorporados”.

Segundo esse conceito, as construções de sentidos por um determinado grupo “criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (CHARTIER, 2002, p. 17). Ou seja, esses esquemas são elaborados com base em representações preexistentes

que facilitam a compreensão do outro de acordo com o objetivo de quem se apropria desses esquemas intelectuais incorporados.

1.2 – OS JORNAIS ENQUANTO OBJETO DE ESTUDO EM HISTÓRIA

Os jornais são meios de comunicação que se enquadram no grupo dos periódicos. Estes consistem em publicações impressas editadas com periodicidade específica - diária, semanal, mensal, anual ou outra. Dentre os periódicos, há grande variedade quanto aos modos e finalidades de publicação. Existem desde revistas especializadas em temas específicos até jornais sindicais, por exemplo.

O historiador José D'Assunção Barros caracteriza os jornais como meios de comunicação voltados para grande público e com capacidade de abordar diversas temáticas. O autor os trata como "meio de comunicação" em vez de "meio de informação" – não que esta última denominação seja incorreta, já que os jornais de fato transmitem informações. Contudo, para o autor, além de informações, “também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses” (BARROS, 2021, p. 401). Dessa forma, para nós historiadores, esse aspecto revela-se particularmente significativo em nossas análises, pois:

O fato de ser um 'meio de comunicação' interfere na função jornalística de se propor a ser um 'meio de informação', e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos. (BARROS, 2021, p. 401)

Ao analisar a historiografia do século XIX, os historiadores priorizavam um determinado tipo de fonte: as oficiais. Acreditava-se que nelas estivesse contida a "verdade", e os documentos históricos eram interpretados como representantes dessa "verdade histórica". Dessa forma, ao examinarem um documento, reproduziam fielmente, partindo do pressuposto de que ele continha o "fato histórico". Por muito tempo, os jornais foram desconsiderados no processo de construção do conhecimento histórico, visto que eram politicamente enviesados e não possuíam a "neutralidade" que os historiadores tanto valorizavam.

A década de 1970 marcou uma virada importante na produção historiográfica, e os jornais passaram a ser considerados fontes legítimas para o estudo histórico. Com a "dessacralização" do documento histórico desde os anos 1930, os anos 1970 representaram um momento de transformação na historiografia,

no qual emergiram novas perspectivas e novos objetos de análise para os historiadores²⁶. O uso do jornal como fonte e objeto insere-se nesse contexto.

Segundo Tânia Regina de Luca, ainda na década de 1970, os estudos sobre História do Brasil que utilizavam jornais ou revistas como fonte ainda eram relativamente baixos – mesmo com a imprensa já estabelecida e com farto material disponível para análise em diferentes regiões do território nacional. Reconhecia-se a importância desses impressos para a produção de uma história da imprensa, “mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2005, p. 111).

De acordo com a autora, esse ceticismo em relação às fontes impressas decorria de vários fatores. É importante destacar, por exemplo, a tradição positivista no trato com os documentos, nos quais as fontes deveriam manter um caráter de “objetividade” e “neutralidade”, além de manter certo distanciamento temporal, de modo a evitar o envolvimento direto do historiador com o objeto analisado. Nem mesmo a crítica realizada pela Escola dos Annales, na década de 1930, foi suficiente para legitimar as fontes impressas, relegando-as a um papel secundário nos estudos históricos. Nesse contexto:

Os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (Luca, p. 112, 2005).

A partir das décadas de 1960 e 70, a prática historiográfica passou por grandes mudanças, e os historiadores começaram a propor "novos objetos, problemas e abordagens" em suas análises. Incorporando elementos da Sociologia, da Antropologia, da Linguística, da Psicanálise e de outras disciplinas, a Nova História pautava-se por uma interdisciplinaridade na construção histórica, ampliando o campo de atuação do historiador.

Na década de 1970, alguns estudos passaram a utilizar o jornal como objeto de pesquisa. Como afirma a autora: "ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica" (LUCA,

²⁶ O movimento intelectual promovido pela Escola dos Annales, a partir de 1929, sob a liderança de Marc Bloch e Lucien Febvre, redefiniu o estatuto do documento histórico, relativizando a primazia dos registros oficiais escritos e ampliando a noção de fonte para incluir diferentes vestígios do passado, desde que criticamente problematizados pelo historiador.

2005, p. 117). As autoras Maria Helena Capelato e Maria Lúgia Prado, em 1974, analisaram o jornal *O Estado de São Paulo* nos anos de 1920 e 1930, evidenciando como o periódico atuava como representante dos interesses das classes dominantes e do liberalismo econômico.

Os estudos históricos no Brasil têm dado pouca importância à imprensa como objeto de investigação, utilizando-se dela apenas como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação. A presente pesquisa ensaia uma nova direção ao instituir o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte única de investigação e análise crítica. A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. (CAPELATO; PRADO Apud LUCA, 2005, p. 118)

Nesse período de renovação historiográfica, algumas temáticas ganharam destaque, como a "história vista de baixo". A imprensa mostrou-se importante ao revelar-se como fonte de investigação para a história dos movimentos operários ou das camadas menos privilegiadas. Ou seja, não era apenas os grandes jornais que tinham poder político e econômico que figuravam nas pesquisas históricas com a imprensa. A imprensa operária não apenas ampliou o leque de investigação sobre as classes menos favorecidas, como também foi importante para incrementar os estudos sobre outras temáticas, como raça, gênero, identidade e movimentos sociais, entre outros.

Outra importante área de estudo impactada pelo uso das fontes impressas foi a História Política, uma vez que a imprensa "cotidianamente registra cada lance dos embates na arena do poder" (LUCA, 2005, p. 128). Incorporando aportes da História Cultural, a História Política passou por uma renovação metodológica, e o uso da imprensa ganhou notoriedade nesses estudos.

Outro fator de destaque é que a própria fonte impressa pode e deve ser analisada dentro de sua historicidade. A maneira como a produção de um jornal ocorria no século XIX era, evidentemente, diferente do que em meados do século XX ou no século XXI. Como afirma a autora, "historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê." (LUCA, 2005, p. 132). Nessa perspectiva, a própria prática da leitura e de consultas dos jornais se transformam com o passar do tempo.

Próximo da virada do século XIX para o XX, a imprensa brasileira passou por um processo de modernização e transformação adotando uma administração mais “racional” visando o lucro. A imprensa no século XIX, em sua maior parte, atuava como um “instrumento de combate”, sendo comum haver um único proprietário que financiava uma publicação para disseminar sua posição política. Porém, com a modernização desse período, as empresas jornalísticas gradualmente abandonaram os "métodos artesanais" e:

em consonância com os interesses ditados pelo lucro, passaram a administrar racionalmente o empreendimento, atentos à otimização dos recursos e à constante atualização da maquinaria e material tipográfico, essencial para uma atividade inserida no circuito capitalista. (LUCA, 2005, p. 133)

Como destaca a autora, esse momento de transição do século XIX para o XX não representou apenas uma "simples mudança no calendário", mas um período de profundas transformações econômicas e políticas. Vale ressaltar que o Brasil havia recentemente abolido a escravidão e declarado o fim da monarquia, tornando-se uma república; observava-se o crescimento dos centros urbanos, os avanços nas comunicações e no letramento da população. Dessa forma a “Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa nesse processo de aceleração” (LUCA, 2005, p. 137).

O próprio jornal sofreu transformações em seus métodos de impressão, trabalho e veiculação. As impressões tornaram-se mais rápidas, com maiores tiragens e melhor qualidade, além de se tornarem mais baratas e alcançarem regiões cada vez mais distantes. A própria estruturação do conteúdo dos jornais passou por modificações. Destaca-se, também, a modernização dentro das redações dos jornais que passaram a ter divisões de trabalho mais especializadas como repórter, redator, fotógrafos e revisores, entre outros profissionais.

Porém, a mudança mais significativa nesse processo de transformação da indústria jornalística ocorreu quando os jornais passaram a cumprir a função social de informar, em vez de doutrinar, como ocorrera durante muitos anos. Essas transformações consolidaram-se a partir da década de 1950, quando os jornais passaram a se apresentar como veículos que reproduziam os fatos – mesmo que atuassem ativamente na vida política do país. Como afirma a autora: “Consagrava-se

a ideia de que o jornal cumpre a nobre função de informar ao leitor o que se passou, respeitando rigorosamente a 'verdade dos fatos'." (LUCA, 2005, p. 138).

No que se refere à "verdade" e à objetividade dos fatos mencionados pelos jornais, a autora alerta que, apesar de ser empolgante, esse debate é pouco produtivo para o historiador. De fato, a "imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público" (LUCA, 2005, p. 139). Sendo assim, cabe ao historiador realizar a análise crítica do discurso, problematizando tanto a forma como foi realizada a narração do acontecimento quanto o próprio acontecimento - o que não é exclusivo aos textos da imprensa.

Independentemente da veracidade dos fatos publicados pelos jornais, o pesquisador vai trabalhar com aquilo que virou notícia. Nesse sentido é preciso analisar o que levou à decisão – conscientemente ou não – de conferir a determinado fato (ou assunto) o estatuto de publicação. E, uma vez publicado, a posição da notícia dentro da estrutura do jornal diz muito sobre a relevância daquele fato/assunto (se foi capa ou estava em páginas internas; em qual sessão foi noticiado; quantas vezes o tema foi replicado). Dessa maneira, o pesquisador tem que estar ciente dessas diversas características na hora de analisar os discursos publicados em jornais:

Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir (LUCA, 2005, p. 140).

Além disso, é importante destacar que os jornais não são obras solitárias. Existe toda uma relação de trabalho que envolve inúmeras pessoas, "o que os torna projetos coletivos, por agregarem indivíduos em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir por meio da palavra escrita" (LUCA, 2005, p. 140). Da mesma forma, é fundamental ter consciência de quem é o responsável pela linha editorial e ficar atento à escolha dos títulos, entre outros aspectos.

Desse modo, cabe ao historiador percorrer os caminhos metodológicos necessários para apreender e extrair da fonte impressa não apenas aquilo que está escrito, mas compreender todo o seu contexto de produção - desde os aspectos materiais até a fase final do produto.

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados,

por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinear uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente. (LUCA, 2005, p. 140)

Em uma outra análise, José D'Assunção Barros alega que é preciso compreender os jornais de maneira mais aprofundada. Barros ressalta um fator relevante: o jornal é constituído por um conjunto de textos diversos, geralmente produzidos por diferentes autores. Diferentemente de uma carta, por exemplo, o jornal compõe-se de "um conjunto articulado de textos distribuídos em diferentes seções e escritos por uma variedade de autores e redatores" (BARROS, 2021, p. 402). Dessa forma, pode-se afirmar que o jornal é uma produção multiautoral, ainda que nem todos os autores dos textos sejam identificados nominalmente. Esse aspecto revela-se relevante porque:

[...] faz dos jornais modernos um tipo de fonte na qual a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos. Assim, um determinado jornal pode responder por um único nome – *O Jornal do Brasil*, *The Times* ou *Le Monde* – e em torno deste nome pode-se apresentar uma certa identidade e estilo dominante, ou predominar uma tendência menos ou mais bem definida de posicionamentos políticos; mas cada nova edição deste jornal abriga de fato uma diversidade considerável de autores, ocultos ou não. (BARROS, 2021, p. 402)

No que se refere à periodização dos jornais, é importante que o historiador tenha em mente que todo jornal possui a intenção de continuidade – mesmo que isso de fato não ocorra e o jornal venha a encerrar suas atividades. Esse aspecto é relevante porque uma edição sucede a outra, implicando uma continuidade que "encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica" (BARROS, 2021, p. 403). Portanto, os historiadores precisam analisar como as edições dos jornais relacionam-se e formam uma narrativa, considerando que, como afirma o autor, "não faz muito sentido analisar uma edição de um jornal separada das outras que a precederam" (BARROS, 2021, p. 403).

Essa periodicidade coloca cada nova edição de um jornal dentro de uma série. Dessa forma, ao analisar um jornal, devemos situá-lo dentro de uma sequência ordenada, considerando tanto as publicações que o antecederam quanto aquelas que o sucederam. É importante destacar que existe algum tipo de relação entre elas, pois "não estão isoladas, mas fazem parte de um conjunto maior, submetido a um ritmo" (BARROS, 2021, p. 409). Além disso, assim como as edições

apresentam elementos que possibilitam similaridades (ou conexões), as notícias também devem ser compreendidas dentro de uma série de eventos.

Ao fazer isto, podemos reinserir a notícia analisada em um contexto maior, que a justifica e lhe completa o sentido de alguma maneira, o que permite inclusive compreender a notícia isolada publicada na edição de um jornal datado como uma continuidade, um acontecimento surpreendente ou uma reviravolta. Combinar 'série' e 'periodicidade' revela aspectos antes menos evidentes, mas imprescindíveis. (BARROS, 2021, p. 409)

É necessário considerar que o jornal opera, de modo geral, a partir da construção do chamado efeito de realidade, salvo em situações muito específicas. Os periódicos estruturam seus discursos de forma a se apresentarem como emissores da verdade, uma vez que "a imagem que todo jornal projeta de si na sociedade é a de que ele é um veículo de comunicação e informação comprometido com a verdade" (BARROS, 2021, p. 403). Desse modo, para a consolidação de sua credibilidade perante o público leitor, torna-se fundamental a construção desse efeito em seus relatos, já que a confiança do leitor tende a ser comprometida caso haja a percepção de que o jornal pretende desinformá-lo ou distorcer a realidade de maneira deliberada.

Com base nesse "efeito de realidade" e na ampla capacidade de disseminação dos jornais em diversos setores da sociedade, esse meio de comunicação consolida-se como importante ator político nas sociedades contemporâneas. Contudo, eram necessárias condições específicas para essa ampla difusão, as quais se concretizaram justamente na contemporaneidade. Nesse período, ocorreram avanços nas técnicas de impressão – em comparação com séculos anteriores –, melhorias na qualidade do papel e o crescimento do número de pessoas letradas nas sociedades industriais. Como afirma o autor: "máquinas de impressão, seres humanos letrados e papel: eis aqui o tripé sobre o qual se assenta a produção massiva de jornais" (BARROS, 2021, p. 405).

Outro aspecto fundamental para a compreensão do jornal como fonte histórica é a análise de seu processo de produção ou, nos termos de Barros, da materialidade do jornal. Por exemplo, conhecer a tiragem diária do jornal ajuda a entender sua inserção em determinada sociedade, assim como o preço pode indicar qual público se pretendia alcançar. Evidentemente, quanto maior a tiragem, mais barato se torna o produto final. Desse modo, "o valor de um exemplar de periódico tem muito a dizer, aos historiadores, acerca dos seus tipos de leitores pagantes" (BARROS, 2021, p. 410).

Além disso, é necessário compreender o valor dentro de um determinado contexto específico. Segundo Barros, “é preciso apreender o preço e desde já considerá-lo historicamente” (BARROS, 2021, p. 410). Convém ressaltar ainda que o número de tiragem tem relação com o letramento da população. O processo de urbanização do Brasil nos anos de 1950 colaborou para o aumento do público para as tiragens jornalísticas, num mesmo momento em que o número de não-alfabetizados diminuía. Portanto, é essencial compreender que tanto a urbanização quanto o aumento do letramento populacional contribuíram decisivamente para a expansão das empresas jornalísticas:

A tiragem de um jornal – em uma economia de mercado capitalista – é de algum modo o produto de uma relação dialética entre as condições materiais e objetivas que a viabilizam (maquinário, papel, trabalhadores inseridos em um sistema de trabalho) e uma capacidade leitora definida por um nível de alfabetização alcançado historicamente nas praças nas quais o jornal é posto a correr. (BARROS, 2021, p. 411).

Embora o avanço do letramento urbano tenha ampliado a circulação de jornais, seu impacto não se limitava aos alfabetizados. A leitura compreende práticas diversas, incluindo formas orais e coletivas. Assim, a leitura em voz alta, os vendedores anunciando manchetes nas ruas e o apelo visual de títulos, fotografias e caricaturas possibilitavam que não alfabetizados também acessassem informações, participando do cotidiano jornalístico e dos debates públicos promovidos pelos jornais.

1.2.1 – Breves apontamentos sobre *O Globo* e o nosso método

Em nosso caso, o veículo de comunicação analisado é o jornal *O Globo*. Foi fundado em 1925 por Irineu Marinho²⁷ (1876–1925), que já possuía experiência no campo jornalístico, tendo criado anteriormente o jornal *A Noite*. Poucos dias após o lançamento do jornal, entretanto, Irineu Marinho faleceu, e a direção passou a ser exercida por Eurycles de Mattos²⁸ (1888–1931). Com a morte de Eurycles, em 1931, a condução do periódico foi assumida por Roberto Marinho²⁹

²⁷ Irineu Marinho (1876–1925) foi jornalista e empresário brasileiro, fundador dos jornais *A Noite* (1911) e *O Globo* (1925). Atuou de forma destacada na imprensa carioca nas primeiras décadas do século XX. Faleceu poucos dias após a fundação d’*O Globo*, deixando a direção do periódico para seus sucessores.

²⁸ Eurycles de Mattos (1888–1931) foi jornalista brasileiro e colaborador de Irineu Marinho. Após a morte do fundador d’*O Globo*, em 1925, assumiu a direção do periódico, permanecendo no cargo até seu falecimento, em 1931.

²⁹ Roberto Marinho (1904–2003) foi jornalista e empresário brasileiro, filho de Irineu Marinho. Assumiu a direção d’*O Globo* em 1931, permanecendo à frente do jornal por cerca de sete décadas. Ao longo de sua gestão, ampliou

(1904–2003), filho mais velho de Irineu, então com 27 anos. Roberto Marinho permaneceu como diretor-geral por cerca de sete décadas.

De acordo com a historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro, “desde a sua fundação, *O Globo* assumiu uma linha discretamente conservadora” (RIBEIRO, 2000, p. 92). Essa orientação manteve-se durante os primeiros anos de circulação, período em que o jornal, segundo Ribeiro, possuía, inclusive, “pouco peso na política nacional”. Durante o Estado Novo³⁰, por exemplo, o periódico “cedeu às pressões do governo” e adotou uma postura favorável ao regime de Getúlio Vargas – posicionamento que se enfraqueceu à medida que o regime varguista se aproximava do fim. Nas eleições presidenciais de 1945 e 1950, *O Globo* manifestou apoio à União Democrática Nacional (UDN), partido que representava a oposição ao varguismo.

A expansão significativa das tiragens d’*O Globo* iniciou-se na década de 1940, em decorrência da cobertura da Segunda Guerra Mundial. A partir do início dos anos 1950, o jornal destacou-se por sua ampla circulação: “com uma tiragem de cerca de 100 mil exemplares, *O Globo* era então o vespertino de maior circulação do Rio de Janeiro” (RIBEIRO, 2000, p. 92).

A década de 1950 marcou um período de modernização do jornalismo carioca. Segundo Ribeiro, periódicos como o *Diário Carioca*, o *Jornal do Brasil*, a *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora* destacaram-se nesse processo de transformação. Contudo, como ressalta a autora, tal movimento de modernização não se restringiu a esses jornais.

Vários jornais, como vimos, tentaram se reformar e implementar mudanças radicais, se reaparelhando graficamente e contratando profissionais considerados modernos. Mas as tentativas de modernização nem sempre eram bem sucedidas. De qualquer forma, havia um clima geral de reformulação, que nos permite falar dos anos 50 como a era de reforma dos jornais cariocas [...] (RIBEIRO, 2000, p. 108)

Embora *O Globo* não seja apontado como um dos principais reformadores desse período, o periódico também integrou o processo de modernização do jornalismo brasileiro, particularmente no contexto do Rio de Janeiro, então capital federal. O êxito do *Última Hora*, por exemplo, “impulsionou o seu mais

significativamente a atuação do grupo no campo da comunicação, tornando-se uma das figuras centrais da imprensa e do empresariado midiático no Brasil do século XX.

³⁰ O Estado Novo foi o regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas em 1937, marcado pelo fechamento do Congresso, extinção dos partidos políticos, censura à imprensa e centralização do poder no Executivo.

forte concorrente, *O Globo*, a se modernizar, com a compra de novos equipamentos e a construção de nova sede.” (RIBEIRO, 2000, p. 126).

Em 1954, o jornal transferiu-se para a rua Irineu Marinho, ocupando um prédio com 10 mil metros quadrados de área coberta. Na nova sede, inaugurou a sua rotativa Hoe, capaz de, em apenas duas horas, rodar toda tiragem do jornal. Todo o seu equipamento gráfico e de rotogravura foi renovado com o que havia de mais moderno e sofisticado na época. (RIBEIRO, 2000, p. 93)

O processo de transformação das empresas jornalísticas brasileiras também repercutiu no plano discursivo d'*O Globo*. Na década de 1920, à época de sua fundação, o periódico foi caracterizado pela autora como “discretamente conservador”; já na década de 1950, passou a ser descrito como um jornal mais “combativo”. De acordo com o Anuário Brasileiro de Imprensa de 1955,

De jornal essencialmente informativo que apenas abordava, sem comprometer-se, os assuntos políticos, tornou-se há cerca de um ano um jornal combativo, opinando com veemência sobre política nacional, com posição clara e definida, ainda que apartidária. Jornal de informação completa, mantém *O Globo* o princípio de ouvir sempre as duas partes em todas as questões controvertidas, sejam elas de caráter político, sejam pequenos acontecimentos ou dramas cotidianos. Sua reportagem conseguiu um grau de objetividade dificilmente alcançado por qualquer jornal e não excedido por nenhum outro. (Anual Brasileiro de Imprensa, 1955 apud RIBEIRO, 2000, p. 93).

No que se refere ao posicionamento político d'*O Globo* na década de 1950, observa-se que o periódico foi caracterizado pelo Anuário Brasileiro de Imprensa como um jornal “combativo” e, simultaneamente, como portador de uma posição “apartidária”, sem que tal afirmação fosse percebida como contraditória. O Anuário afirmava, ainda, que o jornal mantinha o princípio de “ouvir sempre as duas partes” em qualquer questão, atribuindo-lhe aspectos de neutralidade.

Entretanto, Ribeiro adverte que a determinação da posição política de um jornal constitui tarefa complexa, sujeita a simplificações indevidas. Isso se deve ao fato de que os discursos veiculados na imprensa não são monológicos – e nenhum discurso o é –, uma vez que, no interior dos processos editoriais, coexistem múltiplas representações e perspectivas que não podem ser reduzidas a uma única orientação homogênea. Ademais, os jornais expressam processos ideológicos complexos, que extrapolam amplamente os limites do campo estritamente político-partidário (RIBEIRO, 2000, p. 64).

É importante ressaltar que, apesar da alegação de “neutralidade” sugerida pelo Anuário Brasileiro de Imprensa de 1955, bem como a já comentada dificuldade de se estabelecer de maneira precisa o posicionamento político-partidário de um jornal, no que tange a seu alinhamento ideológico, *O Globo* tinha “uma postura visceralmente anti-comunista” (RIBEIRO, 2000, p. 94).

Podemos observar, por exemplo, que durante o governo de Eurico Gaspar Dutra³¹ (1883–1974), *O Globo* “solidarizou-se com o lançamento do PCB na ilegalidade”, além de incentivar a cassação de parlamentares vinculados ao partido e apoiar o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética (RIBEIRO, 2000, p. 94).

Esse posicionamento se evidencia na cobertura do golpe de Estado contra Jacobo Árbenz. Ainda que se identifiquem matérias com teor favorável e até mesmo de defesa do governo guatemalteco, predominavam reportagens de caráter acusatório, nas quais se sustentava a alegação que a administração de Árbenz representaria uma ameaça à democracia do país – e para as democracias do continente –, em razão de suposta interferência comunista soviética.

É importante destacar, também, o perfil do público leitor d’*O Globo*, composto por integrantes das classes média e alta da sociedade brasileira, sobretudo a carioca. Tal característica, contudo, não implicava a exclusão dos setores populares. Em entrevista concedida à revista *Publicidade e Negócios*, em 1951, o próprio Roberto Marinho afirmou que:

O jornal precisa ser um conjunto tal que todos os membros de uma família numerosa, inclusive os serviçais, encontrem motivo de interesse na sua leitura seja qual for o seu gosto, a sua cultura, as suas predileções, leitor deve encontrar matéria do seu interesse. [...] Preocupamo-nos, no momento, com esse objetivo: agradar a todos” (MARINHO, 1951 apud RIBEIRO, 2000, p. 93)

No contexto do processo de transformação das empresas jornalísticas na cidade do Rio de Janeiro, torna-se relevante considerar suas fontes de financiamento, constituídas principalmente pela receita publicitária e pela venda de exemplares – além de financiamentos públicos. Em 1950, *O Globo* destacava-se

³¹ Eurico Gaspar Dutra (1883–1974) foi militar e político brasileiro, presidente da República entre 1946 e 1951. Seu governo caracterizou-se pelo alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no início da Guerra Fria e pela cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947.

como o periódico de maior faturamento publicitário e, em 1956, registrou crescimento de 920% em relação a 1949 (RIBEIRO, 2000, p. 77).

Com relação ao preço avulso dos exemplares, embora não tenha sido encontrado indicação específica para os anos de 1954 e 1955, Ribeiro apresenta uma tabela com os valores praticados pelos principais jornais cariocas ao longo da década. Em 1953, *O Globo* era comercializado por 1 cruzeiro, mantendo-se dentro da média de preços adotada pela maioria dos demais jornais cariocas no período³².

No que se refere à publicação do jornal, é importante destacar que, aos domingos, *O Globo* não circulava. Nos dias regulares, de terça a sábado, o periódico circulava em duas edições – primeira e segunda –, cada uma composta por um caderno. Às segundas-feiras, contudo, havia uma reorganização: a seção esportiva era desmembrada e incorporada como um caderno adicional; ao passo que primeira edição, que passava a contar com dois cadernos, enquanto a segunda edição mantinha um único caderno.

Sobre a diagramação do jornal, utilizaremos a abordagem de Suzana Aguilar, que analisa o posicionamento das fotografias nos periódicos a partir da noção de “zonas de interesse”. Segundo essa perspectiva, determinadas áreas das páginas possuem maior ou menor relevância, tanto do ponto de vista da diagramação quanto da própria leitura. De acordo com a autora, a parte superior direita das páginas ímpares dos jornais possuem mais valor comercial devido ao fato de serem mais visíveis aos leitores.

Os anunciantes pagam mais por páginas ímpares porque a estrutura de preços atribui maior valor ao canto superior direito das páginas ímpares e menor ao canto inferior esquerdo das páginas pares. Esse critério se estabelece porque as páginas ímpares são visualizadas com mais frequência, já que estão localizadas à direita do leitor. (AGUILAR, 2012, p. 406)

A partir dessa lógica, Aguilar apropria-se dos pressupostos teóricos de Lorenzo Vilches³³ para demonstrar como se estruturam áreas de maior destaque no interior das páginas dos jornais, “tanto para aqueles que diagramavam as páginas na redação, com a intenção de destacar um texto, uma fotografia ou um anúncio,

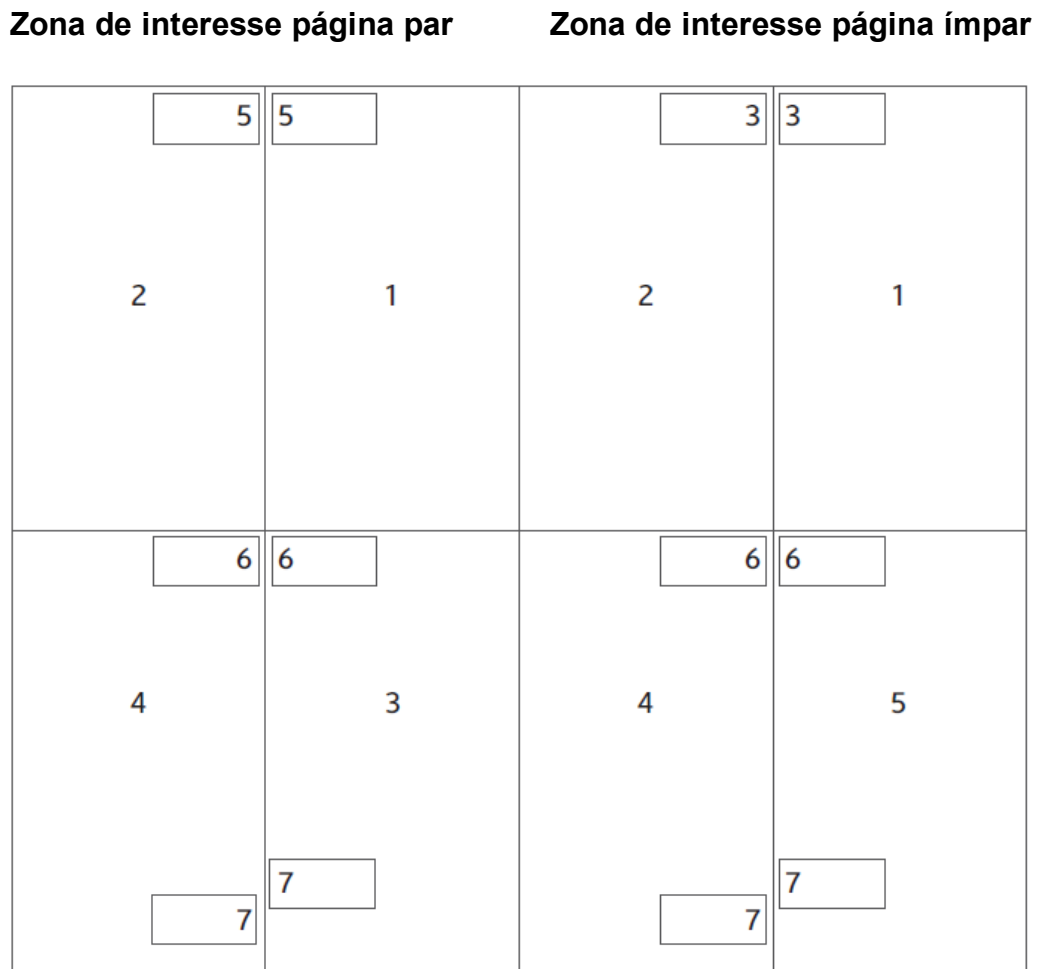
³² Fonte: Coleção dos jornais - BN e Arquivo d’*O Globo*. O preço de venda de exemplar nas bancas em 01 de janeiro de cada ano (apud. RIBEIRO, 2000, p.202).

³³ Lorenzo Vilches é professor de Jornalismo na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), com pesquisas voltadas para comunicação, linguagem visual e análise da imagem nos meios de comunicação.

quanto para aqueles que compravam o jornal para se manterem informados.” (AGUILAR, 2012, p. 411).

Com base nesses pressupostos, no que se refere às chamadas “zonas de interesse”, Aguilar argumenta que a atenção do leitor se distribui de maneira diferente ao longo das páginas do jornal. Na Figura 1, para melhor exemplificação, ao imaginar um periódico aberto observa-se que a página par se encontra à esquerda, enquanto a página ímpar está posicionada à direita. Essas páginas podem ser divididas em diferentes áreas, numeradas de 1 a 7. O número 1 corresponde aos espaços de maior visibilidade para o leitor, enquanto a numeração avança gradualmente até chegar ao 7, que indica as áreas de menor destaque visual.

Figura 1 – Diagramação para o leitor do jornal: zonas de interesse.



Fonte: Aguilar, 2012, p. 413

Ao analisarmos a estruturação d’*O Globo*, observa-se que as matérias relacionadas à Guatemala foram publicadas, com considerável frequência, na quinta

Figura 3 — Analisando as zonas de interesse do jornal O Globo.

22-6-54

Comentários de uma revista sindical americana sobre os preços do café

O CONGRESSO dos Estados Unidos, segundo a revista americana "The Worker", não está nem de longe tão preocupado com os preços do café quanto os representantes dos Estados Unidos, que de 100 milhões de dólares anuais em importações pagam ao produtor brasileiro. Segundo a revista, os produtores americanos não estão nem de longe tão preocupados com os preços do café quanto os representantes dos Estados Unidos, que de 100 milhões de dólares anuais em importações pagam ao produtor brasileiro. Segundo a revista, os produtores americanos não estão nem de longe tão preocupados com os preços do café quanto os representantes dos Estados Unidos, que de 100 milhões de dólares anuais em importações pagam ao produtor brasileiro.

Conferencia entre Chou En-Lai e Mendes-France

BERLIM, 22 de Junho. — A conferência de Chou En-Lai e Mendes-France, que se realizou em Berlim, terminou hoje. Os dois líderes chegaram a um acordo sobre a situação da China e a possibilidade de uma conferência entre os dois países.

O GLOBO EM FOCO

INICIADA NA GUATEMALA A LUTA ENTRE AS FORÇAS DO GOVERNO E OS INVASORES

O insucesso de Guebra

As forças do governo guatemalteco, lideradas por General Arana, iniciaram hoje a luta contra os invasores mexicanos. Os invasores, liderados por General Guebra, foram derrotados em várias frentes. O exército guatemalteco conseguiu recuperar parte do território perdido.

APESAR DO VETO RUSSO, O CASO FOI TRANSMITIDO PARA A O.E.A.

A QUESTÃO de Guebra, apesar do veto russo, foi transmitida para a Organização para a Assistência Econômica e Social (O.E.A.). O caso será tratado pela comissão de Guebra.

Para você que deseja o melhor em...

ALTA FIDELIDADE (Hi-Fi)
W. M. REISS A. apresenta o novo... **RCA VICTOR**

W.M. REISS A.
Av. Rio Branco, 115-125

REPORTER-AMADOR - 22-2000

Conferencias militares entre os EE. UU. e o Brasil

QUATRO destacamentos militares brasileiros chegaram ontem a Washington para as conferências militares entre os Estados Unidos e o Brasil. As conferências serão realizadas em Washington e em São Paulo.

Empréstimo para compra de trigo do Brasil aos EE. UU.

WASHINGTON, 22 de Junho. — O Brasil recebeu hoje a notícia de que os Estados Unidos aprovaram um empréstimo de 10 milhões de dólares para a compra de trigo brasileiro. O empréstimo será usado para a compra de trigo em 1955.

"Time" e "Life" processam o "Daily Worker" de Londres

OS jornais americanos "Time" e "Life" processaram hoje o jornal "Daily Worker" de Londres por difamação. O "Daily Worker" acusou os jornais americanos de serem instrumentos da propaganda imperialista.

O carnaval celebrará a Pascoa dos Paisões

Este ano o carnaval será comemorado em homenagem à Pascoa dos Paisões. O carnaval será realizado em São Paulo e em outras cidades do Brasil.

Prisão preventiva para os meladores do chá de Indonésia

Dois meladores de chá indonésios foram presos preventivamente em Java. Os meladores foram acusados de serem agentes de uma organização subversiva.

Manifestação de estudantes nos Estados Unidos

Estudantes americanos realizaram hoje uma manifestação em Washington. Os estudantes protestaram contra a política externa dos Estados Unidos.

Reumatismo - Ciática - Sinusite - Artrite - Asma - Vesícula

Tratamento especializado. DR. MUNIZ. Rua do Carmo, 115. Consultório: Rua do Carmo, 115. Horário: das 9h às 18h.

ROUPAS para VIAGEM - COMPLETA seção de MALAS no MAGAZINE LEREX

Fonte: O GLOBO, 22 jun. 1954, 1ª seção, p. 05

Além disso, destacam-se também matérias autorais do próprio periódico não assinadas por jornalista responsável. Outro aspecto relevante dessa página diz respeito à presença significativa de anúncios publicitários. Essas publicidades ocupavam, inclusive, áreas de maior visibilidade na página, conforme a noção de zonas de interesses discutida acima.

GRANDE OPORTUNIDADE!

Incorporações LAR BRASILEIRO

Bela arquitetura. Os mais altos padrões do conforto moderno.

10% de sinal
20% em 20 meses
70% em 15 anos (juros de 10% a.a.)

COPACABANA

Rua Pompeu Leoni, 30 - Apartamentos com 2 salas contíguas. 4 quartos. 2 banheiros sociais. Quarto e banheiro de empregado. Área de serviço.

Rua República do Peru (50 m de Av. Atlântica) Acabamento de alto luxo - Apartamentos com 2 salas. 3 quartos com armários embutidos. Toilette. 2 banheiros sociais. Cappa-cozinha. Quarto e banheiro de empregado e área de serviço.

BOTAFOGO

Rua Voluntários da Pátria, 127 Apartamentos com 2 salas. 3 quartos. 2 banheiros sociais. Quarto e banheiro de empregado e área de serviço.

LARANJEIRAS

Rua Estrela Lima Apartamentos com 1 sala. 3 quartos. Banheiro. Cozinha Dependências.

Banco Hipotecário LAR BRASILEIRO, S.A.

RUA DO OUVIDOR, 90 - 5ª ANDAR

Para exemplificar a localização das matérias relacionadas à Guatemala, foi selecionada a quinta página da edição de 16 de janeiro d'O *Globo* (Figura 2). A reportagem intitulada "A ameaça da Guatemala", por exemplo, encontra-se posicionada em uma das zonas de interesses de maior visibilidade da página. A presença de notícias sobre a situação política guatemalteca na quinta página era recorrente e, na maior parte das vezes, tais matérias estavam localizadas justamente nas áreas de maior destaque – correspondentes às zonas 1, 2 e 3, conforme indicado na Figura 01.

Enquanto isso, na edição de 22 de junho (Figura 3), o jornal voltou a noticiar a situação na Guatemala, destacando o tema nas principais "zonas de interesse" do leitor. Ao abordar o início dos conflitos entre as forças do governo guatemalteco e os invasores contrarrevolucionários na sessão *O GLOBO em foco*, também registrou a derrota diplomática do país na ONU – na parte superior à direita. A Guatemala buscava denunciar que estava sendo alvo de uma agressão externa, mas o caso acabou sendo encaminhado para a OEA.

É importante destacar, também, o espaço significativo destinado à publicidade. Em geral, os anúncios apresentavam maior incidência na parte inferior das páginas do jornal, como demonstrado na Figura 2 e Figura 3. Ainda assim, era relativamente comum matérias relacionadas à política ocupando a parte superior direita da página – relativo às zonas de interesses de maior destaque para o leitor – dividindo espaço com anúncios publicitários.

Embora o modelo de "zona de interesse" seja bastante elucidativo, não deve ser aplicado de forma rígida. Cabe ressaltar a existência de variações e nuances quanto ao posicionamento das matérias na página e à presença de conteúdos sobre a Guatemala no editorial, com publicações distribuídas por diferentes páginas e diagramações do jornal.

No que se refere à metodologia de busca, utilizou-se o acervo digital d'O *Globo*, que permite a pesquisa por palavras-chave em páginas e matérias digitalizadas. Como ponto de partida, foram empregados os termos "Arbenz Guatemala" na seção "todas estas palavras", resultando em 75 páginas com menções diretas. Contudo, considerando que as referências à situação política guatemalteca também apareciam de forma isolada, ampliou-se a busca com outros descritores,

como “Guatemala comunismo”, que retornou 208 menções. Em alguns momentos, a pesquisa foi refinada conforme a divisão temática do capítulo, utilizando termos específicos como “Guatemala Caracas”, “Guatemala ONU”, além de “Guatemala exilados” e outras variações.

Por fim, realizou-se uma busca complementar com os termos “Guatemala Arbenz” na seção “qualquer uma dessas palavras”, a fim de identificar possíveis matérias relevantes não contempladas anteriormente. Cabe destacar que também foram encontradas menções ao presidente Jacobo Árbenz com distintas variações ortográficas, como “albenz” e “arbens”.

1.3 – O ANTICOMUNISMO NO BRASIL

Enquanto a Europa era atravessada por revoluções sociais em 1848, conhecidas como a Primavera dos Povos³⁴, Marx e Engels afirmaram que um espectro rondava a Europa: o espectro do comunismo. Embora o *Manifesto Comunista* tenha sido escrito em meados do século XIX, essa afirmação revela-se bastante elucidativa para a compreensão de determinados aspectos das relações políticas internacionais do século XX, uma vez que, conforme observa Rodrigo Patto Sá Motta, “aplica-se melhor ao século atual, quando o ‘fantasma’ adquiriu um poder sem precedentes de amedrontar os setores mais conservadores da sociedade [capitalista]” (MOTTA, 2000, p. 5).

O anticomunismo pode ser definido, em sua essência, como uma recusa militante ao projeto comunista, entendido como a formulação marxista-leninista que deu origem ao bolchevismo e ao modelo político estabelecido na União Soviética (MOTTA, 2000, p. 4). Nesse sentido, o conceito abrange indivíduos, grupos e instituições que se mobilizaram contra o comunismo, seja por meio da produção ideológica e da propaganda, seja através da ação política e de mecanismos de repressão voltados a conter a expansão dessas ideias.

Cabe ressaltar que o anticomunismo não constituía um bloco homogêneo ou politicamente coeso. Conforme destaca Motta, tratava-se antes de uma frente ampla que reunia atores e correntes ideológicas bastante distintas. Nesse universo podiam coexistir projetos sociais e políticos diversos – que iam do liberalismo ao catolicismo conservador, passando por nacionalistas e outras vertentes. Em muitos casos, a única convergência efetiva entre esses grupos residia na recusa ao comunismo e na disposição de combatê-lo no campo político e ideológico.

O temor dos setores anticomunistas materializou-se com a Revolução de Outubro de 1917³⁵, quando aquilo que até então se apresentava como um “espectro” passou a representar uma ameaça concreta. No caso brasileiro, na década

³⁴ A Primavera dos Povos foi uma onda revolucionária que varreu a Europa em 1848. Inspirada por ideais liberais, nacionalistas e socialistas, a população rebelou-se contra o absolutismo e o Antigo Regime, exigindo maior participação política e unificação nacional.

³⁵ Fase final da Revolução Russa de 1917, na qual os bolcheviques, liderados por Lênin, derrubaram o Governo Provisório e tomaram o poder. O evento estabeleceu o primeiro Estado socialista, transformando a teoria marxista em uma alternativa política e institucional concreta.

de 1920 começaram manifestações críticas e contrária ao comunismo, ainda que de forma relativamente restrita a determinados grupos – até porque o anarquismo era uma força social mais disseminada. A partir dos anos de 1930, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) apresentou um crescimento significativo e a figura de Luís Carlos Prestes³⁶ (1898–1990) se torna bastante conhecida; da mesma maneira o anticomunismo também crescia. Porém, segundo Motta, a Intentona Comunista³⁷ marcou um momento de “disseminação e consolidação do anticomunista no Brasil” (2000, p. 7). Ainda segundo o autor:

Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. (MOTTA, 2000, p. 7)

De acordo com autor, o anticomunismo no Brasil apresentou momentos de intensidades distintas, ora mais acentuadas, como a já citada Intentona Comunista de 1935; o início da Guerra Fria e o golpe empresarial-militar de 1964, ora marcada por menor centralidade nas disputas políticas e sociais em torno do conceito. Em uma perspectiva mundial, o anticomunismo adquiriu grande força na retórica política dos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria.

Em meio a esse contexto de crescente polarização ideológica internacional, marcado pela ampliação da área de influência da União Soviética, os Estados Unidos passaram a assumir papel central no combate ao comunismo. Washington buscou articular uma ampla frente política, ideológica e estratégica voltada à contenção do comunismo, com intuito de defender o mundo de uma “ameaça revolucionária”. Nesse sentido:

A guerra fria produziu a intensificação do anticomunismo, pois o Estado norte-americano empenhou o peso de seu poder e riqueza na sustentação aos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” comunista, oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material. (MOTTA, 2000, p. 6)

³⁶ Luís Carlos Prestes (1898–1990) foi um líder político e militar brasileiro, conhecido por comandar a Coluna Prestes (1925–1927) e, posteriormente, por sua atuação no Partido Comunista Brasileiro, tornando-se uma das principais figuras do comunismo no país.

³⁷ A Intentona Comunista de 1935 foi uma série de levantes militares liderados por membros da Aliança Nacional Libertadora e do PCB contra o governo de Getúlio Vargas, ocorridos no Rio de Janeiro, Natal e Recife, com o objetivo de tomar o poder.

Cabe ressaltar que embora frequentemente marcadas por exageros e distorções, as representações anticomunistas não surgiram do nada. Como observa Motta, elas se apoiavam em fragmentos da realidade, transformando fatos associados ao comunismo em versões caricaturadas e alarmistas do comunismo. Vale dizer, ainda, que essas representações foram reproduzidas por um longo período – ainda hoje é possível encontrar alegações sobre o comunismo que remontam à primeira metade do século XX. Tendo isso em vista,

Se, de um lado, não é factível acreditar que as representações apresentam uma imagem perfeita da realidade, por outro não se deve supor a inexistência total de correspondência entre os dois fatores. Representações são construções embasadas na realidade, ainda que muitas vezes produzam versões caricaturais e mesmo deformadas do “real”. No caso do anticomunismo, como se verá adiante, o caráter complexo dos vínculos entre realidade e representações é particularmente marcante. (MOTTA, 2000, 11)

Com relação a isso, consolidou-se um conjunto de representações destinado a caracterizar o comunismo e os comunistas. Muitas vezes associados a adjetivos pejorativos, como “piratas”, “degenerados”, “selvagens”, entre outros (MOTTA, 2000, p. 71). Tais construções assumiam um viés marcadamente negativo, apresentando o comunismo como uma experiência política nociva e perigosa, vinculada a ideias de sofrimento, pecado e morte.

No discurso anticomunista, o comunismo foi frequentemente associado à ideia de mal absoluto, sendo responsabilizado por diversos males sociais. Conforme sistematiza Motta, essas representações podem ser organizadas em quatro eixos principais: a demonização do comunismo, sua associação a agentes patológicos, a ideia de ameaça estrangeira – frequentemente vinculada à União Soviética – e a caracterização dos comunistas como moralmente degenerados.

No que se refere à sua dimensão demonizadora, observa-se que, no discurso católico, o comunismo era frequentemente associado diretamente ao demônio. Fora desse meio, contudo, tal associação tendia a ocorrer de forma indireta, por meio de expressões como “planos diabólicos” ou “astúcia diabólica”. Além disso, recorria-se com frequência à animalização dos comunistas, representados como seres repulsivos, a exemplo de cupins, hienas e abutres.

Referimo-nos a representações que associavam os comunistas a animais, num processo que podemos chamar “zoomorfização”. Estabelecer vínculos entre as representações “zoomórficas” (teriomórficas) e “satânicas” não é um procedimento arbitrário, já que no imaginário popular a figura do demônio é

normalmente associada a alguns animais, por exemplo, serpente, bode e dragão. (MOTTA, 2000, p. 76)

Outro eixo recorrente nas representações anticomunistas consistia na associação do comunismo a agentes patológicos, retratando a ação revolucionária como uma enfermidade contagiosa. Nesse vocabulário, o comunismo era comparado a vírus, pragas ou doenças capazes de contaminar o corpo social, enquanto seus militantes eram descritos como indivíduos anormais ou moralmente degenerados, portadores de distúrbios psíquicos e sociais (MOTTA, 2000, p. 79).

Essa chave interpretativa também alimentava a noção de “infiltração”. À semelhança de um vírus que penetra silenciosamente no organismo, os comunistas eram acusados de atuar de forma sorrateira em sindicatos, organizações civis e no próprio aparelho do Estado, com o objetivo de corroer a ordem social por dentro. Como observa o autor, “a representação do comunismo como enfermidade remete ao tema correlato da ‘infiltração’, sendo os comunistas denunciados como um grupo dedicado a infiltrar-se nos organismos sociais, debilitando-os internamente” (MOTTA, 2000, p. 80).

Paralelamente, o comunismo era concebido como uma ameaça de origem externa. À semelhança de uma doença infecciosa, atribuíam-se a agentes estrangeiros sua introdução no país, colocando em risco a integridade nacional (MOTTA, 2000, p. 81). Nesse registro, também era comum sua caracterização como uma “planta exótica” em território brasileiro.

Nas décadas de 1920 e 1930, essa percepção esteve fortemente associada aos imigrantes, sobretudo aos judeus. Já nos primeiros anos da Guerra Fria, a ideia de ameaça externa permaneceu central, passando a enfatizar o imperialismo soviético e a suposta atuação de espões e agentes formados em Moscou com o objetivo de subverter a ordem nos países capitalistas.

No período da Guerra Fria, a ameaça estrangeira continuou presente no imaginário anticomunista, só que restrita à caracterização do comunismo como sinônimo de imperialismo soviético. Predominavam denúncias contra a influência dos russos sobre o P.C. brasileiro - eventualmente auxiliados por seus “países satélites” -, algumas vezes acompanhadas pelo tom picante das histórias de espionagem. (MOTTA, 2000, p. 88)

Para além das representações já mencionadas, a questão da moralidade ocupava lugar central no discurso anticomunista. Sob forte influência do pensamento religioso, o comunismo era frequentemente associado à degradação

moral e concebido como uma ameaça à moral cristã tradicional. Para setores conservadores, em especial a Igreja Católica, tratava-se de uma força voltada a afastar a sociedade da religião e a corroer seus valores.

Nessa perspectiva, o processo revolucionário era interpretado como uma tentativa de subverter princípios religiosos e enfraquecer a própria Igreja. Entre as acusações mais recorrentes, destacava-se a ideia de que os comunistas buscariam desestruturar a família – entendida como base da sociedade –, colocando em risco a ordem social.

Partindo do suposto que as ações e planos dos comunistas entravam em choque com a moral dominante nas sociedades “cristãs e ocidentais”, a qual, em última instância, os revolucionários pretenderiam extirpar, algumas versões extremadas consideravam o comunismo um retorno à barbárie, pois ele iria de encontro aos valores fundamentais da civilização. O comunismo significaria um desafio à sobrevivência da própria sociedade civilizada, ameaçada em seus fundamentos por estes bárbaros do mundo contemporâneo. (MOTTA, 2000, p. 90/91)

No caso brasileiro, a mobilização do anticomunismo promovida pelo *O Globo* desempenhou papel relevante na legitimação do golpe contra o governo de Jacobo Árbenz. Alinhado ao discurso dos Estados Unidos, o periódico passou a retratar a Guatemala como um foco de expansão comunista no continente, reforçando a percepção de ameaça no cenário latino-americano. Em outras palavras, as representações sobre os comunistas levavam à sua desumanização.

1.3.1 – Questões sociais: trabalhismo, sindicalismo, movimento campestre e a reforma agrária no Brasil na década de 1950.

A política brasileira em meados do século XX foi marcada por profundas transformações sociais, que possibilitaram a emergência da classe trabalhadora como “sujeito histórico coletivo”, nos termos de Lucília de Almeida Neves, passando a exercer papel decisivo na vida política nacional. Tratava-se de um período de forte otimismo entre os trabalhadores, marcado pela crença na possibilidade de transformação do presente em direção a um projeto de nação orientado pelo desenvolvimento social. Nesse sentido, o historiador Jorge Ferreira afirma:

Não seria exagero afirmar que, na década de 1950, surgiu na sociedade brasileira uma geração de homens e mulheres que, partilhando de idéias, crenças e representações, acreditou que no nacionalismo, na defesa da

soberania nacional, nas reformas das estruturas sócio-econômicas do país, na ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores do campo e da cidade, entre outras demandas materiais e simbólicas, encontrariam os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade. (FERREIRA, 1999 apud NEVES, 2001, p. 171)

É nesse contexto de crescente protagonismo na organização social da classe trabalhadora que, em 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual foi o partido expoente do trabalhismo brasileiro pós 1945. Vale destacar que a atuação política não estava vinculada somente ao partido e tinha grande difusão na sociedade, “O trabalhismo adquiriu importância real naqueles anos, pois suas proposições programáticas encontraram ressonância não só no Partido Trabalhista Brasileiro, como também em diferentes entidades do movimento social organizado” (NEVES, 2001, p. 173).

A partir da criação do PTB, o partido estabeleceu algumas prerrogativas que acabaram firmando um projeto político que definia alguns objetivos a serem conquistados pelo partido. Dentro das principais pautas de reivindicações do partido estavam: garantia de direitos trabalhistas, previdência social, política econômica dirigida pelo Estado, redistribuição de riquezas, extinção do latifúndio e redistribuição de terras, incentivo ao cooperativismo, entre outras tantas pautas. (NEVES, 2001, p. 175).

É importante pontuar que parte dessas pautas sociais já havia sido incorporada em conquistas anteriores ao PTB, ainda durante o Estado Novo, sob a liderança de Getúlio Vargas, sendo posteriormente apropriadas pelo partido após sua formação. Esse legado contribuiu para a forte associação, nos primeiros anos do PTB, entre o trabalhismo e a figura de Vargas. Além disso, o partido manteve uma relação estreita com os trabalhadores, característica que marcou sua atuação desde a fundação até meados da década de 1960.

Embora o movimento trabalhista – nesse contexto estreitamente associado ao PTB e à figura de Getúlio Vargas – apresentasse diretrizes que orientavam as principais pautas do partido, isso não implicava a existência de uma linha política única. Ao contrário, o PTB abrigava diferentes correntes internas, que, em alguns momentos, adotavam posições divergentes e até conflitantes. Entre as principais tendências do trabalhismo petebista, destacavam-se os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas.

O primeiro grupo, vinculado à figura de Vargas, baseava-se no prestígio do ex-presidente junto aos trabalhadores, defendendo a manutenção da legislação trabalhista dos anos 1930 e mantendo forte articulação com a burocracia estatal. Já os doutrinários trabalhistas, representados por uma ala mais intelectualizada e tendo em Alberto Pasqualini³⁸ (1901–1960) sua principal liderança, diferenciavam-se dos getulistas por rejeitarem projetos de cunho personalista. Defendiam a autonomia maior do partido em relação ao aparelho estatal e propunham reformas estruturais, como a reforma agrária.

Por fim, os pragmáticos reformistas, cujo principal expoente foi João Goulart³⁹ (1919–1976), combinaram elementos das duas vertentes anteriores. Mantiveram a referência ao legado de Vargas – especialmente após sua morte –, ao mesmo tempo em que incorporaram a defesa de reformas estruturais em setores da sociedade. Além disso, ampliaram a proposta de maior autonomia, organicidade e participação dos sindicatos, fortalecendo a atuação independente dos trabalhadores. Dessa maneira, o trabalhismo também foi:

[...] um projeto que contribuiu, de forma decisiva, para a configuração de uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Dessa forma, inscreveu-se tanto no campo da representação social de um tempo peculiar no qual os trabalhadores se identificavam como sujeitos da história, como se constituiu em uma prática política, institucionalizada pela atuação do PTB. (NEVES, 2001, p. 193)

O golpe que derrubou Árbenz, em junho de 1954, ocorreu em um contexto de intensas tensões da Guerra Fria. No Brasil, esse período coincide com o momento final do segundo governo de Getúlio Vargas, quando João Goulart ocupava o ministério do Trabalho, Indústria e Comércio até fevereiro de 1954, tendo buscado ampliar o diálogo com sindicatos e trabalhadores urbanos. Nesse cenário, setores da imprensa passaram a associar o movimento trabalhista ao avanço do comunismo. O *Globo*, em particular, vinculava esse movimento à expansão da influência soviética, estabelecendo conexões entre a mobilização trabalhista e a presença comunista no país.

³⁸ Alberto Pasqualini (1901–1960) intelectual e político gaúcho, um dos principais teóricos do trabalhismo brasileiro. Sua doutrina que buscava humanizar o capitalismo mediante a intervenção estatal e a justiça social, influenciando profundamente o programa político do PTB.

³⁹ João Belchior Marques Goulart (1919–1976) também conhecido como Jango, foi o principal herdeiro político de Getúlio Vargas, consolidou-se como a liderança expressiva do PTB ao articular a base sindical como Ministro do Trabalho (1953–1954). Após dois mandatos como vice-presidente, assumiu a Presidência (1961–1964), onde tentou implementar as Reformas de Base, sendo deposto pelo golpe militar.

O segundo governo de Getúlio Vargas desenvolveu-se em um contexto social marcado por tensões políticas e econômicas. A elevação da inflação e o aumento do custo de vida provocaram a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores urbanos, contribuindo para um cenário de crescente insatisfação social. Uma das principais expressões desse descontentamento foi a chamada “greve dos 300 mil”, ocorrida entre março e abril de 1953, em São Paulo, considerada uma das maiores mobilizações operárias do período (NEGRO; SILVA, 2003, p. 63).

Apesar do amplo apoio recebido do operariado nas eleições de 1950, Vargas enfrentava crescente insatisfação das classes trabalhadoras. Nesse contexto de insatisfação social entre o governo e o movimento operário, promoveu a substituição do então ministro do Trabalho, Segadas Vianna⁴⁰ (1906–1991), nomeando, em seu lugar, João Goulart em 1953. Político com forte vínculo com o movimento sindical e, desde 1952, presidente do PTB, Goulart já se destacava por sua atuação junto às organizações trabalhistas.

A nomeação de Jango representou uma tentativa de reaproximação entre o governo e os trabalhadores, atuando como mediador entre o Estado e os sindicatos. Nesse papel, Goulart adotou uma postura de negociação diante dos conflitos trabalhistas, como na greve dos marítimos⁴¹, quando “atendeu a quase todas as reivindicações dos grevistas” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 66), evidenciando ser favorável ao diálogo com os movimentos operários.

Essa postura contribuiu para fortalecer sua popularidade entre os trabalhadores e consolidar sua imagem como uma das principais lideranças políticas do período, representando também uma renovação no campo do trabalhismo brasileiro. Nesse contexto, sua atuação assemelhava-se a agendas reformistas presentes em outros governos latino-americanos à época, como o de Árbenz na Guatemala.

o trabalhismo brasileiro buscou nesse momento atualizar seu programa, alinhando-se ideologicamente aos movimentos social-democratas europeus, que defendiam a criação e manutenção de um Estado de bem-estar social que oferecesse ampla rede de proteção aos trabalhadores. O processo para

⁴⁰ José de Segadas Vianna (1906–1991) foi ministro do Trabalho nos governos Vargas (1951-1953) e Ranieri Mazzilli (1961). Foi deputado constituinte (1946), Secretário de Segurança da Guanabara (1962).

⁴¹ Greve deflagrada em 1953 por melhores condições de trabalho no setor naval. Foi o primeiro grande teste de João Goulart no Ministério do Trabalho, evidenciando uma política de diálogo e integração das massas trabalhadoras ao projeto político governamental.

atingi-lo, afirmou João Goulart, passava pela democracia e pelo respeito à Constituição. Muito presente no discurso petebista também estavam o anti-imperialismo e o nacionalismo, bastante em voga na América Latina do período. (FERREIRA, 2005 apud SANTOS, 2015, p. 135)

A aproximação entre o governo e os movimentos sindicais, especialmente no contexto de atuação de Goulart, foi recebida com forte desconfiança pelos setores oposicionistas, em particular pelos políticos ligados à UDN. Para esses grupos, Jango “atuava como representante apenas dos trabalhadores, e não do trabalho, indústria e comércio” (SANTOS, 2015, p. 135).

Entre os principais críticos do governo Vargas nesse período destacava-se o jornalista Carlos Lacerda⁴² (1914–1977), que sustentava que os sindicatos poderiam se converter em instrumentos de manipulação política. Segundo ele, “o sindicato não é sempre e necessariamente arma de libertação e de melhoria. Pode ser, e frequentemente tem sido, arma de mistificação do trabalhador e de opressão da sociedade” (LACERDA, 1952 apud SANTOS, 2015, p. 137).

Nesse contexto, setores da oposição passaram a acusar o governo de utilizar a relação com os sindicatos como estratégia de ampliação de poder. A ideia de uma possível formação de uma “república sindicalista”⁴³ tornou-se um dos principais elementos da retórica oposicionista do período. Essas críticas se intensificaram ainda mais diante da defesa, por parte de Goulart, de pautas históricas do movimento operário, como o aumento do salário mínimo.

A proposta Goulart de duplicação do salário mínimo provocou forte reação de setores empresariais e da parte da imprensa liberal, intensificando a campanha oposicionista contra o governo. Nesse contexto de crescente pressão política, João Goulart deixou o cargo de ministro do Trabalho em fevereiro de 1954, poucos meses após sua nomeação.

“Tal estilo lhe custaria o próprio cargo e amplificaria o tom da gritaria oposicionista, que via em sua *performance* um projeto antidemocrático,

⁴² Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914–1977) jornalista e político, fundou a Tribuna da Imprensa. Ex-militante comunista, tornou-se ferrenho conservador e líder da UDN. Foi vereador, deputado e governador da Guanabara (1960–1965). Notabilizou-se como opositor implacável de Vargas e do projeto trabalhista, utilizando o jornalismo como ferramenta de desestabilização política. Tendo papel central na crise de 1954 que resultou no suicídio de Getúlio Vargas.

⁴³ O termo “República Sindicalista” foi amplamente utilizado por setores da oposição conservadora – como a UDN e parte da imprensa, a exemplo do jornal Tribuna da Imprensa – para denunciar um suposto projeto autoritário associado ao governo Vargas e à atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho. Sobre o tema, ver: SANTOS, 2015, p. 134–148.

clientelista e de “comunização” do país, pretensões a criar uma “República Sindicalista”. Seu gesto mais ousado foi a defesa publicamente intransigente de uma reivindicação do movimento operário desde o final de 1953: a duplicação do salário mínimo. Essa defesa se dava em meio a uma sucessão de greves no Distrito Federal” (NEGRO; SILVA, 2003, p. 66)

Nesse cenário de crescente mobilização sindical e intensificação das disputas trabalhistas, as medidas adotadas por João Goulart suscitaram forte reação entre setores da oposição. Em um contexto marcado pelos conflitos da Guerra Fria e pela difusão de uma perspectiva anticomunista, a atuação sindical passou a ser interpretada como sinal de avanço do comunismo no país.

Dinâmica semelhante pode ser observada na Guatemala durante os governos de Arévalo e Árbenz, quando se verificou uma rápida expansão da organização sindical, “Em 1944, quase não havia sindicatos. Em 1954, nada menos que trezentos mil trabalhadores estavam inscritos nos cerca de dois mil sindicatos rurais e urbanos [...]” (GRANDIN, 2004, p. 26).

Já a questão agrária no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 era marcada pela forte concentração fundiária e pelo poder político dos grandes proprietários. Nesse contexto, estabeleceu-se um contraste profundo entre campo e cidade: enquanto a legislação social da Era Vargas garantiu direitos aos trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais permaneceram excluídos de proteções básicas, submetidos a relações de trabalho precárias.

Se a sindicalização dos trabalhadores urbanos já despertava receios entre os setores oposicionistas ao governo Vargas, a organização sindical no campo era percebida pelos latifundiários como uma ameaça ainda maior. Embora a legislação previsse a possibilidade de sindicalização rural, sua efetivação enfrentava forte resistência das elites agrárias, que buscavam impedir a extensão dos direitos trabalhistas ao meio rural. Nesse sentido, como observa Lessa:

Os proprietários, através da Confederação Rural Brasileira, pressionam o Ministério do Trabalho, no sentido de impedir qualquer iniciativa que possibilite estender os direitos trabalhistas já alcançados nos centros urbanos ao meio rural. A sindicalização rural, embora prevista pela consolidação das Leis Trabalhistas, compatível com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, é barrada pela pressão do bloco agrário (LESSA, 1985 apud MONTENEGRO, 2003, p. 248)

Apesar desse contexto adverso, emergiram diversas formas de organização dos trabalhadores rurais no Brasil, entre elas as Ligas Camponesas⁴⁴. O embrião desse movimento surgiu em 1954, no Engenho Galileia⁴⁵, em Pernambuco, inicialmente com caráter assistencial. De acordo com Antônio Torres Montenegro, os moradores fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco⁴⁶ (SAPPP), com o objetivo de criar um fundo mútuo para custear enterros dignos, além de buscar acesso a sementes para o cultivo, respondendo às condições de pobreza e desamparo legal no campo. De acordo com o autor

O que [viria] posteriormente a denominar-se Ligas Camponesas, adquirindo com o passar dos anos visibilidade e tornando-se motivo de admiração de muitos, tanto em nível nacional quanto internacional, é uma entidade criada para atender de forma pontual aos problemas prementes daquela comunidade. (MONTENEGRO, 2003, p. 249)

A SAPPP foi criada pelos trabalhadores do Engenho Galileia com o objetivo de enfrentar coletivamente os problemas da localidade. Em um primeiro momento, como gesto de conciliação, os membros da associação convidaram o proprietário do engenho a ocupar o cargo de presidente de honra da entidade. No entanto, a iniciativa logo despertou desconfiança entre os latifundiários da região, que passaram a interpretar a organização dos trabalhadores como uma ameaça à ordem agrária vigente.

A estratégia para enfrentar de maneira coletiva os problemas que afligem de forma direta a comunidade de Galiléia está também marcada pela presença de alguns ex-militantes comunistas, como Ze dos Prazeres, que, no período de 1946-1947, foi um dos dirigentes da "Liga Camponesa da Boa Idéia", que reunia plantadores de verdura do bairro de Iputinga, em Recife. Posteriormente, Zé dos Prazeres retorna ao meio rural e torna-se uma das lideranças que ajudar a fundar a SAPPP. (MONTENEGRO, 2003, p. 248)

Alertado por outros proprietários de que estaria “instalando o comunismo” em suas terras, o dono do engenho passou a ameaçar os foreiros de expulsão. Diante da pressão, os camponeses buscaram apoio em Recife, onde encontraram respaldo jurídico e político no advogado e deputado do Partido Socialista

⁴⁴ As Ligas Camponesas foram o mais contundente movimento social de camponeses e trabalhadores rurais do Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Embora o PCB já tivesse organizado entidades com esse mesmo nome entre 1945 e 1947, o movimento de maior destaque surgiu em 1955, no Engenho Galileia, em Pernambuco.

⁴⁵ O Engenho Galileia (antigo engenho de açúcar) estava situado na cidade de Vitória de Santo Antão, a cerca de 50 quilômetros do Recife. Em meados da década de 1950, suas terras eram ocupadas por 140 famílias de trabalhadores rurais que viviam do cultivo da agricultura de subsistência

⁴⁶ A SAPPP foi uma entidade fundada com objetivos assistencialistas, criada como um fundo de ajuda mútua diante da extrema pobreza e da dificuldade dos agricultores em pagar o foro da terra (aluguel). Um de seus propósitos centrais era promover enterros dignos às famílias carentes do engenho.

Brasileiro (PSB), eleito em 1954, Francisco Julião⁴⁷ (1915–1999). Segundo relato, Julião teria afirmado: “Eu os defenderei. Sou um deputado. O Estado me paga. Vocês não terão de me pagar coisa alguma” (PAGE, 1972 apud MONTENEGRO, 2003, p. 252).

A mobilização dos trabalhadores do Engenho Galileia representou uma vitória inédita no cenário agrário brasileiro. Com o apoio jurídico e político de Francisco Julião, os camponeses resistiram às ameaças de expulsão e levaram suas reivindicações para o espaço público, organizando manifestações em Recife. Em 1959, após intensa pressão popular, o governo de Pernambuco sancionou a desapropriação do engenho, transformando a experiência local em um marco das lutas camponesas no país.

O governo cede à pressão dos trabalhadores e a desapropriação é assinada. A repercussão na imprensa de outros estados é imediata, e prevalece um tom de crítica e censura ao ato do governo. (MONTENEGRO, 2003, p. 159)

A partir dessa conquista, a organização iniciada com a SAPP ultrapassou os limites do conflito local e passou a impulsionar um movimento mais amplo de trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas difundiram-se por diferentes regiões, articulando mobilizações e ampliando a pauta política dos camponeses. Nesse processo, a luta contra despejos e abusos dos proprietários converteu-se progressivamente em uma reivindicação nacional pela realização de uma reforma agrária no Brasil.

A questão agrária, especialmente no que se refere à reforma agrária, consolidou-se como um dos temas centrais dos debates políticos brasileiros a partir da década de 1950, ganhando também destaque nas páginas d'*O Globo*. No que diz respeito à sua articulação com o caso guatemalteco, era recorrente que o jornal associasse o movimento pela reforma agrária à “infiltração comunista”. Em outros momentos, quando não enfatizava essa vinculação ao comunismo, o periódico recorria a argumentos que questionavam a viabilidade e a eficácia de uma eventual reforma agrária no Brasil. Ao alegar, por exemplo, que a reforma agrária causaria queda na produção.

⁴⁷ Francisco Julião Arruda de Paula (1915–1999) foi advogado e político brasileiro, destacado por sua atuação na defesa dos trabalhadores rurais e por sua liderança nas Ligas Camponesas, tornando-se uma das principais vozes da luta pela reforma agrária no país.

1.4 – O INÍCIO DA GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA

De acordo com o historiador britânico Eric Hobsbawm, o período da Segunda Guerra Mundial caracterizou-se por uma “aliança bizarra” entre capitalismo e comunismo. Nesse contexto, os países capitalistas ocidentais e a União Soviética uniram-se na luta contra as forças nazifascistas lideradas pela Alemanha. Contudo, essa convergência de interesses constituiu apenas um breve interstício em meio às rivalidades estruturais entre esses dois blocos. Como informa o historiador britânico:

Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro [de 1917], cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista tanto na guerra quanto na paz [Guerra Fria], fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma (HOBBSAWM, 1995, p. 17 apud MUNHOZ, 2020, p. 31).

Com o avanço do conflito para sua fase final e a derrota da Alemanha nazista em 1945, a aliança entre Estados Unidos e União Soviética começou a se enfraquecer. A eliminação do inimigo comum evidenciou as divergências políticas, econômicas e estratégicas entre as duas potências. Nesse contexto, “as disputas entre as duas maiores potências econômicas e militares do planeta tornaram plausível a emergência de um novo conflito de proporções globais” (HOBBSAWM, 1995 apud MUNHOZ, 2020, p. 129). Esse novo cenário de antagonismo político e ideológico passou a ser conhecido, posteriormente, como Guerra Fria.

No contexto latino-americano, o final da Segunda Guerra Mundial foi marcado por importantes transformações políticas. A vitória dos Aliados colocou diversas ditaduras da região em uma posição contraditória, uma vez que muitos desses regimes haviam apoiado os Estados Unidos na luta contra o nazifascismo. Tal situação contribuiu para a crise de legitimidade de governos autoritários e favoreceu processos de abertura política em vários países.

Como resultado, ao longo da segunda metade da década de 1940, diversas ditaduras foram derrubadas e a democracia liberal emergiu “quase como um símbolo máximo, de ressonância quase universal” (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 25).

De acordo com Leslie Bethell e Ian Roxborough, o período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria pode ser dividido em duas fases. A primeira, iniciada ainda antes do término do conflito, foi

marcada por um processo de abertura democrática, acompanhado pela expansão de partidos progressistas e pela maior organização da classe trabalhadora.

Essa interpretação também é compartilhada pelo historiador Greg Grandin, que destaca a amplitude do processo de democratização ocorrido no continente. Segundo o autor:

“Em 1944, somente cinco países latino-americanos – México, Uruguai, Chile, Costa Rica e Colômbia – mereciam ser chamados de democracia. Em 1946, apenas cinco não eram dignos desse nome: Paraguai, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana. Os ditadores foram depostos em todo o continente e os governos legalizaram o sufrágio e os sindicatos. Em graus variáveis de país para país, a urbanização, a industrialização e o crescimento demográfico criaram uma classe média emergente e um operariado urbano que se uniram a estudantes, intelectuais e, em alguns casos, a um campesinato militante.” (GRANDIN, 2004. p. 15)

Esse cenário indicava, naquele momento, a possibilidade de uma ampliação das instituições democráticas e da participação política da classe trabalhadora no continente.

Entretanto, esse processo de abertura democrática foi rapidamente seguido por uma reação conservadora. A partir de 1947, no contexto da consolidação da Guerra Fria, os avanços políticos e sociais obtidos nos anos anteriores passaram a sofrer fortes resistências.

Nesse mesmo ano, os Estados Unidos criaram a CIA, instituição que desde o início desempenhou papel relevante na política internacional, particularmente na América Latina. Como observa Grandin: “[...] 1947 marcou o início de uma reação em âmbito continental. No Peru e na Venezuela, os governos eleitos foram depostos por golpes militares. Os países que mantiveram as instituições democráticas se inclinaram abruptamente para a direita.” (2004, p. 17).

Nesse contexto, à exceção da Guatemala – que manteve um regime democrático até 1954 –, os projetos de democratização do continente já se encontravam amplamente frustrados ao final da década de 1940 (MUNHOZ, 2020, p. 183). Após o golpe que derrubou o presidente Jacobo Árbenz, o ano de 1954 passou a registrar, no continente, um número maior de regimes autoritários do que em 1944.

Em uma avaliação mais generosa – e considerando que nenhum desses regimes poderia ser classificado como plenamente democrático⁴⁸ –, apenas quatro países poderiam ser incluídos nessa categoria: Brasil, Costa Rica, Chile e Uruguai. Diante desse cenário, Bethell e Roxborough afirmam que “na verdade, em 1954, era impossível ter certeza de que esses países continuavam democráticos” (1996, p. 40).

No imediato pós-guerra, o fascismo ainda era percebido como uma ameaça maior às democracias do que o comunismo, o que favoreceu a expansão dos partidos comunistas no continente. Contudo, com o aprofundamento da disputa ideológica entre as superpotências e a adoção da Doutrina Truman⁴⁹, os Estados Unidos passaram a adotar uma política mais rígida de combate ao comunismo na América Latina. Esse processo resultou na ilegalização de partidos comunistas e na cassação de mandatos parlamentares relacionados ao partido.

Apesar da limitada capacidade de Moscou de projetar influência na América Latina no contexto pós-guerra, os Estados Unidos viam os partidos comunistas latino-americanos como a quinta coluna de Moscou no continente e, portanto, os consideravam um perigo para a manutenção de sua hegemonia regional. (PETTINÀ, 2019, p. 17).

Assim, enquanto os Estados Unidos implementavam na Europa o Plano Marshall⁵⁰, voltado à reconstrução econômica e à estabilização política do continente europeu, a América Latina vivenciava um processo de regressão democrática, marcado pela repressão às forças de esquerda e pela crescente polarização ideológica no contexto inicial da Guerra Fria.

O Plano Marshall constituiu um dos principais instrumentos da política externa estadunidense no início da Guerra Fria. Implementado a partir de 1948, o programa serviu para a reconstrução – e recuperação – das economias da Europa Ocidental, devastadas pela guerra. A iniciativa tinha um claro objetivo político: conter

⁴⁸ Os partidos comunistas, por exemplo, foram proscritos na Costa Rica, Chile e Brasil, sendo que neste último mais da metade da população ficara à margem devido ao analfabetismo. (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 40).

⁴⁹ A Doutrina Truman, anunciada pelo presidente dos Estados Unidos Harry Truman em 1947, estabeleceu a contenção do comunismo como eixo da política externa dos EUA. Na América Latina, orientou pressões para a exclusão de partidos comunistas, intensificou o anticomunismo, enfraqueceu projetos reformistas e favoreceu a adoção de políticas de segurança nacional e práticas intervencionistas.

⁵⁰ O Plano Marshall, criado em 1948, foi um programa de ajuda econômica dos Estados Unidos para reconstruir a Europa no pós-guerra. Além de estimular a recuperação econômica, visava conter a expansão do comunismo, fortalecendo países alinhados ao bloco capitalista durante o início da Guerra Fria.

o avanço de partidos comunistas e garantir a estabilidade de regimes alinhados ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos.

Para a América Latina, contudo, a política dos Estados Unidos foi distinta. Apesar das expectativas de cooperação no pós-guerra, Washington não implementou na região um programa semelhante ao Plano Marshall. Prevaleceu a orientação *trade not aid*, que priorizava o comércio em vez da ajuda financeira. (PETTINÁ, 2019, p. 19). Enquanto a Europa recebeu recursos para reconstrução e industrialização, a América Latina permaneceu majoritariamente como fornecedora de produtos primários.

Nesse contexto, como os Estados Unidos não implementaram na América Latina um programa de assistência econômica semelhante ao realizado na Europa, tornou-se necessário assegurar o controle político da região. Para isso, Washington buscou institucionalizar sua liderança no hemisfério por meio da assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca⁵¹ (TIAR), em 1947, e da criação da Organização dos Estados Americanos⁵² (OEA). Sob o discurso da defesa coletiva e a proteção contra ataques de potências estrangeiras, essas instituições serviram para legitimar as políticas intervencionistas dos Estados Unidos para com o restante do continente.

É possível observar, entre os objetivos do Tiar, o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente que restringia a interferência de potências não-americanas na região. Assim, considerando-se o contexto inicial da Guerra Fria e o papel de liderança dos EUA, é possível compreender claramente o significado político do tratado, naquele momento histórico. A aprovação do Tiar e, posteriormente, a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) constituíram-se em importantes instrumentos de hegemonia estadunidense no continente americano. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

No início da Guerra Fria, a criação do TIAR e da OEA institucionalizou a segurança hemisférica sob liderança dos Estado Unidos, associando o comunismo a uma ameaça continental. Esse contexto permitiu que, na Conferência de Caracas, em 1954, a Guatemala fosse acusada de sofrer influência comunista, legitimando

⁵¹ O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) estruturou a defesa continental ao restringir a influência de potências externas e conter o avanço do comunismo. Os Estados Unidos utilizaram o tratado para consolidar sua hegemonia político-militar, impondo decisões de segurança sob a justificativa de um suposto “interesse comum” hemisférico.

⁵² A Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948, na Conferência de Bogotá, consolidou o sistema interamericano no contexto inicial da Guerra Fria, alinhando o continente à lógica de segurança hemisférica. Os Estados Unidos utilizaram a organização para legitimar seu intervencionismo, flexibilizando o princípio da não intervenção e justificando ações contra governos reformistas sob o pretexto de combater o comunismo.

pressões e abrindo caminho para medidas intervencionistas contra o governo de Árbenz.

1.4.1 – O governo de Jacobo Árbenz (1951–1954)

O governo de Juan José Arévalo (1946–1951) foi marcado por forte instabilidade política, em razão de suas reformas trabalhistas, que suscitaram acusações de comunismo e oposição de setores como a UFCo e grandes latifundiários. Ao longo de seu mandato, enfrentou 28 tentativas de golpe. Ao deixar o poder, teria dito que seu sucessor “abandonaria os ideais da *Revolução de Outubro [de 1944]*⁵³, ou enfrentaria pressões quase intransponíveis para consolidá-los. Árbenz, no entanto, um militar nacionalista, optara pela segunda alternativa.” (RAMPINELLI, 2007, p. 109).

Jacobo Árbenz venceu as eleições de 1950 e assumiu a presidência em 1951 com o objetivo de aprofundar as reformas sociais iniciadas pelo governo de Arévalo. Em seu discurso de posse, destacou a reforma agrária como eixo central de seu governo. Diante de uma economia agrária e considerada praticamente “feudal”, defendia que uma ampla redistribuição de terras era essencial para modernizar o país e melhorar as condições de vida, sobretudo dos camponeses. Em seu discurso de posse o presidente afirmava:

primeiro, converter nosso país de uma nação dependente e de economia semicolonial em um país economicamente independente; segundo transformar a nossa nação de um país atrasado e de economia predominantemente feudal, em um país capitalista moderno; e terceiro, fazer que esta transformação se leve a cabo de tal maneira que traga consigo a maior elevação do nível de vida das grandes massas do povo. [...] A reforma agrária é uma parte vital de nosso programa para que possamos desfazer dos latifúndios e introduzir mudanças fundamentais em nossos métodos primitivos de trabalho; que seria: cultivar as terras não trabalhadas e aquelas nas que se mantém costumes feudais, incorporando a ciência e a tecnologia agrícola. (ARÉVALO; ÁRBENZ, 1951, p. 23)

Assim como Arévalo, Árbenz não era comunista, apesar das acusações, nem pretendia realizar uma revolução desse caráter. Seu projeto visava ao desenvolvimento econômico nacional dentro dos limites capitalistas, rompendo

⁵³ A Revolução de Outubro (ou Revolução de 20 de Outubro de 1944) foi um levante cívico-militar guatemalteco que marcou o fim de um longo período de governo ditatorial no país, estabelecendo um modelo democrático e elegendo Juan José Arévalo como presidente.

com relações de trabalho de caráter quase colonial no campo. Nesse sentido, dedicou o início de seu mandato à formulação e implementação da lei de reforma agrária.

Na tentativa de implementar a reforma agrária, Árbenz enfrentou a resistência da oligarquia latifundiária, em um contexto de profunda concentração de terras na Guatemala. Para o governo, essa desigualdade era uma das principais causas da pobreza nacional. Nesse sentido, em 1952, foi promulgada a *Ley de Reforma Agraria*, o Decreto 900, que visava enfrentar os problemas agrários e reduzir as desigualdades e injustiças no meio rural, conforme expresso nos primeiros artigos:

Artigo 1 – a Reforma Agrária da Revolução de Outubro tem por objetivo liquidar a propriedade feudal no campo e as relações de produção que a originam para desenvolver a forma de exploração e métodos capitalistas de produção na agricultura e preparar o caminho para a industrialização da Guatemala.

Artigo 2 – Ficam abolidas todas as formas de servidão e escravidão e, por conseguinte, proibidas as prestações pessoais gratuitas dos camponeses, moços colonos e trabalhadores agrícolas, o pagamento em trabalho do arrendamento da terra e os repartimentos de indígenas, qualquer que seja a forma em que subsistam. (DECRETO 900, 1952)

O processo de expropriação teve início ainda em 1952 e, até o final de 1953, alcançou mais de 100 mil famílias. Embora tenha sido considerado rigoroso pelos grandes proprietários, mantinha-se dentro dos limites legais. As medidas incidiam sobre terras improdutivas das grandes propriedades. Segundo Rampinelli, “As propriedades com menos de 90 hectares não estavam sujeitas à reforma, tampouco aquelas entre 90 e 270 hectares que fossem cultivadas em seus dois terços.” (2007, p.111). Assim, propriedades que utilizassem cerca de 70% de sua área produtivamente não seriam afetadas.

A política de expropriação beneficiou milhares de famílias camponesas e etnias indígenas, historicamente prejudicadas pela concentração fundiária. Nesse contexto, a UFCo detinha cerca de 230 mil hectares de terras não cultivadas – o que representava 7% da área cultivável do país –, o que a tornava um dos principais alvos potenciais da reforma.

Conforme estabelecido no Artigo 6 da *Ley de Reforma Agraria*, a indenização pelas terras expropriadas baseava-se no valor declarado no cadastro fiscal: “O montante de indenização será fixado com base na declaração da matrícula fiscal de bens rústicos, de acordo a como se encontre em nove de maio de mil novecentos e cinquenta e dois, e será pago proporcionalmente à extensão da terra expropriada.” (DECRETO 900, 1952)

Entretanto, a United Fruit – que historicamente subdeclarava o valor de suas propriedades para reduzir a carga tributária – não aceitou os valores estipulados para a indenização. A partir disso, o governo dos Estados Unidos passou a intervir, exigindo uma compensação muito superior àquela previamente declarada:

Em 1954, ele [John Foster Dulles, secretário de estado estadunidense] solicitará, em nome do governo dos Estados Unidos, uma indenização para a empresa de 15.854.848 de dólares pelas terras de Tiquisique. Embora exorbitante, já que o valor declarado para impostos era de 627.527, a soma é menor que os 20 milhões gastos pelos cofres públicos para financiar a derrocada de Arbenz. (AYERBE, 2004, p. 110).

Dessa forma, os avanços da reforma agrária atingiram diretamente a empresa norte-americana e, quando os interesses da revolução se chocaram com os interesses empresariais estadunidenses, iniciou-se um conluio entre setores privados e o governo dos Estados Unidos com o objetivo de conter o processo reformista. Cabe destacar que a United Fruit exercia grande influência na Guatemala, com impactos concretos na estrutura econômica e política do país:

A United Fruit controlava direta e indiretamente cerca de 40.000 empregos na Guatemala. Seus investimentos no país estavam avaliados em 60 milhões de dólares. Funcionava com um estado dentro do estado, possuía os telefones e telégrafos da Guatemala; administrava o único porto de importância no Atlântico e monopolizava suas exportações.” (SCHLESINGER; KINZER, 1982, p. 26)

Além disso, o contexto internacional era marcado pelo agravamento das tensões da Guerra Fria, no qual opositores, tanto internos quanto externos, passaram a interpretar as reformas como de caráter comunista. O discurso do “perigo vermelho” foi amplamente mobilizado nos debates políticos e na imprensa, tanto no âmbito nacional quanto internacional, como destaca a historiadora Heloisa Reichel:

Muitos títulos das matérias publicadas tratavam de construir a imagem de ameaça constante que o comunismo oferecia à ordem social, política e até religiosa da América Latina. Alguns referiam-se à região como um todo e outros diziam respeito aos movimentos sociais e/ou políticos que ocorriam nos diversos países. (REICHEL, 2004, p. 205)

O anticomunismo, já em crescimento desde o final do governo Arévalo, atingiu seu ápice nos momentos finais do mandato interrompido de Árbenz. Assim, à medida que as expropriações avançavam sobre os interesses da *La Frutera*⁵⁴, intensificaram-se as críticas ao governo, ao presidente e à suposta ameaça comunista. De acordo com o sociólogo guatemalteco, “A reação tornou-se

⁵⁴ A United Fruit Company (UFCo), frequentemente referida na região como “la frutera” ou “el pulpo”.

anticomunista, embora fosse simplesmente antidemocrática.” (TORRES-RIVAS, 2008, p. 53)

O presidente Árbenz implementou a reforma agrária, mas pagou um alto preço por confrontar a UFCo. A empresa, em articulação com o Departamento de Estado e a CIA – cujos integrantes, em alguns casos, possuíam vínculos com a companhia – passou a organizar uma campanha contra o governo guatemalteco, nos países da América Central e Caribe e, também, nos Estados Unidos. Para alcançar seus objetivos, atuaram em diversos âmbitos: fazendo propagandas em rádios e jornais, financiando e armando guerrilhas e propagando o anticomunismo por todo continente. Com a palavra, Hobsbawm:

Quase desde o início da Guerra Fria, os EUA partiram para combater esse perigo [comunista] por todos os meios, desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pela subversão militar oficial e não oficial; de preferência em aliança com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local. (HOBSBAWM, 2017. p.422)

Nesse contexto, o governo norte-americano – ao mesmo tempo em que apoiava e armava forças contrarrevolucionárias guatemaltecas e grupos insurgentes em países vizinhos – impôs restrições econômicas e manteve o bloqueio à venda de armas para a Guatemala que durava desde 1944. Diante da possibilidade concreta de invasão, já identificada pelos serviços de inteligência do governo, Árbenz buscou equipar o exército nacional. Impedido de adquirir armamentos dos Estados Unidos, recorreu à Tchecoslováquia, país alinhado ao bloco socialista. A operação, contudo, foi descoberta pouco antes da chegada das armas ao país.

De fato, o governo dos Estados Unidos tinha imposto um virtual bloqueio de armas para o governo da Guatemala desde 1944. E, em contraste, material militar moderno de origem norte-americana continuava sendo transferido para os aliados em El Salvador, Honduras, e Nicarágua, além do peculiar caso das tropas contrarrevolucionárias guatemaltecas comandadas pelo coronel Carlos Castillo Armas – comprovadamente pagas, treinadas e armadas pela CIA no contexto geral da famigerada Operação Sucesso, iniciada em meados de 1953. (AVILA, 2012, p. 57-58)

Dessa forma, a relação entre Guatemala e Estados Unidos, já tensionada, deteriorou-se rapidamente. As acusações de alinhamento ao comunismo internacional ganharam força, tanto no plano interno quanto externo, contribuindo para o isolamento crescente do país. Embora as políticas adotadas pelo governo guatemalteco configurassem um exercício de soberania nacional, “no clima da Guerra Fria e sob a ótica antissoviética, foram considerados provocações: primeiro, a

expropriação das terras da United Fruit Company; depois, a compra de pistolas e fuzis tchecos.” (TORRES–RIVAS, 2008, p. 38)

A CIA desempenhou papel central na derrubada do governo de Jacobo Árbenz. Em 1953, com a posse de Dwight D. Eisenhower⁵⁵ (1890–1969), intensificou-se a oposição às políticas nacionalistas adotadas por países do chamado Terceiro Mundo. Nesse mesmo ano, a agência executou com sucesso a Operação Ajax⁵⁶, no Irã, que resultou na deposição do primeiro-ministro Mohammad Mossadegh (1882–1967).

No caso guatemalteco, a operação organizada para derrubar Árbenz foi a PBSUCCESS. Embora tenha contado com apoio de opositores guatemaltecos e de forças insurgentes da América Central, a articulação central partiu da CIA e do Departamento de Estado norte-americano: “A conspiração teve um ativo apoio interno, sem dúvida; porém sua força veio do exterior e foi a Agência Central de Inteligência – hoje se conhecem os detalhes – a que programou a derrubada de Árbenz e levou a cabo.” (RIVAS, 1995, p. 160 apud AVILA, 2012, p. 58).

Assim, em 1954, a situação tornou-se insustentável. O governo enfrentava intensificação dos embargos econômicos e ataques militares, enquanto forças treinadas pela CIA em países como Nicarágua e Honduras se preparavam para a invasão. Inicialmente, Árbenz tentou organizar uma resposta defensiva, mas, em 27 de junho daquele ano, diante de bombardeios aéreos e da iminente ofensiva contrarrevolucionária, decidiu renunciar. Após um conturbado processo de reorganização política após a queda de Árbenz, assumiu o coronel Carlos Castillo Armas, líder contrarrevolucionário apoiado pela CIA. Em seu discurso de saída, Árbenz afirma:

“Nosso único delito consiste em decretar nossas próprias leis e aplicar a todos sem exceção. Nosso delito é ter iniciado uma reforma agrária que afetou os interesses da United Fruit Company. Nosso delito é desejar ter nossa própria rota para o Atlântico, nossa própria energia elétrica e nossos próprios cais e portos. Nosso delito é nosso patriótico desejo de avançar, progredir e obter uma independência econômica que vai de acordo com nossa independência política.” (KINZER; SCHLESINGER, 1982, p. 35)

⁵⁵ Dwight D. Eisenhower (1890–1969) foi presidente dos Estados Unidos entre 1953 e 1961, seu governo foi marcado pelo fortalecimento do anticomunismo e pelo apoio a intervenções externas no contexto da Guerra Fria.

⁵⁶ Operação Ajax: operação da CIA que derrubou Mohammad Mossadegh em 1953, sendo considerada a primeira grande intervenção bem-sucedida da CIA para mudança de regime, restaurando o poder do xá e interesses ocidentais.

Nesse discurso, é possível perceber que o caráter de soberania nacional defendido por Jacobo Árbenz guardava, em certa medida, semelhanças com o discurso trabalhista no Brasil naquele momento. No entanto, após dez anos de um período democrático e progressista, a Guatemala voltou a ser dominado por militares. Os avanços da revolução foram dissipados, e os interesses das oligarquias latifundiárias, empresariais e estrangeiras foram restabelecidos.

CAPÍTULO II

2.1 – AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A GUATEMALA DE JACOBO ÁRBENZ NO JORNAL O GLOBO

Em novembro de 1950, Jacobo Árbenz foi eleito presidente da Guatemala com 65% dos votos, tendo maioria eleitoral em todas as províncias do país. O segundo colocado nas eleições, o general Ydígoras Fuentes, não alcançou os 20% de votos do eleitorado. Árbenz foi um dos líderes no processo da Revolução Guatemalteca, em 1944, além de ter sido o Ministro da Defesa do primeiro governo revolucionário no mandato presidencial de Arévalo. No entanto, o processo eleitoral de 1950 não teve repercussão no jornal *O Globo*.

Árbenz, como dito anteriormente, pretendia aprofundar as reformas iniciadas no mandato anterior e seu principal objetivo era a reforma agrária. À época de sua candidatura, o presidente era visto como um político “pragmático” e “moderado”, tanto que em correspondências diplomáticas, o representante do Brasil na Cidade da Guatemala, Carlos da Silveira Martins Ramos⁵⁷ (1894–c.1956), declarou que “haja sido eleito pelos partidos de esquerda e da extrema esquerda, inclusive os comunistas, o Tenente Coronel J. Árbenz se acha politicamente falando, mais próximo ao tipo laborista inglês” (MARTINS RAMOS, 1950, apud BAPTISTA JÚNIOR, 2013, p. 87). Sobre a Guatemala, Martins Ramos concluiu:

As recentes eleições confirmam um fato auspicioso: a democracia criou raízes na Guatemala, o regime democrático consolida-se rapidamente e é de se esperar que nenhuma perturbação venha, de futuro, entorpecer a evolução política deste país, que entre outros, sofreu mais de longas e oprobriasas ditaduras. (MARTINS RAMOS, 1950, apud BAPTISTA JÚNIOR, 2013, p. 87)

Como já mencionado, a primeira menção ao presidente Árbenz n’*O Globo* ocorreu em 1951, em uma nota sobre o estado de sítio na Guatemala, na qual o jornal apresentou o governo como responsável por conter os distúrbios internos. Nesse momento, a abordagem foi relativamente favorável. Inicialmente favorável, a cobertura muda a partir de 1952, quando Árbenz passa a ser associado a líderes mal vistos pelos EUA, indicando um enquadramento mais crítico e uma suposta inclinação à esquerda. Para avançar o projeto de reforma no país, Árbenz estreitou relações com

⁵⁷ Carlos da Silveira Martins Ramos (1894–c.1956) foi diplomata brasileiro do Itamaraty, atuante entre as décadas de 1930 e 1950 em postos na Europa e América Latina, em contextos da Guerra Civil Espanhola, Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria.

membros da esquerda guatemalteca, inclusive, comunistas. Assim, em um novo comunicado, Martins Ramos declarou que:

[...] ao contrário dos prognósticos com que foi saudada a inauguração do governo do presidente J. Árbenz, o comunismo se vigoriza e vai estendendo os seus tentáculos, adquirindo personalidade, conquistando postos no governo ou junto a ele. [...] O presidente, por indiferença ou por desprezar a potencialidade numérica do comunismo, ou ainda por pretender interpretar em toda sua amplitude o que se entende por democracia está se divorciando da tradição americana, singularizando-se numa posição em momento de crise mundial, que, com o correr do tempo, há de trazer ao seu governo dias de incerteza e de amargura, além de inutilizar os melhores esforços pelo desenvolvimento econômico e industrial da Guatemala. E se a ditadura, com todos seus séquitos de opróbrios retornar ao poder, a história há de apontá-lo como o verdadeiro "enterrador" do regime guatemalteco. (MARTINS RAMOS, 1951, apud BAPTISTA JÚNIOR, 2013, p. 88)

O trecho proferido pelo diplomata brasileiro é bastante revelador, pois explicita as contradições do discurso liberal-democrático vigente naquele momento, ao mencionar a “amplitude” com que o presidente Árbenz teria interpretado a democracia. De modo semelhante ao discurso de Martins Ramos, percebe-se também essa ambiguidade na imprensa liberal brasileira da época, que difundia ideais democráticos, desde que estes não implicassem a defesa de propostas consideradas por esses setores como ameaças ao regime democrático (BIROLI, 2004, p. 232).

No contexto da Guerra Fria, marcado por uma forte perspectiva anticomunista, *O Globo* veiculava reportagens que denunciavam o “perigo vermelho”, apresentando-o como uma ameaça. Nesse cenário, não era incomum o jornal propagar a ideia de que a contenção de governos “esquerdistas” – como o guatemalteco – servia para justificar a defesa da democracia, permitindo a tolerância a regimes ditatoriais como forma de conter o avanço comunista.

2.1.1 – O comunismo por vias democráticas

A partir de uma denúncia do jornalista G. Ward Price, publicada no jornal britânico *Daily Mail* em 15 de janeiro de 1954, *O Globo* veiculou uma reportagem intitulada “Guatemala, cabeça de ponte do comunismo na América Central”. O periódico usou o mesmo título em uma matéria de 8 de fevereiro – já analisada anteriormente. Assim como na reportagem anterior, destacava-se a atuação política de María Vilanova; contudo, o texto também evidenciou outros elementos.

O jornalista afirmou que havia poucos membros do partido comunista da Guatemala, “não mais do que 2500 segundo se crê e deles uns 50 ocupam posições-chave;” (PRICE, 16 jan. 1954, 1ª seção, p. 6). O problema apontado por Price é que 70% da população da Guatemala não era alfabetizada. Price salientou que o grau de analfabetismo favorecia o governo de Árbenz. Já que “70 por cento da população está constituída por camponeses primitivos, uma pequena camarilha de resolutos agitadores, devidamente ensinados por Moscou, exerce uma influência desproporcional com o seu número”. (PRICE, 16 jan. 1954, 1ª seção, p. 6).

Já em 19 de janeiro de 1954, em matéria sem autoria do periódico, o país centro-americano voltou a ser mencionado no texto intitulado “A ameaça da Guatemala”. A publicação faz referência ao senador republicano Alexander Wiley⁵⁸ (1884–1967), que teria apresentado 22 fatos destinados a demonstrar “fortemente a orientação comunista do atual governo guatemalteco” (O GLOBO, 19 jan. 1954, 1ª seção, p. 5).

O problema central, entretanto, não residia nesse aspecto, mas no fato dos comunistas terem alcançado o poder por vias democráticas, “apoiando-se no voto das massas ignorantes e iludidas” (O GLOBO, 19 Jan. 1954, 1ª seção, p. 5). Retoma-se, assim, a discussão sobre a população não alfabetizada e sua suposta vulnerabilidade ao aliciamento por parte dos comunistas guatemaltecos.

o perigo, portanto, é o de que essa conquista sorrateira e por meios democráticos do poder se processe em outras repúblicas americanas, onde haja a mesma opinião pública pouco informada e um grupo de comunistas hábil em disfarça-se sob a capa sedutora das reformas agrarias ou das promessas falazes de cornucópias de abundância derramadas sobre o povo. (O GLOBO, 19 jan. 1954, 1ª seção, p. 5).

O presidente Jacobo Árbenz não é diretamente classificado como comunista na matéria. Ainda assim, o jornal afirma que diversos comunistas ocupavam cargos relevantes na administração guatemalteca, atuando “sob as vistas cúmplices do presidente” (O GLOBO, 19 jan. 1954, 1ª seção, p. 5). A publicação também sustenta que, embora o número de comunistas no país fosse reduzido, estes teriam conseguido aliciar os votos das “massas ignorantes”:

⁵⁸ Alexander Wiley (1884–1967) foi senador republicano por Wisconsin (1939–1963) e presidiu o Comitê de Relações Exteriores do Senado (1947–1949; 1953–1955). Durante a Guerra Fria, destacou-se por posições anticomunistas, apoiando a política externa da administração Eisenhower e a intervenção na Guatemala em 1954.

Os comunistas da Guatemala representam apenas 1% ou percentagem ainda menor da população do país. Entretanto, essa pequena minoria conseguiu subir ao poder apoiando-se no voto das massas ignorantes e iludidas e ali estabelecer-se firmemente, de uma maneira que indica, a quem está a par dos processos vermelhos, que de lá só sairão pela violência. (O GLOBO, 19 jan. 1954, 1ª seção, p. 5).

O artigo encerra questionando se a resistência anticomunista no país contaria com apoio ou se o “foco infeccioso guatemalteco se expandirá como um modelo e uma certeza de impunidade para os outros agentes de Moscou espalhados, para mal nosso, por estas repúblicas americanas.” (O GLOBO, 19 jan. 1954, 1ª seção, p. 5). Retoma-se, nesse ponto, a construção do “comunismo” como uma enfermidade contagiosa, como bem destaca o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, segundo o qual a ação dos “comunistas era apresentada como similar ao trabalho dos agentes infecciosos nos organismos vivos (MOTTA, 2000, p. 79)

Em 8 de fevereiro, novamente em matéria assinada por Price, o jornal retoma a temática da população não alfabetizada e da influência comunista na sociedade guatemalteca. O texto indica que os comunistas possuíam representação parlamentar reduzida, com “apenas quatro dos 56 deputados”. Ainda assim, sustenta que os “vermelhos” exerciam forte influência nos sindicatos e que, em um contexto no qual 70% da população era formada por “camponeses primitivos”, “um pequeno grupo de agitadores decididos, instruídos por Moscou, pode exercer uma influência desproporcionada em relação a seu número.” (PRICE, 08 fev. 1954, 1ª seção, p. 8).

2.1.2 – O movimento trabalhista como perigo vermelho

Em 27 de janeiro, *O Globo* trouxe em sua capa, entre as diversas chamadas, a manchete “Comunismo e trabalhismo na América Latina”. No subtítulo da manchete, o texto indica que “Moscou redobra [seus] esforços para dominar os sindicatos” (O GLOBO, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 1). O artigo foi produzido pelo jornalista Edward Tomlinson⁵⁹ (1892–1973), em edição especial para *O Globo*, após a realização de uma extensa viagem pelo continente americano. Após uma breve introdução apresentada na capa, o leitor é direcionado à continuidade da leitura do artigo na página 11 do caderno.

⁵⁹ Edward Tomlinson (1892–1973) foi jornalista britânico especializado em América Latina, correspondente e comentarista da NBC. Autor de *The Other Americans* (1943), obra amplamente difundida e utilizada como material didático nos EUA, além de outros livros sobre relações interamericanas.

No artigo, ao sustentar que Moscou empreendia esforços para controlar os movimentos trabalhistas na América Latina, Tomlinson apresenta a Guatemala como um caso bem-sucedido dessa “dominação” soviética nesses setores. Nessa perspectiva, o jornalista argumenta que os comunistas estavam “animados com o sucesso obtido em relação às entidades sindicais da Guatemala”. Além disso, destaca que os “vermelhos desencadearam campanhas semelhantes em outros países latino-americanos.” (TOMLINSON, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 11). O processo de sindicalização no país centro-americano, de fato, mostrou-se bastante expressivo.

Tomlinson também assinala que essa influência comunista estaria em expansão, alcançando inclusive países como Brasil e Chile, mesmo diante de medidas adotadas por esses governos para conter a atuação comunista. Nesses casos, os “governos aplicaram contra eles [os comunistas] duros golpes, colocando-lhes o partido fora da lei e cortando as relações diplomáticas com a União Soviética” (TOMLINSON, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 11). Desse modo, o jornalista britânico expressa preocupação com o avanço de grupos comunistas no movimento sindical brasileiro.

Nesse sentido, ainda no interior da discussão sobre a infiltração comunista no movimento sindical – inclusive no Brasil – o autor recorre à declaração de Luís Alberto Monge (1925–2016)⁶⁰, secretário-geral da Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT)⁶¹, ao afirmar que “O seu poderio [influência comunista] aumenta todos os dias, na Guatemala. Estão procurando, novamente, penetrar no movimento trabalhista do Brasil [...]” (MONGE apud TOMLINSON, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 11). O texto também aponta que o PTB apresentaria uma “inclinação para a esquerda” cada vez mais acentuada, com a anuência do então ministro do Trabalho, João Goulart:

Infelizmente, o Partido Trabalhista Brasileiro, que nada quisera com os comunistas nas últimas eleições presidenciais, vem revelando sinais de inclinação para a esquerda, com o Sr. João Goulart, atual Ministro do

⁶⁰ Luis Alberto Monge Álvarez (1925–2016) atuou no movimento sindical latino-americano, integrando a Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), onde participou da articulação de redes sindicais e da formação de lideranças no contexto interamericano. Posteriormente, foi presidente da Costa Rica (1982–1986).

⁶¹ A Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (ORIT), fundada em 1951, reuniu sindicatos latino-americanos com orientação anticomunista, defendendo reformas sociais e o fortalecimento do sindicalismo “livre” no contexto da Guerra Fria.

Trabalho do governo do presidente Getúlio Vargas, fazendo o jogo dos extremistas. (MONGE apud TOMLINSON, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 11).

O jornalista também apresentou uma avaliação sobre a cidade de São Paulo, indicando que ali “o comunismo parece ter feito menos progresso” (TOMLINSON, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 11). No texto, essa percepção é associada ao desenvolvimento econômico da região e ao fato de os salários serem mais elevados do que no Rio de Janeiro e em outras regiões do país, cenário no qual as “condições de vida se elevam, melhora o problema da habitação e os benefícios da educação atingem a setores mais amplos das populações.” (TOMLINSON, 27 jan. 1954, 1ª seção, p. 11).

Observa-se, nesse tipo de formulação, uma associação recorrente entre avanço comunista, baixos níveis educacionais e menor desenvolvimento econômico. Esse discurso se fazia presente tanto na imprensa quanto na diplomacia, como evidencia o diplomata norte-americano na Argentina, Durward Sandifer⁶² (1907–1984), ao afirmar que:

A luta contra o comunismo na América exigia o desenvolvimento das condições econômico-sociais, para o qual a ajuda econômico-financeira por parte dos Estados Unidos e uma maior reciprocidade comercial eram condições necessárias, que deveriam preceder qualquer política de repressão ao comunismo interno nos países latino-americanos. (SANDIFER, 1945 apud MORGENFELD, 2010, p. 84-85).

Dois dias após a publicação desse artigo, em 29 de janeiro, Tomlinson voltou a ocupar espaço no periódico, novamente com chamada de destaque na capa sob o título “Reforma agrária – assunto agradável aos comunistas”. A reportagem também conferiu visibilidade a imagens de diferentes lideranças políticas, entre elas o presidente Perón, o ditador Rafael Trujillo⁶³, da República Dominicana, e o presidente José Figueres⁶⁴, da Costa Rica.

No texto, o jornal apresenta a reforma agrária como fortemente associada à atuação comunista, ao sustentar que praticamente todos os debates em torno do tema “sofrem a inspiração ou o esforço perturbador dos vermelhos”, além de

⁶² Durward V. Sandifer (1907–1984) foi um diplomata norte-americano, vinculado ao Departamento de Estado dos EUA, atuando como conselheiro político na embaixada em Buenos Aires em meados da década de 1940, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial.

⁶³ Rafael Leónidas Trujillo Molina (1891–1961) foi governante autoritário da República Dominicana, exercendo controle político predominante entre 1930 e 1961. Destacou-se por seu anticomunismo e oposição a governos reformistas, como o de Jacobo Árbenz.

⁶⁴ José Figueres Ferrer (1906–1990) foi político costa-riquenho, líder da revolução de 1948 e presidente em três mandatos, conhecido por modernizar o Estado, promover reformas sociais e extinguir as forças armadas.

“apoíarem [na reforma agrária] a sua campanha demolidora contra o regime democrático”. (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

O artigo interpreta a reforma agrária como parte de um movimento mais amplo na América Latina, que representaria uma “ação demolidora dos esquerdistas e comunistas contra o capitalismo” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2). Segundo essa leitura, tal processo não contaria apenas com o apoio de comunistas, mas também de “nacionalistas extremados” e de determinados governos ditatoriais. A matéria encontra-se organizada em diversas seções e, em uma delas, intitulada “da Guatemala à Argentina”, o autor traça um panorama regional de governos que, conforme a reportagem, pretendiam implementar projetos de reforma agrária.

No caso da Guatemala, o autor adota um tom crítico em relação a esse processo, ao argumentar que “os cupins vermelhos tomaram a si o programa da distribuição da terra na Guatemala e o converteram num pretexto para o confisco das propriedades agrícolas.” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

Nesses trechos, observa-se a zoomorfização dos comunistas, conforme analisado por Motta (2000), ao serem associados a “cupins” infiltrados no processo de reforma agrária na Guatemala. Além disso, menciona-se que “nacionalistas extremados” também defendiam tal reforma. Nesse contexto, o governo Vargas, de caráter nacionalista, poderia ser incluído nessa crítica, uma vez que, segundo essa perspectiva crítica, “o nacionalismo era visto como um fator que poderia atrair o comunismo, devendo ambos os ‘flagelos’ ser combatidos” (MORGENFELD, 2010, p. 81).

O texto também sugere que essa experiência teria produzido repercussões na opinião pública e entre proprietários rurais de outros países, ao afirmar que “em numerosos outros países em que os governos estabeleceram programas semelhantes, mostram-se alarmados em face da possibilidade de que lhe venha a suceder o mesmo.” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

No que se refere à Costa Rica, o artigo aponta que o então presidente José Figueres “subiu ao poder com um plano de divisão das terras agrícolas.” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2). A reforma agrária, nesse contexto, aparece como fator de preocupação para setores das elites de outros países, como

Honduras e Costa Rica. Em 1954, por exemplo, trabalhadores das empresas bananeiras dessas nações iniciaram greves, entre cujas reivindicações figurava a adoção de reformas semelhantes às implementadas na Guatemala, destacando o caráter transnacional dessas disputas.

Suas ações ágeis [expropriações] exerceram forte simbolismo, e a projeção transnacional foi evidenciada quando trabalhadores de países vizinhos se mobilizaram para copiar o exemplo guatemalteco. Essa foi a razão das greves das bananas na Costa Rica e em Honduras. [...] De fato, como escreveu um oficial americano, ‘a Guatemala se tornou uma ameaça crescente à estabilidade de Honduras e El Salvador. Sua reforma agrária é uma poderosa máquina de propaganda’. (GARCÍA, 2022, p. 15).

O artigo do jornalista britânico também menciona as “reformas da terra” anunciadas pelo presidente Víctor Paz Estenssoro⁶⁵ (1907–2001), da Bolívia, e aponta que grupos “extremistas” no Chile pressionavam o governo em favor da “expropriação de grandes propriedades agrárias”. No caso argentino, o texto sustenta que o presidente Perón “ultrapassou muitos dos fanáticos esquerdistas” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2) ao promover o confisco de grandes propriedades e estabelecer forte controle estatal sobre setores industriais vinculados à produção agrícola, inclusive com o apoio de comunistas argentinos.

A reportagem destaca, também, que o Congresso brasileiro havia aprovado recentemente uma lei de reforma agrária e que até mesmo o ditador da República Dominicana, Trujillo, “promulgou um programa de distribuição de terras” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2). Observa-se, nessa interpretação apresentada por Tomlinson, uma preocupação central com a questão da propriedade privada e com os possíveis impactos da reforma agrária sobre ela. Nesse enquadramento, tais medidas são apresentadas como elemento comum tanto em regimes comunistas – ou naqueles classificados como comunistas pela imprensa liberal – quanto em governos ditatoriais – ou naqueles considerados ditatoriais pelo jornal.

É relevante assinalar que, na Guatemala, sob influência comunista, ou na Argentina, dominada por Perón, as terras visadas são, com poucas exceções, as já preparadas, ‘não cultivadas’, reservadas e pertencentes a particulares e não as novas ainda por preparar de propriedade do Estado.” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

⁶⁵ Víctor Paz Estenssoro (1907–2001) foi líder do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e presidente da Bolívia após a Revolução de 1952, promulgando o decreto de Reforma Agrária em agosto de 1953.

Em outro trecho da reportagem, a Guatemala volta a ser mencionada. Ao abordar a reforma agrária nesse país, o jornal enfatiza que grande parte das terras expropriadas pertenceria à UFCo e corresponderia a áreas não cultiváveis. Ainda assim, o texto ressalta que “[as posses] não se achava[m], na ocasião, em fase de cultivo, mas mantida como reserva, pela necessidade de produção da banana dentro do sistema de rotatividade [...]” (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

A matéria também reforça a crítica à expropriação de propriedades privadas, mesmo quando não cultiváveis, ao sustentar que a reforma agrária não se voltaria às “terras virgens” pertencentes ao Estado: “o programa de reforma agrária no Brasil não se refere ao território virgem, porém ‘às terras agrícolas férteis, cujos proprietários se desinteressaram de cultivá-las”. (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

Mantendo esse tom crítico, o artigo argumenta ainda que a reforma agrária poderia provocar queda na produção agrícola e que, diante do nível de especialização exigido pela agricultura moderna, a simples distribuição de terras aos camponeses não seria suficiente. Nesse sentido, o texto mobiliza um discurso de caráter modernizador – e elitista – ao afirmar que “a doação a um camponês de um pedaço da fazenda [...] não contribui necessariamente para resolver o problema da pobreza nacional.” Acrescenta, ainda, que “estamos hoje no período da agricultura científica e mecanizada. A fazenda moderna exige toda uma aparelhagem.” O texto conclui do seguinte modo:

mas os reformadores, os esquerdistas e os políticos mal orientados parecem querer voltar ao arado de madeira, ou, como costumamos chamar, ao tempo do ‘homem e do burro’. É a isso que os comunistas desejam chegar. Eles almejam ver a produção reduzida, a economia nacional paralisada, o que acarreta maior miséria e destruição do capital. Estarão aptos, então, a tomar conta de tudo. Não há dúvida, portanto, de que o grosso da propaganda que aparece por trás dos programas de ‘reforma agrária’ é comunista ou de inspiração comunista. (TOMLINSON, 29 jan. 1954, 2ª seção, p. 2).

Podemos perceber, assim, que *O Globo*, ao abrir espaço para Edward Tomlinson, possibilitou a veiculação de críticas ao trabalhismo – inclusive na figura de João Goulart – e ao processo de reforma agrária, ambos associados à expansão do comunismo no continente. Dessa forma, Tomlinson sustenta que tais movimentos representariam uma ameaça tanto à democracia brasileira – e também no continente americano – quanto ao próprio sistema capitalista vigente.

2.1.3 – A questão da liberdade de imprensa

Em 3 de fevereiro de 1954, *O Globo* noticiou episódios que colocariam em questão a liberdade de imprensa na Guatemala. Em breve nota publicada na quinta página, veiculada pela UP, o jornal informou que dois jornalistas norte-americanos haviam sido expulsos do país: Sydney Gruson⁶⁶ (1918–1998) e Marshall Bannell⁶⁷. Embora apresente poucas informações, a nota sustenta que os jornalistas teriam sido “atacados” em debates acalorados no congresso guatemalteco, ocasião em que um deputado declarou que “alguns [jornalistas estrangeiros] estão na Guatemala para desgraça nossa e todos estão preparando o clima propício para a intervenção” (O GLOBO, UP, 03 fev. 1954, 1ª seção, p. 5).

Ainda no mesmo dia, o jornal publicou, na página 11, a matéria intitulada “seria agressor da liberdade de imprensa o Governo da Guatemala”. No subtítulo, o texto menciona a ocorrência de um “enérgico protesto da SIP por motivo da expulsão de dois jornalistas norte-americano daquele país” (O GLOBO, UP, 03 fev. 1954, 1ª seção, p. 11). A reportagem informa que Miguel Lanz Duret⁶⁸, presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa⁶⁹ (SIP), encaminhou telegrama ao ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Guillermo Toriello⁷⁰ (1911–1997), “protestando energicamente” contra a expulsão dos jornalistas. Segundo Duret, a medida representaria um ataque à liberdade de informação e, caso não fosse revertida, poderia levar a Guatemala a ser classificada como um país agressor da liberdade de imprensa.

A SIP foi formalmente constituída em 1943, em Havana, reunindo proprietários e diretores dos principais periódicos do continente. Embora fundada sob

⁶⁶ Sydney Gruson (1918–1998) foi jornalista norte-americano e correspondente do *The New York Times* na América Latina. Atuou na cobertura da Guatemala durante o governo Árbenz, sendo expulso do país em 1954 após críticas ao suposto avanço comunista.

⁶⁷ Marshall Bannell foi correspondente internacional norte-americano, associado a veículos como NBC e Reuters, atuando na cobertura da Guatemala durante o governo de Jacobo Árbenz. Em 1954, foi expulso do país; há escassas informações biográficas disponíveis.

⁶⁸ Miguel Lanz Duret foi jornalista e empresário mexicano, ligado ao jornal *El Universal*. Atuou como presidente da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) no início dos anos 1950, no contexto da Guerra Fria.

⁶⁹ A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), fundada em 1943, consolidou-se na Guerra Fria como entidade alinhada à política externa dos EUA. Após mudanças internas em 1950, com atuação de Jules Dubois, articulou campanhas anticomunistas e utilizou o discurso de liberdade de imprensa como instrumento político contra governos reformistas latino-americanos.

⁷⁰ Guillermo Toriello Garrido (1911–1997) foi diplomata e político guatemalteco, chanceler no governo Jacobo Árbenz. Destacou-se na X Conferência Interamericana (1954), defendendo a soberania da Guatemala diante das acusações de comunismo no contexto da Guerra Fria.

a premissa de defesa da liberdade de imprensa, a entidade passou, no pós-Segunda Guerra, a refletir a crescente influência dos grandes grupos midiáticos, especialmente norte-americanos. A partir da década de 1950, vinculada aos interesses do Departamento de Estado dos Estados Unidos e de setores empresariais aliados, a SIP consolidou-se como instrumento de mobilização da opinião pública no contexto da Guerra Fria.

Nesse cenário, como observa Cheslet, “redes midiáticas desempenharam papel ativo na criação do ambiente de instabilidade e caos controlado que antecede e viabiliza os golpes bonapartistas, fabricando consensos em torno da necessidade de ‘ordem’ e ‘segurança’” (CHESLET, 2025, p. 32-33). No interior dessa dinâmica, destacou-se a atuação de Jules Dubois⁷¹ (1903–1966), que por quinze anos exerceu papel de liderança na entidade, denunciando governos nacionalistas e reformistas – como o de Getúlio Vargas e o próprio Árbenz. Porém,

jornais pertencentes à ditadores e países nitidamente submetidos a ditaduras eram situações muitas vezes toleradas. Foi através dessa Comissão, que tinha por base a ideia de liberdade de imprensa dentro da concepção de democracia definida a partir dos interesses dos Estados Unidos, que a SIP exerceu interferência indiretas em muitos dos processos políticos que ocorreram na América Latina, especialmente nos anos 1950, 1960 e 1970. (MENDES; VENTAPANE, 2019, p. 155)

No dia 4 de fevereiro, o jornal voltou ao tema ao publicar, em sua capa, uma reportagem posicionada na parte inferior do exemplar, sob o título “Guatemala Q. G. do comunismo internacional”. O texto reproduz matéria da UP relatando a experiência do jornalista Marshall Bannell, recentemente expulso do país. Em transmissão radiofônica realizada a partir de San Salvador, Bannell declarou que “com a ajuda ou pelo menos com a cooperação do atual governo da Guatemala, o comunismo internacional estabeleceu seu Q.G. no referido país. (BANNELL apud O GLOBO, 04 fev. 1954, 1ª seção, p. 1).

O jornalista também descreve sua experiência profissional na Guatemala ao afirmar que era “vigiado constantemente pela polícia à paisana e que sua correspondência foi aberta, inspecionada e retardada”. (BANNELL apud O GLOBO, 04 fev. 1954, 1ª seção, p. 1). Acrescenta, ainda, que haveria um diretor de

⁷¹ Jules Dubois (1903–1966) foi jornalista norte-americano e correspondente do Chicago Tribune. Durante a Guerra Fria, destacou-se por sua atuação na SIP e por sua colaboração com a CIA, participando da difusão de campanhas anticomunistas na América Latina alinhadas à política externa dos Estados Unidos.

propaganda ligado ao gabinete presidencial que utilizaria métodos associados à Tchecoslováquia e à Polônia, sustentando que a atuação governamental estaria orientada por princípios de “anti-americanismo” e “anti-imperialismo”.

O texto menciona a existência de um suposto plano de infiltração de “comunistas internacionais” na América Central a partir da Guatemala, apresentada como centro de articulação e treinamento desses grupos. Segundo o jornalista, o governo guatemalteco colaboraria com tais atividades. O artigo sustenta que essa dinâmica configuraria uma ameaça aos Estados Unidos, pois a expansão do comunismo poderia atingir toda a região sem que houvesse ações efetivas de contenção por parte das autoridades guatemaltecas.

Referindo ao interesse que desperta nos Estados Unidos o suposto trabalho comunista na América Latina, o jornalista disse que se o mesmo tivesse “em êxito, seus esforços de Infiltração na zona do Caraíbas, a partir da Guatemala, teríamos um problema de defesa nacional grave. O estabelecimento de uma forte quinta-coluna nessa [região] nos causaria muito incômodo. Depois de três anos na Guatemala, tenho sérias dúvidas de que surja qualquer esforço interno de importância para derrubar o Governo que a domina” concluiu o jornalista. (O GLOBO, 04 fev. 1954, 1ª seção, p. 1)

Já em 8 de fevereiro, *O Globo* voltou a conceder espaço ao jornalista G. Ward Price, com amplo destaque na capa da segunda edição do dia, por meio da matéria intitulada “Guatemala, cabeça de ponte do comunismo na América Central” (O GLOBO, 08 fev. 1954, 2ª seção, p. 1). Nessa reportagem, já mencionada anteriormente no primeiro capítulo, o jornal apresenta a imagem do padre norte-americano Sebastian Buccellato⁷² (1925–2010), informando que ele havia sido expulso da Guatemala. Na legenda da fotografia, o periódico registra que o religioso teria sido o terceiro cidadão norte-americano expulso do país. O padre declarou:

não me querem na Guatemala porque prego a religião católica. Uma vez que o comunismo é contra todo tipo de religião, não desejam quaisquer líderes que diriam ao povo uma doutrina moral, a fim de capacitá-lo a resistir aos ensinamentos comunistas. (BUCCELLATO, 08 fev. 1954, 2ª seção, p. 1)

O autor sustenta que não haveria dúvidas de que “a Rússia tenta constantemente alargar seu ponto de apoio na América Central” (PRICE, 08 fev. 1954, 1ª seção, p. 8). Nesse contexto, também são destacados outros elementos considerados relevantes, como as expropriações de terras pertencentes à United Fruit

⁷² Sebastian R. Buccellato (1925–2010), missionário franciscano norte-americano, atuou na Guatemala até ser expulso em 1954. Posteriormente, destacou-se pelo ativismo anticomunista, publicando no *Los Angeles Times* o artigo *I Saw The Reds Taking Over!* após a queda de Jacobo Árbenz.

Company. Ademais, enfatiza-se o suposto processo de “perseguição” à Igreja Católica. Price ainda afirma que a Guatemala estaria próxima de enfrentar uma crise iminente, “produzida pelas dificuldades financeiras”. (PRICE, 08 fev. 1954, 1ª seção, p. 8).

2.1.4 – A perspectiva guatemalteca

Em 20 de janeiro, *O Globo* publicou, em sua capa, uma breve nota, posicionada na parte inferior do periódico. A matéria foi veiculada por meio da International News Service⁷³ (INS) e foi intitulada “Atacados os EE. UU. pelo partido governista da Guatemala” (O GLOBO, INS, 20 jan. 1954, 1ª seção, p. 1). O texto consistia em um comunicado do partido governista de Árbenz, o Renovação Nacional, no qual se afirmava a necessidade de união dos guatemaltecos diante dos ataques à soberania nacional.

A mensagem configurava uma resposta às declarações do senador estadunidense Alexander Wiley e, segundo o governo guatemalteco, tais declarações “demonstram claramente os preparativos do imperialismo para intervir abertamente em assuntos que são da exclusiva competência do povo guatemalteco” (O GLOBO, INS, 20 jan. 1954, 1ª seção, p. 1). O comunicado também acusava o governo dos Estados Unidos de explorar economicamente os países latino-americanos.

No dia 23 de janeiro, novamente por meio de uma pequena nota – desta vez publicada na página 7 e produzida pela UP –, o jornal informou que “não houve rebelião na Guatemala”. Tratava-se de uma declaração do coronel Carlos Enrique Díaz⁷⁴ (1915–2014), na qual se afirmava que não existia qualquer complô em andamento e que a normalidade institucional permanecia preservada, inclusive no interior das Forças Armadas.

Em 25 de janeiro, a notícia recebeu maior destaque tipográfico, com título em negrito e posição mais centralizada na página, embora o texto tenha sido

⁷³ International News Service (INS): agência de notícias fundada nos Estados Unidos em 1909, pela cadeia Hearst, que integrou o sistema internacional de circulação de informações. Durante a Guerra Fria, atuou alinhada aos interesses norte-americanos, sendo reproduzida na imprensa brasileira como importante fornecedora de notícias internacionais.

⁷⁴ Carlos Enrique Díaz (1915–2014) foi um coronel guatemalteco e chefe das Forças Armadas no governo Árbenz. Assumiu brevemente a presidência após sua renúncia, em 1954, sendo logo afastado no contexto do golpe.

publicado na página 16. A reportagem, distribuída pela Agence France-Presse⁷⁵ (AFP), foi intitulada “A Confederação dos Trabalhadores da América Latina acusa os EE. UU.”. A matéria divulgava um posicionamento da Confederação dos Trabalhadores da América Latina⁷⁶ (CTAL), segundo o qual os Estados Unidos estariam preparando uma intervenção armada na Guatemala, com o objetivo de “fazer desse país uma nova Coreia” (O GLOBO, AFP, 25 jan. 1954, 1ª seção, p. 16).

O texto também informava que tal denúncia havia sido encaminhada a organizações sindicais em diversas partes do mundo. Ademais, destacava-se a interpretação de que a possível intervenção estaria relacionada à defesa de interesses econômicos norte-americanos, ao afirmar que o “Departamento de Estado pretende proteger os interesses dos monopólios norte-americanos, que impedem o progresso e desenvolvimento econômico da Guatemala.” (O GLOBO, AFP, 25 jan. 1954, 1ª seção, p. 16).

A reportagem de maior destaque ocorreu em 30 de janeiro, quando o jornal publicou na capa a manchete “Plano para derrubar o presidente da Guatemala”, acompanhada do subtítulo que indicava que a conspiração seria liderada pelos generais guatemaltecos Miguel Ydígoras Fuentes e pelo coronel Carlos Castillo Armas, sob orientação de Anastasio Somoza García⁷⁷ (1896–1956). A matéria, novamente baseada em comunicado do governo guatemalteco e distribuída pela AFP, informava a existência de uma conspiração para derrubar o governo com apoio externo.

A notícia informava que o ditador nicaraguense Somoza e seu filho, Anastasio Somoza Debayle⁷⁸ (1925–1980), estariam envolvidos na conspiração ao lado dos militares guatemaltecos, Ydígoras Fuentes e Armas, que se encontravam exilados em Honduras. O texto destacava, também, a participação dos Estados Unidos ao afirmar que “um oficial americano da reserva, o coronel Carl Studer, que

⁷⁵ Agence France-Presse (AFP) é uma agência francesa criada em 1944, em substituição à Havas. Destacou-se como uma das principais agências globais na Guerra Fria, fornecendo amplo noticiário internacional, inclusive à imprensa brasileira, ocasionalmente com abordagens distintas das agências norte-americanas.

⁷⁶ Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL): organização sindical fundada em 1938, no México, que articulava trabalhadores latino-americanos. Teve forte atuação política no período, frequentemente associada a posições de esquerda e ao apoio a pautas nacionalistas e reformistas na região.

⁷⁷ Anastasio Somoza García (1896–1956) militar e ditador nicaraguense, governou seu país entre 1937 e 1956. Consolidou uma dinastia familiar no poder, com forte apoio dos Estados Unidos, sendo assassinado em 1956.

⁷⁸ Anastasio Somoza Debayle (1925–1980) político e militar nicaraguense, era filho de Somoza García. Governou entre 1967 e 1979, mantendo a ditadura familiar até ser derrubado pela Revolução Sandinista.

estaria atualmente a serviço da companhia americana United Fruit Company, foi encarregado da organização do ‘complot’” (O GLOBO, AFP, 30 jan. 1954, 1ª seção, p. 1).

Além das figuras já mencionadas, a matéria passou a divulgar outros nomes envolvidos na conspiração, entre eles o radiotécnico guatemalteco José María Ticas⁷⁹. Segundo a reportagem, Ticas pertencia a uma base militar guatemalteca e teria fornecido informações militares estratégicas do governo para Castillo Armas no exílio. O comunicado governamental ainda afirmava que o plano elaborado pelos exilados previa uma invasão da Guatemala a partir de múltiplos pontos estratégicos, incluindo El Salvador.

A notícia também destacava a participação de governos vizinhos no processo conspiratório. Segundo o jornal, um agente ligado a Castillo Armas, Miguel Camanho⁸⁰, teria buscado refúgio na embaixada – cujo país não foi informado – localizada em San Salvador. Além disso, a matéria indicava a existência de estações de rádio clandestinas operando tanto na Guatemala quanto em países vizinhos. Segundo o comunicado, o plano dos conspiradores consistiria na criação de bases operacionais e campos de treinamento em territórios fronteiriços, incluindo propriedades associadas a Somoza.

“o comunicado denuncia igualmente a existência de várias estações de rádio clandestinas, tanto no interior como no exterior, notadamente em Tegucigalpa, (Honduras) e Managua (Nicarágua). O plano dos conspiradores compreendia o estabelecimento de bases de operações e de campos de treinamento, dos quais um na propriedade pessoal do presidente Somoza. ‘El Tamarindo’, se um outro na ilha de Momotombito. A base gera estava situada em um aeroporto abandonado, próximo do porto atlântico nicaraguense de Puerto Cabezas.” (O GLOBO, AFP, 30 jan. 1954. 1ª seção, p. 1).

A partir de 9 de fevereiro, observa-se uma mudança no enfoque das matérias publicadas pelo *O Globo* que mencionam Jacobo Árbenz ou a situação política guatemalteca. O país centro-americano passa a ser inserido, de forma mais direta, nos debates relacionados à Décima Conferência Pan-Americana de Caracas,

⁷⁹ José María Ticas foi radiotécnico da Base Militar da Guatemala, associado a ações de inteligência no contexto do golpe de 1954, ao fornecer informações sobre sistemas de comunicação do governo a setores opositores. Dados biográficos, como nascimento e morte, não foram encontrados.

⁸⁰ Miguel Camacho Labbé vereador da Municipalidade da Guatemala, atuou como agente infiltrado das forças contrarrevolucionárias em 1954, colaborando com Carlos Castillo Armas por meio do repasse de informações estratégicas. Algumas bases genealógicas indicam nascimento em 1908 e morte em 1964.

bem como às implicações desse evento para a política externa brasileira e para a formulação de acordos comerciais no continente.

Como se observou na última seção deste subcapítulo, o jornal abriu espaço para reportagens em tons de defesa do governo guatemalteco – principalmente por meio das agências de notícias internacionais –, revelando contradições que indicam divergências nas representações do golpe contra Árbenz em suas páginas. Conforme mencionado anteriormente, nossa análise se fundamenta nas concepções de Roger Chartier, especialmente no que se refere ao conceito de “lutas de representações”.

Para o autor, as representações encontram-se em constante disputa, uma vez que “a realidade é contraditoriamente construída” (CHARTIER, 2002, p. 23) por diferentes grupos. Nesse sentido, tais disputas assumem papel central, pois “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Cabe ressaltar que as agências internacionais não se posicionaram sempre de maneira homogênea. A AFP, por exemplo, destacou-se como a agência que mais difundiu reportagens de caráter favorável à Guatemala, padrão observado de forma recorrente ao longo da dissertação. Diferentemente das agências anglófonas, como indica a pesquisa de Bruno de Oliveira Moreira, ao analisar como o jornal baiano *A Tarde* noticiou a Revolução Cubana, observa-se que a agência francesa “não se orientava por um alinhamento incondicional aos propósitos estadunidenses para o continente” (MOREIRA, 2010, p. 122). Mesmo quando apresentava conteúdos críticos à Guatemala, estes se mostravam mais moderados em comparação às abordagens adotadas pela UP.

Por fim, é importante destacar que as reportagens que defendiam o governo Árbenz – embora minoritárias – evidenciam uma contradição presente no *O Globo*. Em um texto de Paulo Renato da Silva e Waldson de Almeida Dias Júnior, que analisa as representações do ditador paraguaio Alfredo Stroessner no jornal durante o governo de Juscelino Kubitschek, os autores afirmam que o periódico veiculava imagens conflitantes sobre Stroessner, retratado “ora como ‘democrático’, ora como autoritário” (SILVA; DIAS JÚNIOR, 2025, p. 200).

Os autores argumentam que, apesar do jornal abrir espaço para críticas à ditadura paraguaia, também endossava a parceria econômica entre Brasil e Paraguai, apresentada como promotora de “progresso” e desenvolvimento econômico para ambos os países. Além disso, o anticomunismo constituía outro ponto de convergência entre a ditadura de Stroessner e o discurso liberal-democrático veiculado pelo jornal. Nesse sentido, “o fortalecimento do anticomunismo na América Latina faria com que a ‘ordem’ se impusesse sobre a democracia no discurso liberal. Segundo essa perspectiva, caberia conter o avanço do comunismo para defender a ‘liberdade’ política e econômica” (SILVA; DIAS JÚNIOR, 2025, p. 201).

A contradição evidenciada n’*O Globo*, conforme apontam Silva e Dias Júnior, revela as ambiguidades do liberalismo brasileiro na década de 1950, especialmente no âmbito do próprio jornal. No caso da Guatemala, embora a maioria das reportagens seja crítica ao governo Árbenz, há também textos que defendem a soberania do governo guatemalteco e, inclusive, questionam a interferência dos Estados Unidos na consolidação do golpe, como será discutido adiante.

2.2 – A DÉCIMA CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE CARACAS

A Décima Conferência Pan-americana de Caracas de 1954, realizada entre os dias 1º e 28 de março, foi um evento que reuniu diplomatas de todo o continente americano e serviu para discutir diretrizes políticas a serem tomadas por esses países. De acordo com o historiador argentino Leandro Morgenfeld, a conferência de Caracas foi um episódio-chave para compreender o início da Guerra Fria na América Latina, além de representar um ponto de inflexão na história da OEA ao introduzir “a resolução anticomunista como justificativa para legitimar a intervenção do Departamento de Estado nos assuntos internos de outros países.” (MORGENFELD, 2010, p. 76).

A resolução anticomunista apresentada pelos Estados Unidos na Conferência de Caracas representou o fim da política de não intervenção, vigente desde a Conferência de Montevideú, em 1933, e adotada após a repercussão negativa das intervenções militares estadunidenses em países como a Nicarágua⁸¹ e o Haiti⁸². Tal política constituía um desdobramento da Boa Vizinhança promovida pelo governo Roosevelt a partir daquele mesmo ano. Isso não significa, contudo, que os Estados Unidos tenham deixado de atuar na América Latina por outros meios, uma vez que “A Boa Vizinhança não abrangia, portanto, a não interferência” (SILVA, 2016, p. 77). Sendo assim:

A Conferência de Caracas foi convocada com o objetivo, entre outros, de minar o governo de Jacobo Arbenz. Ele havia decidido dar continuidade e aprofundar as reformas de seu antecessor, Juan José Arévalo, e iniciou a reforma agrária e a expropriação de empresas com capital estadunidense, como a poderosa United Fruit Company. [...] O “caso Guatemala” de 1954 foi o primeiro grande conflito interamericano do período pós-Segunda Guerra Mundial e testou o “princípio da não intervenção” que regia o sistema interamericano desde 1933, ao qual os Estados Unidos aderiram com relutância. (MORGENFELD, 2010, p. 83).

O principal objetivo dos norte-americanos na Conferência de Caracas foi debater o tema da expansão do “comunismo internacional” no continente

⁸¹ As intervenções dos Estados Unidos na Nicarágua (1912–1933), com sucessivas ocupações militares de fuzileiros navais, visaram proteger interesses econômicos e estratégicos, como a defesa de investimentos de bancos e empresas norte-americanas, além do controle de rotas interoceânicas, garantindo influência direta sobre a política local. A resistência liderada por Augusto C. Sandino intensificou o repúdio regional ao governo estadunidense na década de 1930. Sobre o tema, ver: CARNEIRO JUNIOR, 2023, p. 18-34

⁸² A ocupação militar do Haiti (1915-1934) consolidou o domínio imperialista dos EUA na região sob a Diplomacia do Dólar. Através da força e do controle aduaneiro, Washington subjugou a soberania haitiana. Mesmo com a retirada das tropas, os EUA mantiveram um rígido protetorado financeiro sobre o país até 1941. Sobre o tema, ver: MATIJASCIC, 2010

americano. A Guatemala era um dos países do continente que mais sofria esse tipo de acusação. Além disso, os países latino-americanos enxergavam a Conferência como uma oportunidade para debater outros temas, como acordos econômicos e a questão do colonialismo europeu na América. Mesmo com proeminência política e econômica no continente, os Estados Unidos tiveram que negociar para que a proposta de resolução anticomunista defendidas por eles fosse aprovada.

A Conferência foi convocada pelos EUA no final de 1953 – enquanto o Departamento de Estado, junto à CIA, já estava planejando a derrubada do governo Árbenz –, marcada para acontecer em março de 1954. Em novembro de 1953, *O Globo* noticiou algumas pequenas reportagens apenas citando a Conferência.

Já no dia 26 de novembro, em uma matéria da UP, *O Globo* publicou a primeira reportagem com maiores detalhes, com o título “O papel do Brasil na X Conferência Interamericana”. A matéria destacou que seria uma ótima oportunidade para o Brasil desempenhar um bom papel diplomático, “em virtude de sua histórica lealdade ao conceito do pan-americanismo e de sua extraordinária experiência em desenvolvimento econômico, estará excepcionalmente qualificado para debater tais problemas e apresentar projetos de importância durante a reunião.” (O GLOBO, 26 nov. 1953, 1ª seção, p. 5).

Nesse sentido, o anticomunismo – tanto por parte dos Estados Unidos quanto de setores da diplomacia brasileira – funcionou como elemento articulador do pan-americanismo no contexto da Guerra Fria. Ao assumir essa agenda, o Brasil não apenas reforçava a lógica de defesa hemisférica, mas também buscava estreitar sua aproximação com os Estados Unidos, apostando que o alinhamento político poderia se converter em ganhos econômicos e maior protagonismo no cenário interamericano.

A partir de fevereiro, as notícias sobre a conferência de Caracas passam a ganhar cada vez mais destaque. No dia 9 de fevereiro, *O Globo* noticiou, na parte superior do jornal e em letras garrafais, a seguinte manchete: “Frente única contra os vermelhos da América”. O artigo foi escrito por Edward Tomlinson, em reportagem especial para *O Globo*.

Além disso, ainda na capa, o jornal destacou uma entrevista realizada com o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Vicente Raó⁸³ (1892–1978). A matéria também aparece na parte superior do periódico, sob o título “Importante contribuição do Brasil à defesa do continente” (O GLOBO, 9 fev. 1954, 1ª seção, p. 1). Em uma pequena nota, convidando o leitor a conferir a entrevista na página 7, o jornal indicou alguns temas que poderiam ser debatidos na conferência, entre eles o caso das colônias no continente⁸⁴, a revisão do Pacto de Bogotá de 1948⁸⁵ e a elevação do preço do café brasileiro⁸⁶.

Na segunda página d’*O Globo*, a reportagem de Tomlinson recebe posição de destaque. O artigo do jornalista estadunidense é dividido em três partes e, na primeira, discute a questão da “intervenção do comunismo nas repúblicas americanas” (TOMLINSON, 9 fev. 1954, 1ª seção, p. 2). O autor afirma que um dos governos do continente estaria influenciado por uma “ideologia estranha”, em referência ao governo Árbenz. Tomlinson sustenta que os dirigentes da Guatemala “são acusados pela opinião pública de estarem dominados pelo comunismo da mesma forma como o governo argentino ficara contaminado pelo nazismo e fascismo no princípio da Segunda Guerra Mundial” (TOMLINSON, 9 fev. 1954, 1ª seção, p. 2).

Observa-se, nesse contexto, a construção de uma associação discursiva entre comunismo e nazifascismo, ambos apresentados como formas de “interferência estrangeira” e caracterizados como regimes totalitários. Trata-se, nos termos de Roger Chartier, de um caso explícito de “esquema intelectual incorporado”,

⁸³ Vicente Raó (1892–1978) foi jurista, professor e político brasileiro. Ministro das Relações Exteriores no governo Getúlio Vargas (1953–1954), destacou-se por sua atuação na política externa durante a Guerra Fria, atuando com uma destacada postura anticomunista.

⁸⁴ Havia, entre os países latino-americanos, um consenso quanto à importância de discutir a temática das colônias europeias no continente. Esses países defendiam que o assunto fosse incluído na Conferência de Caracas, ao passo que os Estados Unidos sustentavam que a questão deveria envolver também as nações europeias, não devendo ser tratada exclusivamente no âmbito continental.

⁸⁵ O Pacto de Bogotá (1948) estabeleceu que os Estados americanos resolvessem suas controvérsias por meios pacíficos – como negociação, mediação, arbitragem e recurso à justiça internacional –, vedando o uso da força. Já na Conferência de Caracas (1954), a aprovação da “resolução anticomunista” passou a relativizar esses princípios, ao admitir ações coletivas diante da chamada “infiltração comunista”, abrindo espaço para a legitimação de intervenções no continente.

⁸⁶ Nesse contexto, destacou-se um litígio envolvendo o preço do café em 1954. O Brasil, então o maior produtor e exportador mundial do produto, tinha nos Estados Unidos seu principal mercado consumidor. O governo brasileiro justificava a elevação dos preços com base nas fortes geadas que afetaram a produção. Diante disso, o tema ganhou ampla repercussão n’*O Globo*, transformando-se em debate político nos Estados Unidos. Paralelamente, jornalistas, especialistas agrícolas e até mesmo donas de casa norte-americanas visitaram o Brasil para acompanhar de perto a situação.

ao equiparar o perigo atribuído ao comunismo à ameaça anteriormente representada pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Essa aproximação tornou-se particularmente evidente nos veículos de imprensa em meados do século XX, que reforçaram tal analogia. Com a intensificação das tensões nos primeiros anos da Guerra Fria, o comunismo passou a ser percebido como uma ameaça ainda mais significativa.

o comunismo substituiu o nazismo como inimigo e foi representado, principalmente na imprensa, como a grande ameaça que a América Latina devia combater. Com um discurso demonizador, as notícias publicadas nos jornais contribuíram para que o comunismo se tornasse objeto de conflitos sociais e políticos e que atuasse decisivamente nas políticas interna e externa dos países da América Latina. Em nossa pesquisa, encontramos poucos indícios concretos sobre. (REICHEL, 2004, p. 207)

Tomlinson ressaltou, também, que a Guatemala possuía defensores, como, por exemplo, o congressista chileno Armando Mallet Simonetti⁸⁷ (1915–1957), que afirmou que o governo guatemalteco tem o “direito de prosseguir no curso político que adotou”. Tomlinson afirmou que o governo boliviano também tinha expressado solidariedade à política de Jacobo Árbenz em algumas ocasiões; além disso, indicou que a imprensa mexicana fez duras críticas ao secretário-assistente de Estado, John Moors Cabot⁸⁸ (1901–1981), quando Cabot declarou que a Guatemala tinha “um tratamento injusto dado ao capital norte-americano”.

Acima, Tomlinson parece estabelecer uma associação entre os setores que defendiam a Guatemala e uma suposta postura “anti-americana”, podendo ser analisado sob uma ótica transnacional. Mallet, por exemplo, era um congressista socialista chileno, alinhado a um discurso anti-imperialista. O jornalista também menciona o apoio do governo boliviano, então presidido por Paz Estenssoro, liderança nacionalista com tensões em relação aos interesses norte-americanos. Por fim, destaca o caso do México, país que tinha um histórico de atritos com os Estados Unidos, sugerindo a existência de posições regionais mais críticas à política externa norte-americana.

⁸⁷ Armando Mallet Simonetti (1915–1957) foi advogado, professor e político socialista chileno. Deputado por Valparaíso e Quillota desde 1953, foi também ministro da Educação no governo Gabriel González Videla (1948–1950)

⁸⁸ John Moors Cabot (1901–1981) foi diplomata norte-americano. Atuou como secretário-assistente de Estado para Assuntos Interamericanos (1953–1954), desempenhando papel relevante na política dos EUA para a América Latina, especialmente no contexto da Guerra Fria

A reportagem de Tomlinson reiterou que a posição dos Estados Unidos era delicada. Segundo o jornalista, “uma palavra nossa em Caracas contra o comunismo na Guatemala, e todas as delegações esquerdistas, e talvez algumas mais conservadoras, brandarão: ‘Intervenção!’” (TOMLINSON, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 2).

Ao debater a questão do colonialismo europeu no continente americano, o jornalista novamente citou o país centro-americano ao alegar que a Guatemala “não hesitará em se valer de sua disputa com a Inglaterra sobre a Honduras Britânica [atual Belize] para distrair a atenção de sobre [sic] as suas simpatias comunistas.” (TOMLINSON, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 2). Acrescentou que esse tema poderia colocar os Estados Unidos em uma “posição embaraçosa”, uma vez que o país também possuía territórios coloniais; desse modo, “os esquerdistas de toda a América Latina insistem ainda em que Porto Rico e o Panamá são simples vassalos dos ‘yankees’.” (TOMLINSON, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 2).

O jornalista britânico afirmou que seu país estaria na “primeira linha de fogo quando se tratar de assuntos econômicos” (TOMLINSON, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 2). Tomlinson destacou que esse era um dos temas de maior relevância para os países latino-americanos e relatou certa preocupação ao afirmar que “Desejam eles mais ajuda econômica e mais empréstimos. Mas insistirão em garantias baixas, menos cotas e restrições sobre importações de seus produtos pelos EUA.” (TOMLINSON, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 2). Acrescentou que esse cenário poderia gerar um “sentimento anti-EUA” no continente. De acordo com Silva:

enquanto a Delegação dos Estados Unidos tinha como objetivo uma declaração contra o comunismo soviético, “a maioria das delegações latino-americanas foram para Caracas principalmente interessadas em problemas econômicos”. [...] preocupou aos americanos o quanto as posturas latino-americanas poderiam assinalar em algum nível o declínio das relações interamericanas. (SILVA, 2016, p. 147)

Já a sétima página do periódico traz uma entrevista com Vicente Rao. A entrevista ocupa aproximadamente um quarto da página, na parte superior, e é dividida em tópicos, alguns deles também tratados por Tomlinson, como o combate ao comunismo e a questão das colônias no continente. *O Globo* nutria expectativas em relação ao apoio econômico dos Estados Unidos, ao afirmar que “o ponto alto da Conferência Interamericana de Caracas será a discussão dos assuntos econômicos” (O GLOBO, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 7). O jornal declara:

O chanceler é de opinião que as relações entre os países continentais não devem limitar-se apenas aos planos jurídicos e políticos. Estes já estão mais ou menos definidos. No momento, o que mais importa é a fixação de um critério para a cooperação econômica, de forma a obter-se a elevação do nível de vida das populações das Américas e robustecer as forças defensivas do Continente, conferindo-lhes eficácias e coordenação. (O GLOBO, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 7).

Dois aspectos destacam-se nesse trecho. O primeiro refere-se à centralidade da questão econômica para a chancelaria brasileira na Conferência. O segundo diz respeito à ênfase do ministro na ideia de que a cooperação econômica beneficiaria os interesses continentais. Essa perspectiva torna-se evidente quando o ministro afirma que “o Brasil está preparado para tomar a atitude que consultará não apenas os interesses nacionais, mas também os continentais” (RAÓ, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 7).

A defesa de interesses continentais reaparece quando a matéria trata das questões coloniais, ao afirmar que “o Brasil é contrário à existência de territórios americanos sob a jurisdição política e administrativa de potências estranhas ao Continente” (O GLOBO, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 7). Em relação à Guatemala, o jornal registra que não havia previsão de debate específico sobre o país centro-americano, mas “apenas um [assunto] de ordem geral sobre a defesa do Continente contra a infiltração comunista” (O GLOBO, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 7).

No dia seguinte, *O Globo* reproduziu uma matéria da UP – baseada em artigo do *Washington Post* – intitulada “Advertência do ‘Washington Post’ sobre o perigo da Guatemala”. O texto indicava que a situação guatemalteca seria tema central em Caracas e associava a expulsão de jornalistas norte-americanos – citados no subcapítulo anterior – ao caráter autoritário do governo Árbenz, reforçando a ideia de uma “ameaça totalitária” no país (O GLOBO, 10 fev. 1954, p. 6).

A “ameaça comunista” voltou a estruturar o debate do periódico. O artigo informou que era “esta dominação [comunista], mais do que as ‘reformas’ instituídas pelo governo de Arbenz, o que converte a Guatemala em uma preocupação americana” (O GLOBO, 10 fev. 1954, 1ª seção, p. 6). Nesse enquadramento, o problema não seriam as reformas sociais. Segundo o *Washington Post*, o secretário de Estado adjunto, John Cabot, havia esboçado “ajuda à Bolívia”, dando a “entender bem claramente que este país não se opõe à reforma social [como na Bolívia], mas,

por outro lado, à dominação comunista, isto é, russa, das atividades da Guatemala [...]” (O GLOBO, 10 fev. 1954, 1ª seção, p. 6).

Figura 4 - Capa d'O Globo (09/02)

FRENTE ÚNICA CONTRA OS VERMELHOS DA AMÉRICA

EM VIGOR O AUMENTO DOS PREÇOS DO LEITE E DO AÇÚCAR

“O PAÍS ESTÁ SENDO LEVADO AO CAOS E À MISERIA”



O Sr. João Goulart, à direita, falando no O GLOBO, em São Paulo

ESFACELA-SE O PTB EM SÃO PAULO

Alem da corrente do Sr. Hugo Borghi, outra ala do partido se opõe à nova Comissão de Reestruturação. Houve expectativa de choque armado, ontem, tendo a Polícia ocupado a sede da agremiação trabalhista. (TEXTO NA 6.ª PÁGINA).

XIFÓPAGOS NO HOSPITAL

Advertencia do presidente da U.D.N., em discurso, hoje, na Câmara, sobre a política de aumento de salários, de fomento de greves e de intervencionismo estatal — “O caso do café ameaça a nossa economia”, dirá, ainda, o Sr. Arthur Santos — Deixa, o Governo, ao desamparo, a produção argopecuária e os que verdadeiramente trabalham — A R A D I O G L O B O t r a n s m i t i r á

O PRESIDENTE da UDN, deputado Arthur Santos, de- verá discursar, hoje, na Câmara, sobre o caso do café e a abundância em que se encontra, no Brasil, a produção agrícola. Dirá, entre outras coisas, que a alta do café, causada por fatores naturais, não aproveita, de modo algum, ao lavrador, que é o atero sacrificado, pagando salarios elevados, impostos escorchantes, juros judiciais de financiamentos altíssimos e importando máquinas agrícolas com dólares de escassez. “O caso do café ameaça a nossa economia”, frisará o Sr. Arthur Santos. “E não tem sido esclarecido pela nossa representação diplomática era reunida no Rio de Janeiro para uma Conferência costosa e de proeminentes resultados”. Em sua alocução, o presidente da UDN atacará o intervencionismo estatal, e entreguismo, a política de alta de salários e o fomento de greves, afirmando que tais diretrizes estão levando o país ao caos e à miséria, ao passo que a produção agropecuária e os que verdadeiramente trabalham são abandonados pelo poder público. O discurso do Sr. Arthur Santos, ao que tudo indica, alcançará larga repercussão nos meios parlamentares, econômicos e políticos. Será retransmitido, a partir das 22 horas, pela Rádio Globo.

O “FINANCIAL TIMES” E O PAGAMENTO DA DÍVIDA BRASILEIRA AOS CREDORES BRITÂNICOS

LONDRES, 3 (APF) — Comenta- do o pagamento à Inglaterra, pelas autoridades brasileiras, de uma soma indeterminada, destinada à amorti- zação da próxima parcela da dívida brasileira, nos seguintes termos nos termos do acordo realizado no Rio de Janeiro no ano passado, o especialista em questões bancárias do “Financial Times” destaca: “Segundo as estimativas brasileiras, a soma destinada ao Banco de Inglaterra se elevava a dez milhões de libras, soma reconhecida impres- samente”.

Não poderá continuar a destruir lares



A Delegacia de Costumes vai intervir na “Tirola da Oração”. Fala o O GLOBO o delegado Belens Porto — Má fé, ridículo e falta de higiene no “tompão”. O “pastor” e seus prosélitos — Versículos da Bíblia e divagações desconexas (Texto na 4.ª página)

A questão do asilo político e a da extinção das colônias do continente, outros temas que prometem agitar a Conferência de Caracas — Os problemas econômicos poderão engrossar a maré de sentimentos anti-norte-americanos — Assuntos delicados a serem apreciados na Reunião dos Chanceleres do Novo Mundo (Ver artigo de Edward Tomlinson, especial para O GLOBO, na segunda página)



O Sr. Vicente Rao, num momento importante

IMPORTANTE contribuição do Brasil à defesa do continente. Afirmção de princípios contra a existência de colônias nas Américas — A delegação brasileira vai pedir a revisão do Pacto de Bogotá — Intervirá com energia caso seja discutida a questão da alta do café — O ministro das Relações Exteriores presta esclarecimentos sobre a posição de nosso país na Conferência Interamericana (Texto na sétima pág.)

Fonte: O GLOBO, 09 fev. 1954, 1ª seção, p. 1

Legenda: No início de 1954, a elevação do preço do café gerou tensões com os Estados Unidos. A queda da produção brasileira, provocada por fatores ambientais, elevou os preços e motivou críticas e campanhas contrárias ao produto nacional. Na capa (acima), uma das manchetes, intitulada “O país está sendo levado ao caos e à miséria”, traz o presidente da UDN no Paraná, Arthur Santos (1894–1972), afirmando que “O caso do café ameaça a nossa economia”. Ao lado, O Globo destacou Vicente Rao, chefe da delegação brasileira na Conferência de Caracas, que declarou que “Intervirá com energia caso seja discutida a questão da alta do café”. O jornal via na Conferência chance de melhores acordos econômicos.

Enquanto isso, em 12 de fevereiro, na seção “No Senado Federal”, destacou-se, entre outros temas, a fala do senador por Goiás, Domingos Velasco⁸⁹ (1899–1979), acerca da situação guatemalteca. O parlamentar proferiu um discurso crítico à atuação imperialista dos trusts estrangeiros na América Latina:

fundidas suspeitas de que se pretende voltar as velhas práticas do imperialismo, de impor a pequenas nações normas de vida que sirvam nos interesses econômicos dos “trusts” e não do bem-estar dos seus povos. [...]

⁸⁹ Domingos Velasco (1899–1979) foi político brasileiro, senador por Goiás e militante histórico do trabalhismo. Atuou em defesa de pautas nacionalistas e críticas à influência de capitais estrangeiros no país.

sob pretexto de que é comunista o Governo daquele país [Guatemala], ensaiam-se represálias que representam verdadeira Intervenção na sua vida política. (VELASCO, 12 fev. 1954, 1ª seção, p. 3).

Na sexta página do periódico, *O Globo* republicou uma nota da UP sobre uma declaração de Castillo Armas. A fala respondia às acusações do governo da Guatemala de que haveria uma conspiração contrarrevolucionária para retirar Árbenz do poder com apoio externo. O coronel exilado em Honduras, contudo, negou a acusação do governo guatemalteco e afirmou que existia, sim, uma conspiração, mas “uma conspiração contra os comunistas guatemaltecos”. Acrescentou tratar-se de uma “conspiração do decoro e da honra nacionais contra a senvergonhice e o entreguismo” (ARMAS, UP, 12 fev. 1954, 1ª seção, p. 6).

2.2.1 – Costa Rica não vai à Caracas

A partir de 19 de fevereiro, *O Globo* passou a repercutir matérias relacionadas à recusa da Costa Rica em participar da conferência de Caracas. Reproduzindo matéria da UP, o jornal destacou que “TODAS AS REPÚBLICAS AMERICANAS, com exceção de Costa Rica, confirmaram seu comparecimento à X Conferências Interamericana” (O GLOBO, UP, 19 fev. 1954, 1ª seção, p. 5).

Em 22 de fevereiro, *O Globo* reproduziu matéria da AFP informando que o “New York Times’ critica a ausência de Costa Rica da Conferência de Caracas”. O texto classificou a decisão como “estranha” e lamentou a não participação do país, afirmando que “em nossa opinião o presid. Figueres não teve razão para tomar essa decisão. Tal decisão tomada por um real democrata, chefe de um dos raros países verdadeiramente democráticos da América Latina, é profundamente desalentadora” (O GLOBO, AFP, 22 fev. 1954, 1ª seção, p. 6).

A reportagem acrescentou que seria importante a Costa Rica “falar em nome da democracia”, para que a América Latina pudesse “afastar-se do totalitarismo”, encerrando com um apelo para que Figueres reconsiderasse a decisão. Novamente, a crítica ao suposto totalitarismo da Guatemala é ressaltada.

Temos necessidade de Costa Rica para falar em nome da democracia, como temos necessidade do Uruguai, do México, do Brasil e de todos os outros países que desejam auxiliar a América Latina a afastar-se do "totalitarismo", acentua o jornal, que faz um apelo ao presidente Figueres, "cuja grande reputação de estadista na América Latina será ainda realçada se reconsiderar corajosamente a sua decisão" (O GLOBO, AFP, 22 fev. 1954, 1ª seção, p. 6)

Em outra reportagem especial para *O Globo*, Tomlinson adotou um tom crítico à postura do governo dos Estados Unidos na Conferência. O título da reportagem já indicava essa posição ao afirmar que estavam “Mal preparados os Estados Unidos para Caracas”. A crítica torna-se mais evidente quando o jornalista afirma que, nos últimos anos, “jamais houve tanta incerteza e confusão nos círculos diplomáticos de Washington [...] sobre os pontos de vista a serem esposados na Conferência Interamericana” (TOMLINSON, 24 fev. 1954, 1ª seção, p. 5).

O jornalista acrescentou que os Estados Unidos seriam alvo de “nacionalistas extremados” e dos comunistas e que “lideradas pela Guatemala, essas forças tentarão pregar uma vez mais o rótulo de intervenção na cauda da casaca de Tio Sam” (TOMLINSON, 24 fev. 1954, 1ª seção, p. 5).

Tomlinson também evidenciou a desorganização da diplomacia norte-americana ao tratar dos temas econômicos. O jornalista afirmou “que não só há desacordo quanto à política econômica com as outras repúblicas americanas, como também a própria administração não apresentou quaisquer sugestões definitivas a respeito” (TOMLINSON, 24 fev. 1954, 1ª seção, p. 5). Em seguida, citou a declaração de um embaixador estadunidense – não identificado na matéria – segundo a qual, com exceção do caso da Guatemala e de alguns temas econômicos, aquela seria a reunião “mais amistosa e de maior cooperação”. Ainda assim, o texto apontou hesitação na diplomacia norte-americana, uma vez que “até aqui nenhuma iniciativa concreta dos Estados Unidos se fez sentir” (TOMLINSON, 24 fev. 1954, 1ª seção, p. 5).

Em 27 de fevereiro, em reportagem especial de Geraldo Romualdo da Silva⁹⁰ (1916–1996), *O Globo* entrevistou o presidente costa-riquenho José Figueres. A matéria foi publicada na capa, na parte superior esquerda, sob o título “Costa Rica não vai a Caracas”, e teve como foco a posição do presidente em relação à Conferência de Caracas.

A entrevista foi publicada na oitava página do jornal. Antes de apresentar as declarações de Figueres, o jornalista traçou um panorama político e social do país, incluindo dados sobre população, religião e características

⁹⁰ Geraldo Romualdo da Silva (1916–1996) foi jornalista brasileiro. Atuou em *O Globo* entre 1936 e 1958, destacando-se como cronista e repórter, com participação relevante na imprensa do período.

socioculturais. Observa-se mudança na representação da Costa Rica, anteriormente apresentada como exemplo de democracia bem-sucedida no continente. Nessa reportagem, contudo, o jornalista afirmou que “pensando bem, Costa Rica não passa de outro vulcão político, uma segunda espécie de ‘ponta-de-lança vermelha’” (SILVA, 27 fev. 1954, 1ª seção, p. 8).

O jornalista brasileiro estabeleceu alguns temas a serem questionados, entre eles a Conferência de Caracas. Ao ser indagado sobre por que não compareceria ao evento, o presidente apresentou uma resposta evasiva, afirmando que “A Costa Rica deseja é que se proponham em Caracas, que se proponham e prevaleçam, condições mais humanas e normais de vida para todos” (FIGUERES, 27 fev. 1954, 1ª seção, p. 8). Também declarou, em consonância com demandas recorrentes entre países latino-americanos, que se deveria “cuidar da economia”.

2.2.2 – A resolução anticomunista

Em 3 de março, Quarta-feira de Cinzas⁹¹, *O Globo* emitiu, na capa, algumas reportagens sobre a conferência, nas quais a Guatemala recebeu pouca atenção. Contudo, na quinta página, na seção *O GLOBO em foco*, destacava-se a manchete: “A atitude das delegações em face do problema do comunismo” (O GLOBO, AFP, 03 mar. 1954, 1ª seção, p. 5).

A matéria ressaltava a surpresa dos norte-americanos diante do suposto “sentido anti-americano” das delegações latino-americanas. A principal divergência surgiu no debate sobre a chamada “interferência comunista”, com referências à Guatemala, evidenciando o receio desses países quanto a possíveis intervenções dos Estados Unidos. Segundo o jornal, “as delegações, apesar de concordarem, em sua maioria, que se deveria discutir o problema de intervenção comunista no continente, não estavam dispostas a aceitar a discussão do caso da Guatemala” (O GLOBO, AFP, 03 mar. 1954, p. 5). Em seguida, o texto prosseguia:

⁹¹ A Conferência de Caracas teve início em 1º de março. Contudo, o evento não foi noticiado imediatamente pelo *O Globo*, uma vez que o jornal não circulava aos domingos (28/02) e, nos dias 01 e 02 de março, não houve publicação de editoriais, possivelmente em razão do período carnavalesco, que naquele ano ocorreu entre 28 de fevereiro e 2 de março.

O Brasil aceita a discussão do problema e concorda com a necessidade de uma discussão conjunta contra o comunismo, mas considera que a discussão do problema específico da influência comunista em um país constitui intervenção nos assuntos internos do mesmo e, portanto, um atentado contra a sua soberania” (O GLOBO, AFP, 03 mar. 1954, 1ª seção, p. 5).

Além disso, os governos latino-americanos passaram a demonstrar maior relutância quanto ao tema diante da ênfase atribuída aos chamados “problemas econômicos”. Em matéria da UP veiculada no jornal, afirmou-se que “são numerosos os países da América Latina que consideram mais importante as medidas que resolvam os problemas econômicos do que aquelas que se proponham a combater o comunismo” (O GLOBO, UP, 04 mar. 1954, 1ª seção, p. 6).

Na mesma direção, no dia seguinte, o jornal publicou trecho de declaração de Vicente Rao que associava a elevação do poder econômico ao combate ao comunismo. Essa perspectiva era recorrente na linha argumentativa do periódico. Segundo Rao, “sem elevar o nível de vida de nossas populações seremos nações débeis” e, nesse sentido, acrescentou: “e estas são o ambiente mais propício aos germes infecciosos das ideologias subversivas” (RAO, UP, 05 mar. 1954, 1ª seção, p. 5). E, novamente, a associação do comunismo com agentes patológicos, como nos informa Rodrigo Patto Sá Motta.

Ainda nessa edição, na segunda seção do jornal, foi publicada uma matéria com abordagem favorável ao país centro-americano, intitulada “Campanha de ameaça e propaganda contra a Guatemala”. O repórter Geraldo da Silva, que dias antes havia entrevistado o presidente Figueres, deslocou-se até a Guatemala para entrevistar o Ministro das Comunicações do país, o coronel Carlos Aldana Sandoval⁹² (1912–2003). Ao relatar sua chegada ao país, o jornalista destacou sua própria surpresa diante da situação, afirmando que esperava “encontrar a Guatemala em pé de guerra, como um verdadeiro barril de pólvora pronto a explodir a qualquer momento” (SILVA, 05 mar. 1954, 2ª seção, p. 3).

Imaginávamos que o regime de Árbenz exigia o desdobramento de forças para a manutenção da ordem das ruas, nos bancos, nas fabricas, etc. Aliás, ainda em Costa Rica pretendemos tomar conhecimento desse intranquilo estado de coisas, talvez precipitadas por um governo tendencioso, despótico, personalista, criticado e condenado por nações superiores responsáveis.

⁹² Carlos Aldana Sandoval (1912–2003) foi militar e político guatemalteco. Participou da Revolução de 1944, integrou o governo de Juan José Arévalo como ministro de Obras Públicas e, sob Jacobo Árbenz, foi ministro das Comunicações.

Ali descemos e não vimos nem matança e nem correrias de anarquistas. Pelo contrário: vimos movimentos bem diferentes, como um dinheiro altíssimo (ao nível exato do dólar), as casas comerciais abarrotadas, cinema à cunha, enfim uma cidade completamente voltada para a vida, adorando a vida. Nada, por conseguinte, que parecesse degradação. (SILVA, 05 mar. 1954, 2ª seção, p. 3).

Após descrever as condições observadas no país, a matéria destacou declarações do coronel Aldana, que afirmou: “não somos comunistas”. O militar reiterou informações já de conhecimento público e anteriormente noticiadas n’O *Globo*, como a ilegalidade do partido comunista guatemalteco e seu reduzido número de integrantes – estimado em não mais que três mil membros. Por fim, sustentou que a acusação de comunismo constituía uma campanha de propaganda contra o país centro-americano “com o evidente objetivo de pretender justificar uma ação unilateral contra o país” (ALDANA, 05 mar. 1954, 2ª seção, p. 3).

O comentário do repórter d’O *Globo*, Geraldo Silva, sobre sua passagem pela Guatemala, evidencia discrepâncias nas representações do país. Frequentemente retratada como espaço de conflitos e revoltas, a realidade da Guatemala observada pelo jornalista não correspondia a essa imagem. Tal contraste remete às “lutas de representações” indicando a coexistência e disputa de diferentes leituras da realidade no interior do próprio jornal.

A chamada “resolução anticomunista”⁹³, proposta pelos Estados Unidos em Caracas, buscava classificar a “infiltração do comunismo internacional” como ameaça à segurança hemisférica, permitindo medidas coletivas – inclusive coercitivas – contra países acusados de influência comunista, tendo como principal alvo o governo da Guatemala. Contudo, a proposta enfrentou resistência de diversos países latino-americanos, que temiam a violação do princípio de não intervenção, exigindo alterações no texto. (MORGENFELD, 2010, p. 85-86).

O *Globo* destacou, em manchete de capa, a expressão “comunismo e colonialismo em primeiro lugar” (O GLOBO, 06 mar. 1954, 1ª seção, p. 1). A reportagem sustentava que determinados temas da conferência deveriam ser

⁹³ Embora o TIAR de 1947 previsse a ação coletiva apenas diante de uma agressão armada externa – princípio da defesa hemisférica – e o Pacto de Bogotá (1948) reforçasse a solução pacífica de controvérsias entre os Estados americanos, a Resolução Anticomunista de Caracas (1954) promoveu uma inflexão significativa. Ao estabelecer que o predomínio de uma ideologia estrangeira, particularmente o comunismo, configurava uma ameaça regional, ampliou-se o escopo de intervenção. Com isso, abriu-se uma brecha jurídica para medidas coercitivas nos assuntos internos dos países, relativizando o princípio de não intervenção consolidado no sistema interamericano.

examinados com maior urgência, entre eles o “problema do comunismo na América e o colonialismo” (O GLOBO, 06 mar. 1954, 1ª seção, p. 7). Nesse contexto, os Estados Unidos apresentaram sua proposta de resolução anticomunista, que recebeu apoio da boa parte dos países. Entretanto, além da Guatemala, também votaram contra Argentina, México, Panamá e Uruguai.

Embora compartilhassem do anticomunismo defendido pelos Estados Unidos, os países latino-americanos demonstravam receio de que a resolução abrisse espaço para intervenções norte-americanas. O Uruguai, além de votar contrariamente, também propôs alterações no texto apresentado pelos Estados Unidos.

Os delegados latino-americanos, embora compartilhassem da perspectiva anticomunista dos Estados Unidos, expressaram receios quanto à possibilidade de que, se a resolução americana fosse aprovada, o “princípio da não intervenção” fosse relativizado, como denunciou o ministro das Relações Exteriores da Guatemala. O Uruguai propôs uma emenda ao projeto de lei de Dulles, que estipulava consultas multilaterais antes da adoção de qualquer ação coletiva contra um país americano. México, Panamá e Paraguai juntaram-se às críticas à iniciativa dos EUA, propondo diversas modificações. (MORGENFELD, 2010, p. 86).

A matéria também destacou declarações do ministro guatemalteco Guillermo Toriello e de John Foster Dulles. O representante da Guatemala afirmou que um debate em torno de uma suposta intervenção comunista poderia abrir espaço para violações ao princípio de não intervenção nos assuntos internos dos países. Toriello declarou que “denunciaremos, ante a esta conferência, a agressão política, as ameaças de agressão econômica e a intervenção de que é vítima a Guatemala” (TORIELLO, UP, 06 mar. 1954, 1ª seção, p. 7).

Em resposta, Dulles acusou Toriello de se opor a resoluções de combate ao comunismo e afirmou que tal postura comprometeria a “harmonia” da conferência. Acrescentou, ainda, que a declaração do ministro representava um “ataque insultante” aos EUA e reiterou que o comunismo internacional constituía um risco para os Estados americanos de modo geral. Em contrapartida, Toriello afirmou não ter atacado os Estados Unidos, mas sim os monopólios econômicos, reiterando que a resolução anticomunista seria “uma cortina de fumaça que poderia permitir a intervenção unilateral ou coletiva em nosso país” (TORIELLO, UP, 06 mar. 1954, 1ª seção, p. 7).

Na edição de 08 de março, o jornal manifestou alívio diante do avanço do exame da resolução anticomunista apresentado por Dulles. Porém, em matéria reproduzida a partir da INS, o periódico brasileiro criticou a condução diplomática norte-americana ao afirmar que “o governo de Washington, no entanto, errou ao não fazer divulgação do projeto entre as chancelarias americanas, pelo menos um mês antes da conferência” (O GLOBO, INS, 08 mar. 1954, 1ª seção, p. 8). A posição crítica da INS corrobora os apontamentos feitos por Tomlinson ainda antes do início da Conferência.

Em uma matéria intitulada “Urgência para o debate sobre o projeto anticomunista”, veiculada a partir da UP, *O Globo* informou que o presidente da Comissão Jurídico-Política da Conferência, o embaixador Guillermo Sevilla Sacasa⁹⁴, da Nicarágua, “anunciou que serão realizadas sessões pela manhã e pela tarde, hoje e amanhã, para acelerar o debate em torno do projeto de resolução anticomunista apresentado pelos Estados Unidos” (O GLOBO, UP, 11 mar. 1954, 1ª seção, p. 6). A matéria destacou que nove países já haviam aprovado o projeto – entre eles o Brasil –, enquanto outros, como México e Uruguai, defendiam a ampliação do texto para incluir “oposição aos ‘totalitarismos’ e não apenas ao comunismo internacional” (O GLOBO, UP, 11 mar. 1954, 1ª seção, p. 6).

O trecho evidencia que, apesar da urgência e do apoio majoritário, parte dos países – para além da Guatemala – questionava a proposta norte-americana. Enquanto os Estados Unidos priorizavam o combate ao chamado “comunismo internacional”, México e Uruguai defendiam o enfrentamento de qualquer regime não democrático.

Já em 13 de março, a conferência recebeu amplo destaque na capa do periódico carioca, sob a manchete “O comunismo agita o plenário da Décima Conferência Interamericana”. Logo abaixo, foram publicadas cinco fotografias do evento, entre elas imagens de John Foster Dulles e do chanceler brasileiro Vicente Rao. Apesar do destaque visual na capa do jornal, não houve aprofundamento analítico sobre os debates.

⁹⁴ Guillermo Sevilla Sacasa (1908–1997) foi diplomata nicaraguense; e embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos entre 1943 e 1979. Ligado à dinastia Somoza, teve atuação destacada na política interamericana durante a Guerra Fria, alinhando-se às posições anticomunistas.

Na quinta página, na seção *O GLOBO em Foco*, o jornal ressaltou o que definiu como “franco apoio do Brasil à resolução anticomunista”, acrescentando que “o Brasil, Bolívia, Salvador, Panamá e Cuba declararão, hoje, seu franco apoio à resolução anticomunista apresentada pelos Estados Unidos, e rejeitaram as emendas propostas por outras delegações” (O GLOBO, AFP, 13 mar. 1954, 1ª seção, p. 6).

Na capa do dia 15, em nota veiculada a partir da UP, o jornal destacou que a resolução anticomunista representou um “Golpe severo para Moscou”, incorporando ainda a fala do Secretário de Estado: “sinto-me satisfeito com os resultados conseguidos até agora” (DULLES, UP, 15 mar. 1954, 1ª seção, p. 1). A continuidade da reportagem ocorreu na sexta página, onde há uma fala de Dulles: “ontem, com um só voto contra, o da Guatemala, a Conferência fez uma declaração de princípios de caráter transcendental, que torna a política internacional do hemisfério parte da doutrina Monroe” (DULLES, UP, 15 mar. 1954, 1ª seção, p. 6). A resolução condenava a infiltração comunista no continente e realçou a posição dos Estados Unidos como potência dominante no hemisfério.

Na quinta página, em uma matéria não assinada, *O Globo* abordou a resolução anticomunista. Segundo o jornal, “apesar de seu caráter continental, [a resolução anticomunista] visa a fins políticos extra-continentais e serve de advertência à Rússia para que desista de quaisquer contra-golpes neste hemisfério” (O GLOBO, 16 mar. 1954, 1ª seção, p. 5). Apesar do amplo debate em torno da resolução durante a Conferência, o periódico afirmou que o comunismo possuía baixa expressão no continente e indicou que a medida não seria essencial.

A rigor, a resolução não seria necessária. O comunismo representa, na maioria dos estados do continente, minoria tão sem expressão e sem possibilidade de fazer mais do que agitação estéril, que qualquer tentativa vermelha de subir ao poder estaria condenada ao insucesso em tempo mais ou menos breve e sem necessidade de qualquer socorro externo.

Mas, de qualquer modo, a decisão aprovada em Caracas regula e fundamenta o mecanismo jurídico de uma ação de repulsa ao comunismo no continente que se faria sentir de qualquer maneira em caso de necessidade. (O GLOBO, 16 mar. 1954, 1ª seção, p. 5).

O Globo acrescentou que, segundo Dulles, a resolução não possuía caráter intervencionista; ao contrário, apresentava uma perspectiva preventiva e não se dirigia a nenhum país específico, sequer à Guatemala, que, “embora o governo guatemalteco seja nitidamente influenciado pelo Partido Comunista, ainda ali se conservam as características democráticas” (O GLOBO, 16 mar. 1954, 1ª seção, p.

5). O jornal afirmou ainda que, apesar da existência de uma suposta ameaça de infiltração comunista, ela ainda não havia se concretizado. E concluiu afirmando que:

A resolução é uma arma preventiva contra o êxito de qualquer manobra russa de infiltração neste continente em benefício de sua política nacional de imperialismo e hegemonia. É uma medida de segurança do continente contra qualquer cabeça-de-ponte dos fascistas de Moscou. (O GLOBO, 16 mar. 1954, 1ª seção, p. 5).

Assim, é possível perceber que, embora tenha se mostrado favorável à proposta de resolução anticomunista, o próprio jornal ressaltava que tal medida não era necessária. Além disso, afirmava que qualquer tentativa de ascensão comunista ao poder fracassaria, sem necessidade de ajuda externa. Por fim, sustentava que, mesmo sob eventual influência comunista, a Guatemala ainda preservava características democráticas.

2.2.3 – A Declaração de Caracas

No dia 25, o jornal noticiou, a partir da UP, que havia sido “aprovada a Declaração de Caracas”. Tratava-se de “uma declaração de princípios para o reforçamento da democracia, da justiça social e da cooperação econômica e cultural que provavelmente passará à história com o nome de ‘Declaração de Caracas’” (O GLOBO, UP, 25 mar. 1954, 1ª seção, p. 5). A medida buscava reforçar a união entre os países do continente, com ênfase na cooperação em diferentes áreas.

A Declaração de Caracas defendia a soberania, a autonomia e a proteção dos Estados latino-americanos diante de possíveis intervenções estrangeiras. Na sexta página, em matéria que classificava a Declaração como “histórica”, o periódico apresentou trechos do documento na íntegra:

O reconhecimento do direito inalienável de cada Estado americano de escolher livremente suas próprias instituições no exercício efetivo da democracia representativa, como meio de manter sua soberania política, alcançar sua independência econômica e viver sua própria vida social e cultural, sem intervenções por parte de nenhum Estado ou grupo de Estados direta ou indiretamente em seus assuntos internos e externos e, em particular, sem intromissão de qualquer forma de totalitarismo. (O GLOBO, UP, 25 mar. 1954, 1ª seção, p. 6).

O trecho reforça o discurso de defesa da soberania nacional. Na continuidade da matéria, o jornal destacou que o fortalecimento das instituições democráticas dependeria do respeito aos direitos individuais e sociais, a fim de “estimular uma efetiva política de bem-estar econômico e justiça social destinada a

elevar o nível de vida de seus povos” (O GLOBO, UP, 25 mar. 1954, 1ª seção, p. 6). A matéria encerra reforçando a defesa dos valores democráticos e da cooperação econômica, com o objetivo de alcançar o bem-estar e a “prosperidade comuns dos povos do continente”.

Em 26 de março, *O Globo* afirmou que a Declaração de Caracas constituía uma “verdadeira Declaração de Direitos das nações americanas”, destacando ainda a participação relevante do Brasil em sua elaboração (O GLOBO, 26 mar. 1954, 1ª seção, p. 5).

Pura retórica – dirão dessa Declaração de Caracas os pessimistas ou os chamados realistas. Mas quem sabe a influência que tiveram nos destinos do mundo declarações semelhantes e que serviram de Inspiração a esta como a da Revolução Americana, a da Revolução Francesa e a dos Direitos Humanos da ONU não pensará, assim (O GLOBO 26 mar. 1954, 1ª seção, p. 5).

A proposta de resolução anticomunista apresentada pelos Estados Unidos foi amplamente criticada, suscitando diversos pedidos de emenda por parte das delegações latino-americanas. Embora reconhecessem o comunismo como uma ameaça externa ao continente, esses países temiam que a flexibilização do princípio de não intervenção – consagrado no TIAR (1947) – abrisse margem para intervenções arbitrárias norte-americanas.

Nesse contexto, a diplomacia brasileira, representada por Vicente Ráo, atuou no sentido de propor modificações no projeto defendido por Dulles. Em resposta às demandas de México e Uruguai, que insistiam na preservação do princípio de não intervenção, o Brasil sugeriu a realização de uma consulta prévia no âmbito da OEA para deliberar sobre eventuais casos de “interferência comunista” no continente (BAPTISTA JUNIOR, 2013, p. 103). Essa proposta foi posteriormente formalizada como emenda pela diplomacia colombiana e,

para conseguir os votos necessários à aprovação das medidas americanas, o secretário J. F. Dulles coagiu e fez promessas. O voto do Uruguai, por exemplo, foi conseguido em troca de uma eventual ajuda norte-americana, em caso de agressão da Argentina. [...] No que se refere ao Brasil, especificamente, Dulles fez uma declaração favorável à política brasileira de elevação do preço do café. Também foi proposta uma reunião extraordinária do Conselho Social e Econômico da OEA, a ser sediada no Rio de Janeiro, com fins específicos de discutir as possibilidades de ajuda econômica para a região por parte dos EUA. (BAPTISTA JUNIOR, 2013, p. 103)

Ao final, a resolução anticomunista foi aprovada pela maioria dos países, com abstenções de Argentina e México e o voto contrário da Guatemala.

Apesar das concessões feitas por Dulles, o projeto norte-americano foi mantido separado das demais demandas latino-americanas.

É daí que surge a Declaração de Caracas, concebida para reunir as reivindicações e emendas dos países latino-americanos. Os Estados Unidos temiam que a incorporação dessas demandas diluísse a centralidade de sua proposta anticomunista.

2.3 – COMPRAS DE ARMAS DA TCHECOSLOVÁQUIA E A OFENSIVA CONTRARREVOLUCIONÁRIA

Após a divulgação de que um carregamento de armas provenientes do bloco socialista havia chegado à Guatemala, a pressão internacional sobre o país intensificou-se consideravelmente. A aquisição desse armamento foi interpretada por diversos países como evidência de uma possível ameaça comunista no continente. Nesse contexto, passou-se a reivindicar a aplicação da resolução anticomunista aprovada em Caracas, especialmente a convocação de uma reunião de consulta no âmbito da OEA para discutir a situação.

Embora o periódico não tenha informado, as armas eram provenientes da Tchecoslováquia, incluindo armamentos produzidos no país e outros de origem alemã remanescentes da Segunda Guerra Mundial (ÁVILA, 2022, p. 5). O jornal noticiou com maior frequência que o material teria origem polonesa, apesar das negativas de Guillermo Toriello, chanceler guatemalteco.

Em 18 de maio, na seção *O GLOBO em foco*, o jornal informou que o Departamento de Estado havia denunciado o envio de armas soviéticas para a Guatemala. Em nota breve, reproduzida a partir da Reuters (R)⁹⁵, registrou-se que um “importante embarque de armas” teria sido enviado de “território sob controle soviético para a Guatemala” (O GLOBO, R., 18 mai. 1954, 1ª seção, p. 5). A matéria, contudo, não apresentou detalhes adicionais sobre o episódio.

O tema foi retomado adiante, sob o título “Não pedirão os Estados Unidos medidas contra a Guatemala” (O GLOBO, UP, 18 mai. 1954, 1ª seção, p. 5). A matéria destacou que a questão despertava o interesse dos EUA e que constituía uma “grave ameaça para o Hemisfério Ocidental”. Apesar disso, segundo a

⁹⁵ Reuters: agência de notícias fundada em 1851, em Londres, por Paul Julius Reuter. Tornou-se uma das principais redes internacionais de informação.

reportagem, os norte-americanos preferiam que outra nação adotasse medidas de retaliação contra a Guatemala.

Se o constitui [uma ameaça ao Hemisfério Ocidental], as Repúblicas americanas poderiam agir contra a Guatemala, de acordo com o Pacto de Defesa do Rio de Janeiro⁹⁶ e a recente Declaração de Caracas sobre a infiltração comunista no Continente. Não obstante, funcionários norte-americanos declararam que os próprios Estados Unidos não pedirão que se adote qualquer medida contra a Guatemala. Preferem que a iniciativa parta de qualquer outra nação americana. (O GLOBO, 18 mai. 1954, 1ª seção, p. 8).

Na capa de 20 de maio, o periódico destacou, na parte inferior da página, com fundo escuro e letras brancas, a manchete “A Nicarágua rompeu relações diplomáticas com a Guatemala”. Em nota reproduzida da AFP, informou-se a suspensão das relações diplomáticas entre os dois países. A reportagem recordou que as relações haviam sido restabelecidas em 1951, pois havia “a impressão e a esperança de que o presidente Jacobo Árbenz não seguiria as diretivas comunistas que haviam caracterizado a administração do presidente Juan José Arévalo” (O GLOBO, AFP, 20 mai. 1954, 1ª seção, p. 1). Segundo a embaixada nicaraguense, essa expectativa não se confirmou.

No dia seguinte, *O Globo* voltou a destacar em sua capa, com base em matéria veiculada pela UP, a manchete “Reunião dos chanceleres americanos para estudar o caso da Guatemala”. Embora o jornal não tenha informado anteriormente que a Nicarágua havia sugerido o encontro, a matéria registrou que os Estados Unidos “acolheram hoje com satisfação a declaração nicaraguense de que talvez seja necessária uma reunião dos ministros do Exterior dos Estados Americanos para debater o problema da ameaça comunista no Hemisfério Ocidental” (O GLOBO, UP, 21 mai. 1954, 1ª seção, p. 1).

Em uma breve nota publicada na quinta página do jornal, entre outras relacionadas à política externa, informou-se que o embaixador nicaraguense nos Estados Unidos, Guillermo Sacasa, afirmou que, após as “atividades comunistas” na

⁹⁶ O Pacto de Defesa do Rio de Janeiro, assinado em 1947, resultou na criação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). Ele estabeleceu as bases para um mecanismo de segurança coletiva e defesa mútua hemisférica nas Américas. A premissa central desse pacto era de que uma agressão externa contra um país americano seria considerada um ataque contra todos os Estados do continente, exigindo uma resposta militar ou diplomática conjunta. Contudo, a resolução anticomunista recém-aprovada na Conferência de Caracas (1954) flexibilizou essa regra, estabelecendo que a “infiltração do comunismo internacional” no controle de um Estado já configuraria uma ameaça ao continente.

região, indicava-se a necessidade de uma “reunião de consulta” para considerar o problema.

Na mesma página, em matéria não assinada intitulada “Armas para a Guatemala”, o jornal adotou um tom mais enfático ao abordar a suposta infiltração comunista no país. A reportagem estabeleceu uma aproximação entre nazismo e comunismo – associação que o jornal fazia com frequência – ao afirmar que “os comunistas superaram em muito os seus mestres nazistas [no que se refere aos métodos de propaganda política]” (O GLOBO, 21 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

Destacou ainda a alegada incongruência dos defensores do governo guatemalteco, ao sustentar que este seria apenas “nacionalista” e que a má vontade que existe contra o governo guatemalteco não passaria “de campanha promovida pela United Fruit, cujas propriedades na Guatemala foram confiscadas” (O GLOBO, 21 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

A reportagem sustentava que seria “evidente” que a Guatemala se configurava como “um satélite soviético”, argumentando que o carregamento de armas proveniente da Polônia constituiria prova dessa vinculação, já que “o país não iria exportar armas para um país americano sem o consentimento de Moscou” (O GLOBO, 21 mai. 1954, 1ª seção, p. 5)⁹⁷. Por outro lado, registrava também a existência de posições divergentes, ao relatar que diplomatas guatemaltecos em Washington afirmavam que “a Guatemala, como um país soberano, pode comprar armas onde bem quiser”, tratando-se apenas de uma “simples transação comercial” (O GLOBO, 21 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

Os vermelhos confessos e os criptos-comunistas aceitarão pressurosamente o argumento. Mas a opinião livre das Américas vê com indisfarçável receio a ameaça que o fato representa, a extrema gravidade que está assumindo o caso da Guatemala como uma cabeça de ponte vermelha no hemisfério e chega a concordar com o senador Wiley, da Comissão de Relações Exteriores do Senado americano, que acha que cabe uma consulta entre os Governos americanos sobre a alarmante ocorrência. (O GLOBO, 21 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

Até então, *O Globo* não havia noticiado resposta oficial de membros do governo guatemalteco. Isso ocorreu apenas no dia 22, em matéria distribuída pela

⁹⁷ O armamento adquirido pela Guatemala em 1954 foi fornecido pela Tchecoslováquia, incluindo armas de fabricação tchecoslovaca e excedentes alemães da Segunda Guerra Mundial. A associação com a Polônia deveu-se ao embarque no porto polonês de Szczecin, de onde partiu o cargueiro sueco *Alfhem*.

INS, sob o título “O chanceler Toriello responde aos EE. UU.”. O jornal destacou que o ministro Toriello rompeu o silêncio e declarou: “a Guatemala não é uma colônia norte-americana e não precisa de permissão do governo dos Estados Unidos para comprar material bélico, onde deseje” (TORIELLO, INS, 22 mai. 1954, 1ª seção, p. 5). Toriello declarou não ter realizado negociações com a União Soviética nem com a Polônia. Ressaltou, contudo, que, ainda que isso tivesse ocorrido, “estaria usando, legitimamente, de seu direito, como país soberano para comerciar livremente com qualquer país” (TORIELLO, INS, 22 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

“Potências estrangeiras tentam exercer o domínio nas Américas” foi a manchete publicada na capa do periódico no dia 26 de maio. A chamada ocupava a parte superior da página, com letras em branco sobre fundo em negrito. A reportagem principal foi publicada na sétima página, em matéria especial assinada por Arides Visconti⁹⁸.

A publicação afirmou que as armas adquiridas pela Guatemala teriam provocado “a mais séria crise já enfrentada pela Organização dos Estados Americanos” (VISCANTI, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 7). A matéria apresentou, ainda, duas interpretações divergentes: a da “penetração comunista no hemisfério”, sustentada pelos Estados Unidos, e a da “intervenção econômica norte-americana”, defendida pelos guatemaltecos. Em apoio à posição norte-americana, o senador Willey afirmou que:

Ninguém, no Hemisfério Ocidental, tenta ditar a qualquer um como dirigir seus próprios negócios. Entretanto, ressentimos que potências estrangeiras tentem exercer domínio entre nós. Tornamos este ponto de vista claro, recentemente, em Carracas, quando 17 republicas americanas declararam unanimemente que “o domínio ou controle das instituições de qualquer Estado americano pelo movimento do comunismo internacional, estendendo para este hemisfério o sistema político de uma potência extra-continental, constituiria uma ameaça à liberdade e independência política das Américas, fazendo perigar a paz e requerendo uma reunião de consulta, a fim de serem consideradas as adoções de medidas apropriadas, e de acordo com os tratados existentes”. As notícias de recém-desembarque de armamento procedente da Cortina de Ferro⁹⁹ são alarmantes e da maior gravidade para a União Interamericana e para a causa da liberdade do hemisfério. Pode-se ter certeza de que qualquer embarque partido da Cortina de Ferro, seja de

⁹⁸ Arides Visconti foi identificado como repórter d’*O Globo* junto ao Itamaraty na década de 1950. Não foram localizadas informações biográficas mais detalhadas.

⁹⁹ Expressão consagrada no contexto da Guerra Fria para designar a divisão político-ideológica da Europa entre o bloco capitalista ocidental e o socialista oriental. Popularizou-se após discurso de Winston Churchill, em 5 de março de 1946, em Fulton (EUA), embora já tivesse sido empregada um ano antes pelo ministro nazista Joseph Goebbels.

uma, mil ou duas mil toneladas de armas, faz parte do plano comunista. E este plano visa apenas a um objetivo – a dominação do mundo. (WILLEY apud VISCONTI, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 7).

Percebe-se, portanto, que o senador norte-americano retoma teses defendidas durante a conferência de Caracas, ao sustentar a necessidade de combate à interferência comunista no continente. Essa posição implicava a possibilidade de convocação de uma reunião de consulta entre os países americanos, com o objetivo de definir eventuais medidas a serem adotadas.

A iniciativa de convocar uma reunião para examinar o caso guatemalteco foi assumida pela Nicarágua, que já havia rompido relações diplomáticas com o país. A ditadura de Anastasio Somoza declarou “a iniciativa de requerer, junto à O.E.A., a convocação extraordinária da Reunião de Consulta.” (VISCONTI, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 7). O posicionamento foi reforçado pelo embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos, ao afirmar que “o acontecimento é grave e logicamente nos faz pensar na possibilidade de uma consulta inter-americana em aplicação dos postulados do Pacto do Rio de Janeiro e da Declaração Anti-comunista em Caracas” (SACASA apud VISCONTI, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 7).

Em resposta às acusações formuladas pelos Estados Unidos e pela Nicarágua, o embaixador guatemalteco nos Estados Unidos, Alfredo Chocano¹⁰⁰, contestou as alegações ao afirmar que “as acusações que nos assacam são absurdas e representam uma intervenção em nossos assuntos particulares” (CHOCANO apud VISCONTI, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 7).

A Guatemala, como qualquer outro país, está comprando armas para o seu exército. Desde há dois anos procurávamos adquirir este armamento nos Estados Unidos, mas nos eram negadas licenças de exportação pelo Governo americano. Buscamos, então, outras fontes, entre elas a Polônia, que nos forneceu o de que necessitamos. (CHOCANO apud VISCONTI, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 7)

Enquanto isso, na seção *O GLOBO em foco*, uma manchete de destaque afirmava: “Dulles fala na necessidade de ação interamericana no caso da Guatemala”. A cobertura enfatizava reiteradamente a possibilidade de conflito na América Central, apresentando o país como ameaça à região e aos interesses dos Estados Unidos. Em matéria da UP, o Secretário de Estado declarou que o envio de

¹⁰⁰ Alfredo Chocano foi diplomata guatemalteco, atuando como encarregado de negócios em Washington e delegado junto à OEA durante a crise de 1954, no governo Jacobo Árbenz. Não foram localizadas informações seguras sobre suas datas de nascimento e morte.

“armas comunistas” daria à Guatemala “tremenda superioridade militar” sobre seus vizinhos, podendo inclusive ameaçar o Canal do Panamá (O GLOBO, UP, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

A questão guatemalteca também foi debatida no Senado brasileiro. Na seção *Legislativo em ação*, o jornal afirmava a existência de um “perigo para o continente”. A matéria destacou o pronunciamento do senador Assis Chateaubriand¹⁰¹ (1892–1968), que declarou que a política armamentista do país centro-americano atentaria contra a segurança continental. Acrescentou ainda que “a Guatemala procura estabelecer, dentro do continente americano, uma cabeça de ponte com a União Soviética e com o sistema do Estado satélite, que constituiu a primeira linha do avanço russo sobre o continente” (CHATEAUBRIAND apud O GLOBO, 26 mai. 1954, 1ª seção, p. 9). Concluiu defendendo a convocação de uma reunião de consulta entre os chanceleres do continente.

Na capa do dia 27, *O Globo* destacou declaração do coronel guatemalteco Enrique Parinello¹⁰². Em matéria reportada pela UP, o militar afirmou que “o exército da Guatemala está agora em condições de repelir qualquer agressão, venha de onde vier” (PARINELLO apud O GLOBO, UP, 27 mai. 1954, 1ª seção, p. 1). A reportagem indicou que, segundo o coronel, a aquisição de armamentos não deveria ser interpretada como ameaça. Declarou que o governo de seu país seria “amante da paz”, mas advertiu: “[caso necessário] estamos prontos para sacrificar nossas vidas em defesa da pátria!” (PARINELLO apud O GLOBO, UP, 27 mai. 1954, 1ª seção, p. 1).

Em matéria não assinada intitulada “Tensão na América Central”, o periódico apresentou novos desdobramentos após entrevista coletiva concedida por Foster Dulles no dia anterior, em Washington. A reportagem destacou que a compra de armamentos pela Guatemala preocupava o continente, especialmente os Estados Unidos e os países centro-americanos. No texto, Dulles afirmou que seriam adotadas duas medidas contra a Guatemala: uma de caráter militar e outra diplomática.

¹⁰¹ Assis Chateaubriand (1892–1968) foi jornalista, empresário e político brasileiro, fundador dos *Diários Associados*, um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina. Exerceu mandato como senador entre 1952 e 1957 e atuou como embaixador do Brasil no Reino Unido de 1957 a 1961

¹⁰² Enrique Parinello foi coronel do Exército da Guatemala e chefe do Estado-Maior durante a crise de 1954 que levou à queda de Jacobo Árbenz. Não há registros seguros sobre suas datas de nascimento e morte.

A primeira já estaria em curso, com o envio de armamentos norte-americanos para Honduras e Nicarágua. A segunda consistiria na convocação de reunião de consulta entre os governos do continente, visto que “a remessa das armas vermelhas seria considerada um ato de intervenção no hemisfério por uma potência não-americana, o que justificaria a ação dos outros Estados americanos” (O GLOBO, 27 mai. 1954, 1ª seção, p. 5).

Na capa do periódico de 28 de maio, foram publicadas duas notícias relacionadas à Guatemala. A primeira apresentava um mapa da América Central com a proporção entre população total e número de “comunistas” em cada país. A Guatemala foi indicada com quase três milhões de habitantes e cerca de dois mil “comunistas”. Entre os países mencionados, apenas a Costa Rica apareceu com número superior ao guatemalteco.

Honduras e Nicarágua foram retratados com quantitativos considerados insignificantes de adeptos do “credo moscovita”. O mapa (Figura 04) também trazia uma caixa de texto com a informação de que “um navio da Polônia comunista desembarcou em Puerto Barrios na Guatemala, cerca de 2 mil toneladas de armamentos” (O GLOBO, UP, 28 mai. 1954, 1ª seção, p. 1). Honduras e Nicarágua mantinham tensões com o governo Árbenz e, naquele momento, receberam apoio dos Estados Unidos. Como relata Eisenhower em seu livro de memórias, após expressar preocupação com a situação da Guatemala:

“estava enviando armas por avião para Honduras e Nicarágua a fim de ajudar a neutralizar os danos causados pelo envio tcheco. Nosso envio inicial consistia em apenas cinquenta toneladas de fuzis, pistolas, metralhadoras e munições; dificilmente suficiente para provocar temor nos Estados vizinhos.” (EISENHOWER apud UGALDE, 2004, p. 320)

A segunda matéria sobre a conjuntura política guatemalteca informava acerca da “consulta geral sobre a Guatemala”, proposta pelo embaixador norte-americano no Brasil. Na reportagem, *O Globo* publicou entrevista com James Scott Kemper¹⁰³ (1886–1981), na qual o diplomata declarou que seu governo acompanhava com preocupação a situação no país centro-americano, mas afirmou que “os Estados Unidos não apresentarão qualquer sugestão para resolvê-la” (KEMPER, 28 mai. 1954, 1ª seção, p. 1).

¹⁰³ James Scott Kemper (1886–1981) foi empresário e diplomata norte-americano. Atuou como embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1953 e 1956, durante o governo Eisenhower.

Essa postura integrava um discurso recorrente das autoridades norte-americanas, que buscavam demonstrar respeito ao princípio de não intervenção nos assuntos internos de outras nações. O próprio Kemper acrescentou que “é preciso que, por meio de uma consulta geral, os países signatários do tratado do Rio de Janeiro se manifestem” (KEMPER apud O GLOBO, UP, 28 mai. 1954, 1ª seção, p. 1).

Figura 5 – Mapa da América Central e distribuição demográfica de comunistas.



Fonte: O GLOBO, UP, 28 mai. 1954. 1ª seção, p. 01

O *Globo* voltou a publicar, em sua capa, matéria relacionada ao envio de “armas para a América Central”, veiculada a partir da INS. A reportagem afirmou que a Guatemala estaria “perturbando a solidariedade hemisférica” em razão de suas “simpatias e relações com os vermelhos”. Acrescentou que tal cenário estaria associado à “chegada de um carregamento de armas vindas da Polônia Comunista a Puerto Barrios naquela república centro-americana” (O GLOBO, INS, 01 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Na mesma edição, ainda na capa, outro país manifestou apoio à convocação de uma reunião de consulta, sob o título “Recomenda a Colômbia a convocação dos chanceleres”. Em matéria veiculada n’O *Globo* a partir da AFP, o

ministro das Relações Exteriores colombiano, Evaristo Sourdis¹⁰⁴ (1905–1971), afirmou que, em razão do desembarque de armas no Caribe – sem menção direta à Guatemala – seria conveniente “recorrer-se à resolução anticomunista de Caracas, para examinar-se com frio ânimo de justiça a situação no Caribe, a fim de evitar um golpe de surpresa e consequências irreparáveis” (SOURDIS apud O GLOBO, AFP, 01 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Na seção *O GLOBO em foco*, recebeu destaque uma nota veiculada pelo jornal carioca a partir da UP, sob o título “presidente da Guatemala disposto a entendimento pessoal com Eisenhower” (O GLOBO, UP, 01 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). A matéria indicou que o presidente Jacobo Árbenz estaria disposto a um encontro direto para “aliviar a tensão” na América Central, “se existe realmente a vontade, de ambas as partes, de conseguir tal entendimento” (O GLOBO, UP, 01 jun. 1954, 1ª seção, p. 5).

No dia 08, *O Globo* voltou a destacar a situação política guatemalteca, novamente com manchetes na capa. Em matéria veiculada a partir da Reuters, o jornal reiterou a relevância da convocação de uma reunião de consulta entre os chanceleres do continente, sob o título “Convocação dos chanceleres americanos”. O periódico informou que a convocação ainda não havia sido formalizada, mas que “será feita por uma ou mais nações da América Central”. Até então, as reportagens não indicavam protagonismo direto dos Estados Unidos na iniciativa; contudo, a matéria ressaltou que havia também a possibilidade de que os próprios Estados Unidos convocassem a conferência (O GLOBO, R., 08 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Em matéria veiculada n’*O Globo* a partir da INS, destacou-se que o comunismo “age livremente na Guatemala”. Segundo a reportagem, um congressista da Califórnia – não informado – esteve no país e afirmou que o “perigo comunista” seria concreto. Na continuidade da cobertura, o jornal noticiou que “estão sendo armadas milícias populares na Guatemala”. De acordo com a matéria, Castillo Armas teria declarado que a formação dessas milícias seria uma “sugestão dos comunistas” e que as democracias do continente estariam sob ameaça.

o CHEFE dos anti-comunistas guatemaltecos exilados declarou que a Governo da Guatemala, por sugestão dos comunistas, está distribuindo

¹⁰⁴ Evaristo Sourdis (1905–1970) foi advogado, diplomata e político colombiano. Exerceu o cargo de ministro das Relações Exteriores em 1950 e entre 1953 e 1956, além de representar a Colômbia na ONU em 1953.

armas a milícias populares, recrutadas entre as fileiras de operários dirigidos pelos líderes vermelhos, para atacar outros governos da América latina.

O tenente-coronel Carlos Castillo Armas informou que o carregamento de armas no valor de dez milhões de dólares, que a Guatemala recebeu no mês passado de um país comunista está sendo empregado para "armar a quinta Coluna, que brevemente estenderá seu raio de ação às democracias do Continente". (O GLOBO, UP, 08 jun. 1954, 1ª seção, p. 5).

O jornal informou, em sua capa, que “será mesmo em Montevidéu a reunião dos chanceleres”. Apesar de nota da AFP indicar a possibilidade de realização do encontro em Quitandinha, em Petrópolis, a própria matéria confirmou que “segundo apuramos no Itamaraty, a reunião dos chanceleres será mesmo em Montevidéu. [...] não houve nenhum acordo para que o conclave se efetuasse em Quintandinha” (GLOBO, AFP, 10 jun. 1954, 1ª seção, p. 1). O periódico acrescentou que o Brasil atuava de forma ativa na condução das tratativas, “recebendo consultas e tomando a iniciativas de fazê-las” (GLOBO, AFP, 10 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

De fato, o Brasil desempenhou participação decisiva no processo, inclusive na definição do local, sendo o Uruguai uma indicação de Vicente Rao.

O Uruguai seria escolhido, por sugestão de Ráo, como o local da Reunião. Sua intenção na escolha da sede de Montevidéu era a de premiar o país por sua tradição democrática. A partir desse momento, as chancelarias brasileira e norte-americana estariam empenhadas em condenar a Guatemala na OEA. (BAPTISTA JUNIOR, 2013, p. 108-109)

Após a divulgação da compra de armamentos pela Guatemala, foi convocado o Primeiro Congresso contra a intervenção soviética na América Latina¹⁰⁵. O evento repercutiu no noticiário e o almirante brasileiro Carlos Penna Botto¹⁰⁶ (1892–1973), ao retornar do congresso no México, ganhou espaço no jornal. Na ocasião, afirmou que a “situação na Guatemala é gravíssima” e atribuiu o processo de “bolchevização” à revolução iniciada em 1944, conforme citado a seguir:

O regime marxista atual na Guatemala era preparado desde a revolução de outubro de 1944, que pôs fim a ditadura do general Ubico, [...] A decepção não se fez esperar pois o novo presidente [Juan José Arévalo] começou a “comunistizar” o país auxiliado pelo atual presidente Árbenz Guzman [Ministro da Defesa à época]” (BOTTO apud O GLOBO, 10 jun. 1954, 1ª seção, p. 9).

O almirante Botto demonstrou conhecimento sobre a história recente da Guatemala e buscou reconstruir a narrativa da “intervenção comunista” a partir da

¹⁰⁵ Realizado na Cidade do México, em 1954, o Primeiro Congresso contra a intervenção soviética na América Latina teve caráter não governamental, sendo organizado por entidades e redes anticomunistas. Reuniu militares, políticos, jornalistas e representantes de organizações civis de diversos países do continente.

¹⁰⁶ Carlos Penna Botto (1892–1973) foi almirante da Marinha do Brasil, com atuação destacada nas décadas de 1940 e 1950. Associado a posições conservadoras e fortemente anticomunistas.

Revolução Guatemalteca de 1944. Segundo Botto, o primeiro governo revolucionário, representado pelo presidente Arévalo “desconfigurou totalmente a nação”.

Em nova matéria de capa, veiculada a partir da UP, *O Globo* informou que jornalistas estrangeiros estavam “sob rígida censura”, sob a manchete “Cortina de ferro na Guatemala!”. A reportagem afirmava que “a rígida censura imposta pelo governo da Guatemala a todos os correspondentes estrangeiros impediu, ontem, que a United Press pudesse falar pelo telefone com seu correspondente na capital guatemalteca” (GLOBO, UP, 11 jun. 1954, 1ª seção, p. 1). Novamente a questão da liberdade de imprensa virou assunto do jornal.

No dia seguinte, o jornal publicou, em pequena nota na capa, que a Guatemala participaria da conferência. Informou-se que o país enviaria representantes para a reunião de consulta, embora a proposta formal ainda não tivesse sido encaminhada ao governo guatemalteco. Em matéria veiculada a partir da UP, destacou-se que, mesmo sem data definida, o encontro ocorreria “em princípios de julho”, em Montevidéu. A reportagem acrescentou que “são boas as perspectivas de aprovação, por esmagadora maioria, de um projeto de resolução, dos EE. UU., condenando o predomínio comunista na Guatemala” (O GLOBO, UP, 12 jun. 1954, 1ª seção, p. 5).

O Globo voltou a conceder espaço ao almirante Penna Botto, em matéria intitulada “a Guatemala é hoje uma pequena Rússia”. O militar afirmou que o país centro-americano, assim como a Rússia, possuía uma população majoritariamente anticomunista, mas estaria “dominada por uma minoria comunista que o governa com mão de ferro” (BOTTO apud O GLOBO, 14 jun. 1954, 1ª seção, p. 9).

Acrescentou ainda que tanto Arévalo quanto Árbenz teriam sido eleitos mediante “coação contra a vontade do povo”, sugerindo a deslegitimação de processos eleitorais democráticos, curiosamente quando resultam na ascensão de lideranças com posicionamentos políticos divergentes do seu.

Segundo Botto, na Guatemala o “trabalho é escravo, assim como na Rússia”, e a reforma agrária aparece como eixo central do programa comunista no país. De acordo com o almirante, “a atividade comunista do Governo da Guatemala reflete-se, principalmente, na reforma agrária” (BOTTO apud O GLOBO, 14 jun. 1954,

1ª seção, p. 9). Para reforçar a gravidade da situação descrita, Botto solicitou a divulgação de um telegrama do mexicano Jorge Prieto Laurens¹⁰⁷ (1895–1955), no qual se afirmava que:

o Governo Árbenz não precisa, por enquanto de campos de concentração, porque serão decapitados todos os anticomunistas. Urge protestos perante a imprensa de cada país e enviar mensagens ao Presidente Árbenz, em nome da Humanidade, em face dessa ameaça de um novo São Bartolomeu. (O GLOBO 14 jun. 1954, 1ª seção, p. 9).

Podemos observar a manifestação do que, nos termos de Chartier, se configura como um “esquema intelectual incorporado”, ao mobilizar referências aos campos de concentração e ao massacre de São Bartolomeu para aludir ao que supostamente ocorria na Guatemala.

O periódico carioca voltou a mencionar a situação guatemalteca ao afirmar que o Brasil poderia participar de um eventual bloqueio ao país, caso fosse solicitado. Apesar do destaque editorial, a própria reportagem ressaltou que não havia “nada de concreto sobre o bloqueio”, tratando-se apenas de hipótese. Na mesma página, em nota da AFP, o jornal reproduziu informações atribuídas ao governo guatemalteco segundo as quais aeronaves de origem desconhecida teriam sobrevoado o território nacional.

De acordo com o governo da Guatemala, os aviões sobrevoaram a região costeira e lançaram armamentos, “notadamente fuzis e fuzis-metralhadores que apresentavam gravado o escudo da foice e martelo” (O GLOBO, AFP, 18 jun. 1954, 1ª seção, p. 1). Posteriormente, em boletim oficial, autoridades do país declararam que o episódio poderia constituir uma tentativa de imputar “calúnias” ao governo, com o objetivo de justificar uma possível ação hostil. Conforme declarou o Ministro do Interior – não identificado no texto:

um novo ato de provocação tendente a fazer acreditar que fuzis, suposta ou realmente fabricados na Rússia, tenham sido lançados na Guatemala a fim de caluniar o Governo, acusando-o de ser instrumento de uma potência estrangeira, e justificar assim o criminoso atentado que se preparada contra a Guatemala (O GLOBO, AFP, 18 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Após a compra de armamentos da Tchecoslováquia, a pressão política sobre a Guatemala intensificou-se significativamente. Países latino-americanos passaram a defender a convocação de uma reunião de consulta na OEA,

¹⁰⁷ Jorge Prieto Laurens (1895–1955) foi político e jornalista mexicano, ligado a posições anticomunistas. Não tinha cargo eletivo no ano de 1954.

conforme previsto na resolução anticomunista aprovada em Caracas. Paralelamente, tropas lideradas por Castillo Armas preparavam-se para ingressar no país. Diante desse cenário, Árbenz adotou duas frentes de ação: “internamente mobilizaria seu exército contra tropas invasoras. Externamente: buscaria o apoio (na ONU) para aplicar sanções internacionais contra o que considerava como ato de agressão por parte dos governos de Honduras e da Nicarágua” (BAPTISTA JUNIOR, 2013, p. 116).

2.4 – A INVASÃO DA GUATEMALA E O GOLPE CONTRA JACOBO ÁRBENZ

2.4.1 – A invasão à Guatemala e os contrastes informativos n’O *Globo*

A invasão das forças contrarrevolucionárias lideradas por Castillo Armas ocorreu em 18 de junho e foi noticiada pela primeira vez no dia 19. Ao longo deste subcapítulo, observa-se que as informações sobre a situação na Guatemala chegam, em geral, com um dia de defasagem, a partir de material majoritariamente oriundo de agências de notícias internacionais. Destaca-se, ainda, a circulação de versões conflitantes, o que evidencia incertezas – e até questionamentos – quanto à veracidade dos fatos noticiados por parte do jornal carioca.

O *Globo* estampou na capa, em letras garrafais, a manchete “Alarmante notícias sobre a Guatemala”. A nota publicada abaixo do título informava que o *Chicago Sun-Times* anunciava a invasão do país, indicando que o movimento era liderado pelo chefe da oposição no exílio, o coronel Castillo Armas (O GLOBO, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Em uma breve nota da UP, o jornal noticiou que o correspondente da NBC em Tegucigalpa¹⁰⁸, capital de Honduras, informou que Porto Barrios¹⁰⁹ havia caído em poder das forças invasoras (O GLOBO, UP, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 1). O periódico também indicou que novos telegramas sobre a situação da Guatemala estavam disponíveis na quarta página.

Em uma das matérias publicadas, o jornalista Gerry Richard¹¹⁰, do *Chicago Sun-Times*, em texto reproduzido pel’O *Globo* a partir da UP, relatou que:

o chanceler da Guatemala, Guillermo Toriello, declarou aos jornalistas que "começou a batalha pela Guatemala". Acrescentou que durante a noite passada aviões não identificados bombardearam tanques de gasolina, culpando do ataque ao coronel Carlos Castillo Armas, chefe da oposição no exílio, que, segundo Toriello, dirige a invasão do país. "A Guatemala se encontra ante uma grave situação" – disse o Ministro. Neste momento, meu país foi invadido". A informação expressa que Toriello fez essas declarações às 18 horas. (O GLOBO, UP, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 4).

¹⁰⁸ Tegucigalpa era o centro da conspiração e logística militar. A capital hondurenha funcionou como o quartel-general e a principal base de operações das forças mercenárias lideradas por Castillo Armas antes da invasão.

¹⁰⁹ Puerto Barrios, principal porto atlântico da Guatemala tinha relevância estratégica e econômica. Ali chegou o navio Alfhem com armas tchecoslovacas, episódio utilizado pelos EUA como pretexto para acelerar a intervenção em 1954. Durante a operação, forças de Castillo Armas fracassaram ao tentar invadir Puerto Barrios, sendo derrotadas por civis e pela Guarda Civil, apesar de notícias falsas sobre a queda do porto (TORRES-RIVAS, 2008, p. 46).

¹¹⁰ Não foram encontrados dados biográficos precisos Gerry Richard.

Era de conhecimento público que exilados guatemaltecos estabelecidos em Honduras estavam preparados para invadir a Guatemala. A relação político-diplomática entre os dois países também foi abordada em diversas matérias d’*O Globo*. Em uma nota da UP, o jornal informou que “homens armados, contrários ao governo do presidente Jacobo Árbenz, da Guatemala, se dirigem da Ilha de Hogg em direção a Puerto Barrios e de Tegucigalpa rumo à fronteira guatemalteca” (O GLOBO, UP, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 4).

Diante desse cenário, o ministro guatemalteco Guillermo Toriello entregou à imprensa uma nota destinada ao governo hondurenho, na qual “solicita com urgência a detenção e o desarmamento dos desterrados guatemaltecos que se encontram em território hondurenho” (O GLOBO, UP, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 4). Com base nas declarações do ministro, o governo de Honduras afirmou manter “firme neutralidade ante a crise da Guatemala” e emitiu uma nota em que dizia:

O governo de Honduras cultiva as melhores relações com a Guatemala e está observando estritamente sua neutralidade, não permitindo que em seu território se formem grupos armados para penetrar pelas fronteiras na República guatemalteca. Com este fim estabeleceu um serviço de vigilância em suas fronteiras, com instruções categóricas para que essa neutralidade seja cumprida à risca. (O GLOBO, UP, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 5).

O governo de Honduras manteve declarações que indicavam alinhamento diplomático com a Guatemala ao defender o fim do recrutamento de exilados guatemaltecos em território hondurenho, “a fim de impedir que tramem uma revolução contra o Governo do presidente Jacobo Árbenz” (O GLOBO, INS, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). Além disso, advertiu o coronel Carlos Castillo Armas a se abster de “desenvolver atividades desse tipo [...] sob pena de ser expulso do país” (O GLOBO, INS, 19 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). Apesar dessas declarações,

o país [Guatemala] foi invadido a partir de Honduras por uns 200 voluntários comandados por Castillo Armas, oficial guatemalteco exilado. Embora Honduras protestasse sua inocência, as armas e a incursão por terra e ar procediam daquele país. (SELSER apud TORRES-RIVAS, 2008, p. 45)

Em 21 de junho, a capa do *O Globo* foi dominado por notícias sobre a crise política guatemalteca. No alto da página, uma matéria da UP informando que os Estados Unidos tinham advertido a Rússia (O GLOBO, UP, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 1). Durante reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os Estados Unidos enviaram uma mensagem a Moscou para que o país se mantivesse “à margem deste hemisfério”, em referência direta à conjuntura guatemalteca.

Outras duas notas também direcionaram atenção ao coronel Castillo Armas. Na parte superior esquerda da capa, foi publicada uma fotografia de tamanho médio de Armas. Logo abaixo, outra chamada destacava o título “Ganha impulso a Revolução na Guatemala”. Sobre Castillo Armas, o jornal ressaltou que:

De acordo com telegramas aqui chegados a respeito da revolução na Guatemala, está sendo apontado como chefe da mesma o ex-comandante da aviação militar guatemalteca, Carlos Castillo Armas, que se vê na fotografia acima. O ex-oficial está exilado há algum tempo, em virtude da sua oposição ao atual governo da Guatemala e teria voltado ao país à frente de uma coluna Invasora, partida da república vizinha de Honduras. (O GLOBO, INS, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

O jornal carioca entrevistou o embaixador da Guatemala no Brasil, Jorge Luis Arriola¹¹¹. As perguntas iniciais concentraram-se nos problemas enfrentados pelo país, especialmente a invasão em curso, as acusações de conivência – ou tolerância – com o comunismo no continente americano e a compra de armamentos de países do bloco socialista.

O diplomata afirmou que a chamada “rebelião” resultava de um conluio entre monopólios norte-americanos e “dois governos centro-americanos”, que teriam apoiado e permitido a organização de opositores ao governo Árbenz. Nesse sentido, declarou que “a rebelião, ou melhor, a invasão, é o último capítulo de um drama que vem sendo preparado pelos inimigos do regime democrático” (ARRIOLA apud O GLOBO, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 2).

Ao rebater a acusação de que a Guatemala seria uma “ponta de lança” do comunismo no continente, Arriola negou que o país representasse ameaça à solidariedade continental ou à segurança do Canal do Panamá, como alegavam autoridades norte-americanas. Argumentou que a Guatemala possuía limitada capacidade militar e baixo poder de defesa aérea, afirmando que “não pudemos fazer frente aos aviões incursores, que metralharam ou bombardearam cidades indefesas, pois não dispomos de aviões para contê-los” (ARRIOLA apud O GLOBO, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 2).

No que se refere à aquisição de armamentos, o embaixador guatemalteco declarou que as armas não haviam sido compradas “nem na Polônia,

¹¹¹ Jorge Luis Arriola Ligorría (1906–1995) foi diplomata, historiador e intelectual guatemalteco. Nascido em 18 de novembro de 1906, atuou no serviço exterior em postos como Paris, Lisboa, Roma e Rio de Janeiro, além de representar a Guatemala no Brasil durante o governo Árbenz.

nem na Rússia, embora confirme que as adquirimos em certo país da ‘cortina de ferro’” (ARRIOLA apud O GLOBO, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 2).

Embora parte da imprensa da época sustentasse essas acusações sobre a Polônia, os armamentos foram adquiridos na Tchecoslováquia – informação que não foi mencionada pelo jornal. O diplomata acrescentou que a compra ocorreu porque, desde o governo Arévalo, os Estados Unidos se recusavam a vender armas à Guatemala, além de fazer pressão política para que a Guatemala não pudesse comprar (UGALDE, 2004, 316).

O *Globo* também concedeu espaço ao ministro hondurenho Raúl Alvarado Tróchez¹¹². Em declaração evasiva, o ministro afirmou não possuir confirmação oficial dos acontecimentos, mas ressaltou que seu governo era “declaradamente anticomunista”. Além disso, respondeu às acusações do ministro guatemalteco Guillermo Toriello – que atribuía a Honduras a origem das invasões – afirmando que “esses invasores poderiam ter partido de qualquer das repúblicas vizinhas da Guatemala” (TRÓCHEZ apud O GLOBO, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

Mais uma vez, evidencia-se o desenrolar das “lutas de representações”, conforme a formulação de Chartier, por meio da comunicação diplomática centro-americana. Enquanto Toriello e Arriola criticavam a postura hondurenha, o governo de Honduras procurava minimizar a situação. A declaração de Tróchez, por sua vez, reforçava esse posicionamento ao negar qualquer vínculo com a trama golpista. Ainda assim, a participação de Honduras e da Nicarágua, com o apoio estratégico dos Estados Unidos, revelou-se determinante no episódio.

[...] uma força expedicionária comandada pelo coronel Carlos Castillo Armas atravessou a fronteira guatemalteca desde bases em Honduras e El Salvador. Simultaneamente, aviões insurgentes procedentes da Nicarágua invadiram o espaço aéreo guatemalteco em numerosas oportunidades. O objetivo do autodenominado Exército de Libertação Nacional era provocar uma irregular interrupção do mandato legítimo, constitucional e reformista do então presidente Jacobo Arbenz Guzmán. Sabe-se que o Exército de Libertação Nacional foi, na realidade, organizado, financiado e armado pela Agência Central de Inteligência (CIA), no marco da denominada operação PBSUCCESS. (AVILA, 2022, p. 1-2)

Em matéria não assinada, *O Globo* apresentou um posicionamento pouco comum em relação ao seu repertório. Embora reafirmasse críticas à influência comunista no país, o texto também condenava a invasão que a Guatemala enfrentava.

¹¹² Não foram encontrados dados biográficos precisos Tróchez.

A reportagem sustentava que, apesar de reduzido em termos numéricos, o comunismo exerceria influência significativa na política nacional, afirmando que “sem dúvidas o governo do presidente Árbenz, embora não seja vermelho, é simpatizante” (O GLOBO, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 9). Segundo a matéria, esse quadro não poderia ser contestado, tampouco seria possível negar a ameaça que tal cenário representaria para o continente.

O texto apontava, também, a existência de tensões políticas e comerciais decorrentes das chamadas “políticas esquerdistas” do país, além de caracterizar como “complexo” o cenário político guatemalteco. Paralelamente, destacava haver um “desconhecimento quase completo” acerca da realidade política centro-americana. A partir dessas premissas, a matéria concluiu que:

é difícil acreditar na espontaneidade do movimento de exilados políticos guatemaltecos que acaba de invadir aquele país em oposição ao governo Arbenz. Todas as presunções indicam que os invasores contam com auxílio externo, circunstância aliás que se tem verificado em quase todas as revoluções e levantes da América Central. Nestas condições, o processo é condenável, por mais que reconheçamos a ameaça que representa o governo cada vez mais vermelho da Guatemala. (O GLOBO, 21 jun. 1954, 1ª seção, p. 9).

O trecho é bastante revelador quanto ao posicionamento d’*O Globo* em relação ao golpe, evidenciando uma postura crítica adotada pelo jornal. Embora mantivesse um claro alinhamento anticomunista e críticas ao governo guatemalteco, reconhecia como condenável a postura intervencionista adotada contra a Guatemala.

No dia seguinte, a situação política da Guatemala ocupou posição central na cobertura jornalística, dominando parte significativa da edição. Com destaque para a manchete “derrota dos invasores”, o jornal noticiou que tropas de Castillo Armas teriam sido, inicialmente, repelidas pelas forças governistas, com continuação do noticiário na sexta página. O periódico apresentou ainda um mapa ilustrativo da invasão e dos riscos estratégicos atribuídos ao país, destacando que a Guatemala se encontrava “apenas entre 1200 e 1400 quilômetros do Canal do Panamá, Flórida e Cuba e outros pontos estratégicos” (O GLOBO, 22 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Em contrapartida, os países do continente – entre eles os Estados Unidos – defendiam que o tema fosse tratado no âmbito de uma reunião de consulta da Organização dos Estados Americanos. Dessa forma,

[após ser informado da invasão à Guatemala], o Sr. Vicente Ráo enviou instruções ao nosso representante junto ao Conselho de Segurança da ONU para empenhar-se a fim de transferir a apreciação da matéria para a órbita da Organização dos Estados Americanos, o que acaba de se verificar, coroando, assim, a primeira etapa da nossa ação diplomática do caso guatemalteco. (O GLOBO, 22 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

A matéria ressaltou o alinhamento entre Brasil e Estados Unidos ao indicar que ambos compartilhavam uma “agenda mais ou menos semelhante”. Nesse sentido, interessava a ambos que o tema fosse tratado fora da esfera da ONU.

Nem os Estados Unidos, nem o Brasil desejavam que a queixa da Guatemala fosse discutida no Conselho de Segurança da ONU. A atuação do governo brasileiro junto à ONU, seria baseada na crença de que a discussão no Conselho de Segurança, além de esvaziar o poder da Organização dos Estados Americanos, abria espaço para que a URSS opinasse sobre os assuntos do hemisfério. A prioridade do governo brasileiro se resumia a combater o comunismo, preservar a autoridade da OEA e cooperar com o governo norte-americano em acordo com a tradição monroísta e pan-americanista da Política Externa Brasileira neste período. (BAPTISTA JUNIOR, 2013, p. 116-117)

No dia 23 de junho, o jornal publicou, na capa, matéria que sintetizava essas versões conflitantes, sob o título “Anunciam vitórias governistas e rebeldes da Guatemala”. Enquanto o “alto comando do exército informa que invasores continuam sendo derrotados”, os rebeldes afirmavam o “avanço pelo interior do país, mencionando as cidades conquistadas” (O GLOBO, 23 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Novamente, o periódico reuniu notas de diferentes agências. Em texto da UP, reproduzindo mensagem de Luís Coronado Lira¹¹⁴, informava-se que as tropas rebeldes estariam cumprindo seus objetivos e avançando pelo território, sustentando que Árbenz “sabe que sua derrota é iminente, porém não vacilou em desencadear a guerra civil e embeber de sangue o solo da nossa pátria” (O GLOBO, UP, 23 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

Em contraposição, nota da AFP, ao reproduzir comunicado oficial do governo guatemalteco, afirmava que a situação permanecia dentro da normalidade, com a população “calma e entregue às ocupações habituais, com exceção dos

¹¹⁴ Luis A. Coronado Lira foi aliado de Carlos Castillo Armas durante a crise guatemalteca de 1954, atuando como chefe de propaganda do movimento rebelde e, posteriormente, como Secretário Privado da Presidência após o golpe. Não há registros consolidados de suas datas de nascimento e morte.

residentes nas zonas onde o exército combate o inimigo” (O GLOBO, AFP, 23 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

Na capa do dia 24, *O Globo* divulgou a “primeira radiofoto da luta na Guatemala”, na qual foram registradas forças rebeldes posicionadas em frente a uma igreja na cidade de Esquipulas. Segundo a publicação, a localidade teria sido ocupada quase sem resistência. Abaixo da imagem, a legenda indicava incertezas quanto ao estágio real do confronto, colocando em dúvida a situação efetiva dos combates no país.

Apesar dos renhidos embates até agora travados, não se pode ainda dizer para que lado pende a sorte das armas. Os comunicados expedidos pelo quartel-general de ambas as forças em luta mostram um tom francamente otimista, o que faz supor que a campanha ainda não entrou na sua fase decisiva. (O GLOBO, 24 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Sobre os conflitos armados no país centro-americano, o jornal informou que “rebeldes e legalistas continuam se duelando com notícias contraditórias de vitórias e derrotas” (O GLOBO, 25 jun. 1954, 1ª seção, p. 6). Em nota da UP, sob o título “Exércitos invisíveis”, alegou-se que “os órgãos de propaganda do Governo e dos rebeldes asseguram que obtiveram ‘importantes’ e ‘sangrentas’ vitórias. Entretanto, os beligerantes não apresentam provas de suas afirmações” (O GLOBO, UP, 25 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

2.4.2 – “O menino, o papagaio e a Guatemala”

Para além dos textos mais diretamente ligados à política, o tema da Guatemala passou a aparecer em diferentes tipos de reportagens. Na capa do dia 26, por exemplo, foi publicada matéria da INS sobre a “aventura de dois estudantes norte-americanos através da Guatemala”. O texto consistia, na prática, em uma entrevista com o jovem estadunidense Frank Baker Jr., que, ao relatar sua experiência de viagem pelo país ao lado de um amigo, afirmou que “sou um fugitivo da Guatemala. Na capital, não se permite aos norte-americanos nenhuma viagem” (O GLOBO, INS, 25 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

Baker relatou que as alfândegas “não consentem o trânsito de bagagem de norte-americanos” e destacou o alto nível de vigilância. Segundo o estudante, ao decidirem fugir para El Salvador, partiram antes do nascer do sol e tiveram de “tomar estradas secundárias, pois a rodovia principal estava cheia de

guardas e reservada ao trânsito das viaturas militares” (O GLOBO, INS, 25 jun. 1954, 1ª seção, p. 1). O estudante norte-americano afirmou ainda que foram detidos e permaneceram mais de uma hora sob interrogatório, sendo posteriormente liberados. Ao cruzar a fronteira, declarou que “foi um alívio que experimentamos quando nos vimos ‘fora da revolução’” (O GLOBO, INS, 25 jun. 1954, 1ª seção, p. 1).

A narrativa do estudante norte-americano mostra-se bastante significativa para evidenciar como se construíam as representações sobre a situação política da Guatemala. Ao enfatizar um ambiente de vigilância intensa, ele destaca traços autoritários do país, evidenciando um contexto em que liberdades individuais – como a de ir e vir – não eram plenamente respeitadas. Contudo, ao mesmo tempo em que descreve esse cenário de vigilância extrema, o estudante também relata, ainda que com dificuldades, o processo de sua própria liberação.

Já na primeira página do segundo caderno, em sua coluna diária intitulada “Contraponto”, o escritor amazonense Amadeu Thiago de Mello (1926–2022) publicou uma anedota sob o título *O menino, o papagaio e a Guatemala*, veiculada pelo jornal *O Globo*. No texto, o autor relembra que empinar papagaio – ou pipa – era uma de suas brincadeiras preferidas na infância, afirmando que soltar papagaio “é quase como uma arte”. Entretanto, a narrativa não tratava propriamente da brincadeira, mas utilizava-a como recurso alegórico.

Em sua narrativa, o escritor relata que, em seu bairro, havia um rapaz chamado Mario Pinga Fogo, conhecido por “cortar o papagaio de todo mundo”, sendo considerado o melhor empinador da região. Em um bairro distante, por sua vez, existia outro rapaz, chamado Modestino, descrito como “o maioral de sua rua”, igualmente famoso por sua habilidade com papagaios.

A rivalidade entre ambos era intensa; contudo, por residirem em bairros distintos, não “trançavam” linhas, de modo que “cada qual seguia, entre ameaças e glórias, certo de que venceria o outro” (O GLOBO, 25 jun. 1954, 2ª seção, p. 1). Trata-se de uma evidente alusão à dinâmica geopolítica da Guerra Fria, especialmente ao conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética.

O autor afirma que, nessa disputa simbólica, posicionava-se ao lado de Mario Pinga Fogo por pertencer ao mesmo bairro e, sobretudo, por adquirir dele

suas pipas, destacando que, além de exímio empinador, “Pinga Fogo era também um excelente fabricante de papagaios” (O GLOBO, 25 jun. 1954, 2ª seção, p. 1).

O texto evidencia uma relação de dependência em relação ao fabricante de papagaios, aspecto que se torna ainda mais evidente ao relatar que, apesar de sua fama de “cortador de linhas”, Pinga Fogo era condescendente com os meninos de sua rua, desde que estes comprassem seus papagaios (O GLOBO, 25 jun. 1954, 2ª seção, p. 1). A alegoria torna-se ainda mais explícita quando o escritor narra o momento em que consegue produzir seu próprio papagaio, enfatizando o sentimento de realização diante da conquista

Corri a empiná-lo, na manhã de vento feliz e orgulhoso. Mas, de repente, vi que um papagaio grande e flechador, de rabiola imensa, embicava para cima do meu. Ora, eu não tinha cerol, e tentei desviar-me, aflito, flechando para o lado contrário. Mas o outro me perseguiu, veloz ao vento a favor, e logo a sua linha tocou na minha: só foi bater, lá se foi o meu! Cheio dessa revolta que se alteia em alma de menino, larguei a linha inútil e corri para ver quem me cortara. No fim da rua encontrei Mario Pinga Fogo empinando papagaio: exatamente o papagaio que me cortara. Fiquei perplexo, aterrado. Sempre o tivera em conta de meu amigo. Acreditei-me sonhando: Pinga Fogo seria incapaz de tamanha ruindade. Mas a verdade terrível era aquela: fora Mario Pinga Fogo quem me cortara. Olhei para ele: ele ria ruim. Foi quando descobri que ele me cortara de maldade, simplesmente porque eu mostrava desejos de Independência, fazendo os meus próprios papagaios.

Essa me foi das mais amargas lições da infância. Amarga lição que, no entanto, me tem permitido entender muita coisa nesta vida. Como, por exemplo, esta agressão da Guatemala pelos Estados Unidos. (O GLOBO, 25 jun. 1954, 2ª seção, p. 1).

Na alegoria apresentada por Amadeu, é possível identificar uma forte crítica aos Estados Unidos, interpretada pelo autor como uma forma de agressão à Guatemala. Chama atenção o fato de que essa agressão, representada pela figura de Mario Pinga Fogo – em alusão aos Estados Unidos –, tem início no momento em que o menino busca sua própria autonomia ao construir seu próprio papagaio. Esse elemento pode ser entendido como uma metáfora para a tentativa do governo guatemalteco de promover um desenvolvimento nacional mais independente da influência norte-americana. Desse modo, observa-se uma denúncia, por parte do jornal, dos recentes acontecimentos na Guatemala.

Amadeu, poeta amazonense, teve sua obra marcada pela defesa do meio ambiente, das populações indígenas e dos direitos humanos. Atuou como jornalista n’*O Globo* entre 1953 e 1955, assinando a coluna diária “Contraponto”, dedicada a retratar aspectos do cotidiano. Posteriormente, exerceu a função de adido

cultural do Brasil na Bolívia e no Chile, período em que estabeleceu contato com o poeta Pablo Neruda. Ambos colaboraram na tradução de suas obras: Neruda verteu textos de Amadeu para o espanhol, enquanto Amadeu traduziu poemas do chileno para o português. Após o golpe militar de 1964, foi afastado de seu cargo e passou anos no exílio.

2.4.3 – Da queda de Árbenz à consolidação de Castillo Armas

Como de costume, o jornal não publicou edição no domingo, dia 27, quando Árbenz renunciou ao cargo. Na segunda-feira, dia 28, entretanto, o jornal atualizou informações sobre os conflitos na Guatemala, sob o título “Já organizado pelos rebeldes um governo provisório, na Guatemala”. Segundo reportagem da UP, o governo provisório de Castillo Armas “anunciou, ontem à noite, os nomes de cinco membros do Gabinete revolucionário guatemalteco” (O GLOBO, UP, 28 jun. 1954, 1ª seção, p. 16).

Além disso, na seção *O GLOBO em Foco*, noticiou-se que as forças de Armas haviam tomado a cidade de Chiquimula e que as tropas avançavam para outras localidades. Conforme a matéria, “as operações militares progridem agora em direção a Zacapa, importante centro revolucionário na linha que liga a Cidade da Guatemala a Puerto Barrios” (O GLOBO, AFP, 28 jun. 1954, 1ª seção, p. 16). Ademais, segundo fontes dos rebeldes guatemaltecos, parte do Exército do país estaria se juntando às tropas invasoras.

Na capa do outro caderno, em letras garrafais, o jornal anunciou que “Renunciou o presidente Árbenz da Guatemala”. A manchete era acompanhada por uma fotografia do presidente Jacobo Árbenz. Na sexta página, a notícia sobre a renúncia ocupou grande parte da folha. Logo abaixo do título, foram publicadas duas pequenas fotografias: a primeira mostrava um avião lançando suprimentos para as tropas rebeldes na cidade de Esquipulas; a segunda retratava o coronel Carlos Castillo Armas e o coronel Miguel Mendoza ao lado de suas tropas, no contexto do conflito armado em Guatemala.

O presidente Jacobo Árbenz renunciou ao cargo e em seu lugar assumiu o coronel Carlos Enrique Diaz. Segundo Árbenz, Diaz era “um homem leal ao povo da Guatemala” e ele saberia “conservar os benefícios e conquistas

alcançados pelo povo e, ao mesmo tempo, manter a paz e tranquilidade em nossas pátrias” (O GLOBO, UP, 28 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

O coronel Enrique Díaz era retratado como um “elemento anticomunista” pelo jornal *O Globo*. Ainda assim, Árbenz manifestou apoio ao militar ao afirmar que “um governo diferente do meu, mas inspirado pelos princípios da Revolução de Outubro, será sempre preferível a vinte anos de ditadura sob os bandos comandados por Carlos Castillo Armas” (O GLOBO, AFP, 28 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

Em contrapartida, em uma notícia reproduzida pela UP, com base em fontes ligadas aos rebeldes guatemaltecos, informou-se que, ainda antes da renúncia de Árbenz, uma ala do Exército teria aconselhado o presidente a tomar tal decisão e a transferir o poder “a alguém mais capaz de continuar o esforço bélico” (O GLOBO, UP, 28 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

Na capa do dia seguinte, *O Globo* destacou a manchete “Marcham sobre a capital da Guatemala as tropas insurretas”, remetendo a detalhes na quarta página. Em nota reproduzida pela UP, informou-se que, em transmissão radiofônica, Díaz teria solicitado apoio da população “para salvar a gloriosa Revolução de Outubro e suas conquistas sociais” (O GLOBO, UP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 4).

O comunicado mencionado configurou-se como resposta à exigência de rendição total imposta pelas forças lideradas por Castillo Armas. Nesse contexto, a figura de Díaz passou a ser questionada pelo periódico, que sugeriu a possibilidade de continuidade do governo de Jacobo Árbenz. Paralelamente, os rebeldes declararam que a luta contra o comunismo na Guatemala ainda não havia sido concluída.

Em uma transmissão captada nesta capital, a rádio rebelde guatemalteca, “Libertação”, afirmou que “a batalha da Guatemala ainda não terminou”:

o locutor, que disse ser porta-voz das forças rebeldes, fez notar que “os comunistas” figuraram entre os primeiros que enviaram mensagens de adesão ao novo presidente, “outra prova de que os postos-chaves do governo estão em mãos dos comunistas. Arbenz reconheceu o apelo do Partido Comunista. Nossa luta não é contra um homem, não é exclusivamente contra Arbenz. Nossa luta é contra o comunismo. Se Toriell[o] disse que a batalha da Guatemala começou, podemos dizer que a mesma não terminou” (O GLOBO, UP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 4).

As acusações contra Enrique Díaz prosseguiram em diferentes reportagens. Em nota da AFP, partidários de Castillo Armas afirmaram que a sucessão presidencial configuraria uma “revolução de palácio” e que Díaz seria membro “dos círculos familiares do Partido Comunista, que governa a Guatemala desde 1944” (O GLOBO, AFP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 4). Díaz teria declarado, após a renúncia de Jacobo Árbenz, que continuaria uma luta implacável contra os invasores e agradeceu ao “seu amigo e companheiro de armas, coronel Árbenz, a confiança que sempre lhe dispensara, bem como ao Exército” (O GLOBO, AFP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 4).

Na página seguinte, novamente em destaque na seção *O GLOBO em Foco*, o jornal publicou denúncia atribuída a Castillo Armas, segundo a qual a transmissão do poder na Guatemala seria inconstitucional (O GLOBO, AFP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). Em contrapartida, Díaz buscava adotar medidas para conter a crise política. Entre elas, noticiou-se que teria colocado na ilegalidade o Partido Guatemalteco do Trabalho, o partido comunista do país (O GLOBO, UP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 5).

Apesar dessa iniciativa, as críticas persistiram. O secretário da embaixada da Guatemala em Washington, Francisco Anguiano¹¹⁵, afirmou que a ilegalização do Partido Comunista seria “apenas uma manobra do Partido Comunista para conservar o controle do país” (O GLOBO, AFP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). Após essas declarações, segundo o periódico, Anguiano teria solicitado demissão de seu cargo diplomático.

Nesse contexto de instabilidade política, Carlos Enrique Díaz renunciou ao cargo de presidente apenas um dia após assumir, em 28 de junho, e a Guatemala passou a ser governada por uma junta militar¹¹⁶. Inicialmente, a junta permaneceu sob liderança de Díaz, passando a contar também com o ministro da

¹¹⁵ Não foram encontrados dados biográficos precisos de Anguiano.

¹¹⁶ Após a renúncia de Jacobo Árbenz (27 jun. 1954), sucederam-se três juntas militares na Guatemala. A primeira, liderada por Carlos Enrique Díaz e integrada por José Ángel Sánchez e Elfego H. Monzón. Em seguida, Monzón assumiu o poder e formou uma segunda junta, diretamente influenciada pelos Estados Unidos. Após negociações com Carlos Castillo Armas em San Salvador – mediadas por John Peurifoy –, instituiu-se, em 2 de julho, uma terceira junta de caráter transitório, que viabilizou a entrada de Castillo Armas na capital e sua posterior ascensão à presidência.

Defesa, José Ángel Sánchez¹¹⁷, e com Elfego H. Monzón¹¹⁸ (1912–1981), então ministro sem pasta. Entretanto, em 29 de junho, essa junta foi dissolvida para a formação de uma segunda junta, dessa vez sem a presença de Díaz e sob liderança de Monzón, que passou a negociar diretamente com Castillo Armas. O que o jornal não abordou até aquele momento foi a pressão política que Díaz enfrentou, principalmente pelo embaixador norte-americano John E. Peurifoy (1907–1955)¹¹⁹

O coronel Díaz declarou ilegal o Partido Guatemalteco do Trabalho e proclamou a continuidade da luta. Doze horas depois, foi forçado a renunciar em favor do coronel Monzón, ao se recusar a fuzilar os líderes políticos e sindicais exigidos por Peurifoy. (TORRES-RIVAS, 2008, p. 50)

No dia 30 de junho, *O Globo* noticiou que havia “acordos entre os [contra]revolucionários e o novo governo da Guatemala”, afirmando que “a junta militar do Governo e o coronel Castillo Armas chegaram a um acordo sobre a cessação da luta” (O GLOBO, UP, 30 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). Contudo, as negociações sobre a situação política do país prosseguiram, tendo Monzón, inclusive, convidado Castillo Armas a integrar seu corpo ministerial.

No dia anterior, os ataques das forças rebeldes durante o avanço em direção à capital guatemalteca teriam cessado “em toda a frente da guerra civil na Guatemala”. Segundo comunicado reproduzido a partir da UP, continuavam os “estudos” e “propostas de trégua”, mas o governo de Monzón teria sido advertido de que os rebeldes estavam preparados para retomar os combates caso suas condições de paz não fossem aceitas (O GLOBO, UP, 30 jun. 1954, 1ª seção, p. 6).

No dia 2 de julho, o periódico publicou em sua capa que os líderes guatemaltecos haviam alcançado um acordo definitivo. O arranjo previa a formação de uma nova junta militar, chefiada por Monzón, “vindo logo a seguir o coronel Castillo Armas, chefe das forças anticomunistas que invadiram a Guatemala” (O GLOBO, INS, 02 jul. 1954, 1ª seção, p. 6).

¹¹⁷ José Ángel Sánchez foi um coronel guatemalteco e Ministro da Defesa no governo Árbenz. Participou das articulações que antecederam o golpe e integrou a junta provisória de 27 de junho de 1954, com Díaz e Monzón. Não há dados sobre nascimento e morte.

¹¹⁸ Elfego H. Monzón Aguirre (1912–1981) foi um coronel guatemalteco de orientação conservadora. Após a renúncia de Árbenz, integrou a primeira junta militar e, em 29 de junho de 1954, liderou a deposição de Carlos Enrique Díaz, assumindo o poder provisório.

¹¹⁹ John E. Peurifoy (1907–1955) embaixador dos Estados Unidos na Guatemala, foi designado em outubro de 1953 com o objetivo específico de aumentar a pressão contra o governo de Árbenz. Peurifoy era um anticomunista ferrenho e atuou como o principal operador político da CIA e do Departamento de Estado no país.

Apesar do comunicado, as negociações entre Monzón e Castillo Armas foram marcadas por forte tensão, chegando a colocar em risco a consolidação do acordo. Armas desejava “entrar na capital da Guatemala à frente de suas tropas”, fator que contribuiu para as divergências entre ambos. Diante desse cenário, o governo dos Estados Unidos atuou como mediador. Conforme noticiado pelo jornal, “o embaixador norte-americano, Sr. Peurifoy, está tomando parte nas negociações que estão se realizando em São Salvador” (O GLOBO, AFP, 02 jul. 1954, 1ª seção, p. 5).

No dia seguinte, na seção *O GLOBO em foco*, foi noticiado que a população da Guatemala realizava comemorações pelo fim da “guerra civil” entre as forças em conflito. Segundo o periódico, “por toda a parte se ouviam os apitos das fábricas, o repicar dos sinos e o estampido de foguetes” (O GLOBO, UP, 03 jul. 1954, 1ª seção, p. 5).

Na mesma página, o jornal informou sobre o retorno de Armas e Monzón ao país, após o acordo firmado em El Salvador, na companhia do embaixador norte-americano John Peurifoy. Sob o título “Apoieótica recepção a Castillo Armas”, noticiou-se que “o povo, como todas as classes sociais, fez apoteótica recepção ao coronel Carlos Castillo Armas e a Elfego H. Monzon” (O GLOBO, AFP, 03 jul. 1954, 1ª seção, p. 5).

Apesar do clima de comemoração destacado pelo periódico, as reportagens também evidenciaram tensões e divergências entre lideranças guatemaltecas, além de incertezas quanto aos desdobramentos da conjuntura política do país. Em uma nota da UP veiculada pelo *O Globo*:

O coronel Castillo Armas pode ter vencido a guerra, mas parece haver perdido a paz. Pelo menos é esta a impressão que se tem nos círculos informados desta capital. Sua concordância em aceitar um cargo secundário na nova Junta de Governo assombrou a seus ardentes partidários. [...] seus partidários têm somente uma explicação para a aparente derrota de Castillo na mesa de negociação. A explicação é “a influência exterior”. (O GLOBO, UP, 03 jul. 1954, 1ª seção, p. 5).

O coronel Castillo Armas, conforme já mencionado, ocupava posição secundária na estrutura de poder, enquanto o coronel Monzón liderava a junta militar governamental. Essa configuração gerou insatisfação entre setores militares que participaram do movimento de “libertação” do país. Nesse contexto, Armas “realizou uma inesperada viagem a seu antigo quartel-general em Chiquimula, quando

aumentam as versões de um crescente descontentamento entre suas tropas pela solução que se deu à guerra civil” (O GLOBO, UP, 08 jul. 1954, 1ª seção, p. 9).

A viagem de Castillo Armas coincidiu com a circulação de queixas por parte dos soldados do "Exército Libertação", aqui e em Chiquimula. Acredita-se que Castillo Armas considerou necessário ir "pacificar" seus homens – soldados e oficiais – antes de prosseguir a tarefa de organizar o novo governo, que provavelmente passará a ser presidido por ele. Muitos dos partidários de Castillo Armas consideram que este não está recebendo plena cooperação dos três membros da Junta que representam o salientando que esse grupo não se mostra suficientemente energético com os comunistas. (O GLOBO, UP, 08 jul. 1954, 1ª seção, p. 9).

No dia 9 de julho, o jornal publicou, em sua capa, uma fotografia – em baixíssima resolução – acompanhada da informação de que o coronel Castillo Armas havia chegado à capital da Guatemala. Na legenda, afirmava-se que o militar teria chegado “à cidade da Guatemala, depois das conversações de paz em S. Salvador” (O GLOBO, INS, 09 jul. 1954, 1ª seção, p. 1). O que sugere que o registro fotográfico pode ter sido realizado no dia 3 de julho.

Além disso, em nota reproduzida da UP, destacou-se a formação de uma nova junta militar, desta vez sob a liderança de Castillo Armas. A matéria também indicou a participação ativa do embaixador estadunidense na Guatemala, Peurifoy, nas decisões políticas do país.

Posteriormente, em 1º de setembro, os dois membros restantes da junta também renunciaram aos seus cargos, o que possibilitou que Castillo Armas assumisse formalmente a presidência. Em 10 de outubro, o militar organizou um plebiscito para legitimar sua permanência no poder. Após eleições orais – nas quais os eleitores declaravam publicamente apoio ou rejeição à continuidade presidencial – Castillo Armas saiu vitorioso e foi oficialmente empossado no cargo em 4 de novembro.

2.5 – A QUESTÃO DOS EXILADOS GUATEMALTECOS NO BRASIL

Após o golpe contra Árbenz, em 27 de junho, iniciou-se um processo contrarrevolucionário liderado por Castillo Armas contra os apoiadores do governo deposto. Muitos desses apoiadores foram afastados de cargos políticos, enquanto outros foram presos ou assassinados, sobretudo em áreas rurais. As embaixadas de outros países na Guatemala passaram a receber grande número de pessoas que buscavam asilo após a consolidação de Armas no poder. Essas pessoas permaneceram em dependências diplomáticas até obterem autorização para deixar o país, o que, em muitos casos, ocorreu apenas meses depois, majoritariamente em setembro de 1954 – inclusive Árbenz e seus familiares.

O ex-presidente renunciou ao cargo e, conforme noticiado pelo jornal, “Árbenz obteve asilo na Embaixada do México”, acrescentando a nota que “não se sabe se Arbenz virá para o México” (O GLOBO, UP, 29 jun. 1954, 1ª seção, p. 5). Como indicado pela própria nota, após a residência na embaixada mexicana na Guatemala, instaurou-se um impasse em relação à situação imediata de Árbenz – assim como de muitos outros guatemaltecos na mesma condição. Passados alguns dias, em 6 de julho, em matéria veiculada pela UP, *O Globo* noticiou que “seria negado salvo-conduto ao ex-presidente Árbenz”, acrescentando ainda que o México:

encontra-se ante um dilema diplomático com relação ao que fazer com o ex-presidente Jacobo Árbenz, ora asilado na embaixada mexicana na Guatemala desde que caiu o seu governo. [...] Se a Guatemala conceder salvo-conduto ao ex-presidente, o que se supõe pouco provável, o México permitirá que ele viva em exílio neste país. (O GLOBO, UP, 06 jul. 1954, 1ª seção, p. 4).

Em algumas publicações, *O Globo* comentou a situação nas embaixadas da Guatemala. No caso da embaixada do México – a que concentrava o maior número de pessoas –, noticiou-se que havia “grave ameaça aos 500 asilados da Embaixada do México”. A matéria relatava o temor de um surto de febre tifoide e descrevia as condições de superlotação do prédio, “onde se acham quinhentas pessoas – homens, mulheres e crianças – ocupando cômodos que normalmente só podem abrigar o embaixador, sua família e hóspedes ocasionais” (O GLOBO, UP, 12 jul. 1954, 1ª seção, p. 12).

A partir do final de agosto, iniciaram-se movimentações de governos em favor dos guatemaltecos que estavam solicitando asilo em outros países. Em nota publicada em 30 de agosto, informou-se que “5 aviões da Força Aérea argentina

partirão de Buenos Aires, dia 1º de setembro, com destino à Guatemala, onde embarcarão os políticos desse país que se acham asilados na Embaixada da Argentina na Cidade da Guatemala” (O GLOBO, AFP, 30 ago. 1954, 1ª seção, p. 12).

Enquanto isso, *O Globo* publicou a primeira reportagem relacionada aos asilados que seriam recebidos no Brasil. Sob o título “A FAB transportará os asilados guatemaltecos”, o jornal informou que, após reunião no Ministério da Justiça para tratar do transporte desses exilados, foi decidido que a operação seria realizada pela Força Aérea Brasileira.

em um número de 38, se encontram refugiados em nossa embaixada naquele país. Ficou deliberado que 34 irão para o Território do Amapá, onde receberão toda a assistência do nosso Governo e, os restantes, virão para o Rio. Os asilados serão transportados em dois aviões da F. A. B. (O GLOBO, AFP, 02 set. 1954, 1ª seção, p. 11).

Dois dias depois, na seção *O GLOBO no Catete*, o jornal divulgou nova nota sobre os asilados guatemaltecos. Segundo a publicação, após reunião entre o então presidente brasileiro – àquela altura, Café Filho¹²⁰ – e o governador do Amapá, Janary Nunes¹²¹ (1912–1984), informou-se que “o governador revelou que em seu território já estão providenciadas as acomodações para os asilados guatemaltecos em número de 34” (O GLOBO, 04 set. 1954, 1ª seção, p. 4).

O ex-presidente Jacobo Árbenz somente conseguiu deixar a Guatemala em 10 de setembro. Além dele, outras figuras centrais do governo revolucionário também se exilaram, como Carlos Enrique Díaz, e o secretário-geral do Partido Comunista da Guatemala, José Manuel Fortuny. No dia seguinte, noticiou-se que Árbenz, ao chegar ao México, declarou à imprensa local que responderia às acusações que vinha sofrendo assim que tivesse pleno conhecimento de seu conteúdo.

Em 18 de setembro, *O Globo* publicou uma nota informando haver “assistência do Governo aos refugiados guatemaltecos”. A matéria indicava que os exilados chegariam em breve ao território do Amapá e os caracterizava como integrantes da “oposição ao atual governo daquela república”. Acrescentou-se, ainda, que o Itamaraty, com a presença do governador Janary Nunes, avaliava formas de

¹²⁰ Café Filho (1899–1970) assumiu o cargo em 24 de agosto de 1954, após o suicídio de Getúlio Vargas, de quem era vice-presidente, permanecendo na presidência até novembro de 1955.

¹²¹ Janary Gentil Nunes (1912–1984) foi um militar e político brasileiro, nomeado por Getúlio Vargas como o 1º Governador do então Território Federal do Amapá.

prestar assistência aos refugiados, embora, naquele momento, não fosse possível adotar medidas concretas devido ao desconhecimento acerca das aptidões profissionais dos asilados (O GLOBO, 18 set. 1954, 1ª seção, p. 7).

Já em 27 de setembro, *O Globo* publicou a primeira matéria com maior detalhamento sobre a situação dos exilados guatemaltecos no Brasil. Sob o título “Receiam falar em política os exilados guatemaltecos”, a matéria registrou que “encontra-se no Rio, desde sábado, quatro exilados guatemaltecos, dos [34] que se refugiaram na Embaixada do Brasil por ocasião da tomada da capital da República irmã pelas forças do coronel Carlos Castillo Armas” (O GLOBO, 27 set. 1954, 1ª seção, p. 3). Entre eles estavam Mario Moreno Moncada, Ricardo Hernández Ponce, Miguel Enrique Viteri Batres e Raquel Dávilla Pivaral¹²².

A reportagem informou que os guatemaltecos se encontravam instalados na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Ao tentar entrevistá-los sobre a conjuntura política de seu país de origem, *O Globo* registrou que os exilados “recusam-se a fazer declarações. Motivo: temem que suas famílias, que deixaram na pátria, venham a sofrer represálias por qualquer palavra menos amena que digam em relação ao Governo do coronel Carlos Castillo Armas” (O GLOBO, 27 set. 1954, 1ª seção, p. 3).

Mais adiante, Mario Moreno Moncada – que exercia o cargo de diretor do Instituto de Fomento da Produção da Guatemala – ressaltou que ele e os demais exilados manifestavam gratidão às autoridades do Brasil pelo tratamento que vinham recebendo.

Somos gratíssimos ao embaixador Francisco D’Alamo Lousada, que nos recebeu e nos tratou, durante todo o tempo em que permanecemos na Embaixada do Brasil, como também ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, à Força Aérea Brasileira, que nos trouxe para o Rio, e às autoridades de imigração, que nos estão tratando com toda a consideração. (O GLOBO, 27 set. 1954, 1ª seção, p. 3).

O jornal *O Globo* persistiu na dimensão política do tema e, após alguma insistência dos repórteres, Moncada declarou que “esperamos que a paz e a

¹²² Não foram encontradas muitas informações sobre os nomes citados acima. Uma reportagem do *The New York Times* datada do dia 10 de outubro, anunciou que Castillo Armas pedia a extradição de uma série de guatemaltecos exilados, inclusive Morena Moncada, Enrique Viteri e Raquel Dávilla Pivaral. Algumas documentações da CIA indicam que Viteri seria um “conhecido comunista” e teria sido acusado de atear fogo na casa de um coronel durante do processo que resultou na queda de Árbenz.

compreensão voltem ao povo da Guatemala” (O GLOBO, 27 set. 1954, 1ª seção, p. 3).

Na parte final da matéria, destacou-se que a maior parte dos exilados não foram encaminhados para o Rio de Janeiro, permanecendo “em Macapá, capital do Território Federal do Amapá, ao norte do Estado do Pará, na fronteira com a Guiana Francesa” (O GLOBO, 27 set. 1954, 1ª seção, p. 3). Segundo o periódico, essa localização os manteria geograficamente mais próximos de seu país de origem, caso houvesse possibilidade de retorno. Ainda conforme a reportagem, entre os exilados presentes no Amapá encontrava-se o deputado Fernando León¹²³, que, posteriormente, seria transferido para o Rio de Janeiro¹²⁴.

Em 02 de outubro, o jornal divulgou fotografias dos exilados e informou que os “guatemaltecos vivem em completa liberdade, participando da vida e da hospitalidade da capital do Território do Amapá” (O GLOBO, 2 out. 1954, 1ª seção, p. 9). Embora a notícia tenha sido publicada sem título, apresentou novos dados sobre a distribuição dos exilados na região Norte do Brasil. Entre os designados para essa região, havia 28 homens alojados na Escola Industrial do Governo e três mulheres hospedadas no Macapá-Hotel.

Dentre os exilados, destacavam-se dois ex-deputados – não identificados na reportagem – e cinco estudantes de Direito, que “se mostram satisfeitos com o tratamento que lhes está sendo oferecido” (O GLOBO, 02 out. 1954, 1ª seção, p. 9). As fotografias publicadas retratavam, de um lado, um grupo de guatemaltecos ao lado de uma piscina e, de outro, um segundo grupo posicionado em frente à Escola Industrial.

Ao analisar as fotografias (Figura 06), observa-se que os exilados guatemaltecos são representados como bem acolhidos no Brasil. Em uma das imagens, inclusive, aparecem em uma piscina, evidenciando os gestos de receptividade brasileira. Ao destacar que se encontravam em “completa liberdade”, o

¹²³ Não foram encontradas informações biográficas confiáveis. É possível que se trate do deputado peruano aprista Fernando León de Vivero, que, após a insurreição fracassada de 1948, permaneceu por dois anos asilado na embaixada cubana em seu país. Posteriormente, viveu no exílio, passando por diferentes países da América Latina.

¹²⁴ Embora não tenham sido encontradas fontes confiáveis sobre os exilados em destaque, observa-se que o jornal sugere que aqueles de maior projeção política foram transferidos para o Rio de Janeiro, ao passo que os demais permaneceram em Macapá.

jornal estabelece um contraponto com as conturbadas experiências vividas por eles em seu país de origem.

Figura 7 – Os guatemaltecos exilados no Brasil em 1954.



Fonte: O GLOBO, 02 out. 1954, 1ª seção, p. 9

Entretanto, diferentemente das narrativas apresentadas pelo jornal acerca da situação dos asilados guatemaltecos no Brasil, foram noticiados cenários contrastantes em outros países. Em 05 de outubro, o periódico divulgou que, no México, ocorreu “prisão e extradição para os refugiados políticos da Guatemala”. Acrescentou ainda que o ex-chefe da polícia secreta guatemalteca, Jaime Rosemberg, “e pelo menos outros quinze refugiados procedentes daquele país, foram detidos na Cidade do México e contra os mesmos se iniciou processo de extradição [...]” (O GLOBO, UP, 05 out. 1954, 1ª seção, p. 5).

No dia seguinte, o jornal reproduziu uma nota da AFP, na qual se afirmava a ocorrência de “numerosas prisões na Argentina”. Segundo a reportagem, teriam sido presos cerca de trezentos comunistas no país, e o inquérito teria demonstrado “a existência de contatos suspeitos entre dirigentes comunistas argentinos e alguns dos guatemaltecos recentemente trazidos por via aérea da Cidade da Guatemala” (O GLOBO, AFP, 06 out. 1954, 1ª seção, p. 6). Dias depois em uma nota veiculada a partir da INS, sob o título de “O perigo vermelho na América Latina”, o jornal destacou que:

O embaixador dos Estados Unidos na Guatemala, John Perifoy, declarou ontem em Washington que, apesar da derrubada do Governo pró-comunista

da Guatemala, o perigo vermelho continua ainda na América Latina. Prestando depoimento perante uma subcomissão do Senado, disse que o fato de alguns países darem asilo e proteção a elementos comunistas fugitivos da Guatemala representa um verdadeiro perigo para tais nações. (O GLOBO, INS, 09 out. 1954, 1ª seção, p. 5).

Semanas depois, a situação dos exilados guatemaltecos na Argentina permanecia tensa. Em nota replicada da Reuters, o jornal noticiou que foram “presos na Argentina 36 refugiados guatemaltecos”. A matéria ainda alegou que “comunistas guatemaltecos, partidários do ex-presidente Jacob Árbens [sic], foram presos ontem em Buenos Aires, porém não se sabe de que são acusados” (O GLOBO, R., 27 out. 1954, 1ª seção, p. 5). Segundo o parlamentar argentino Oscar Allende¹²⁵, descrito pela reportagem como “deputado radical”, “essas prisões constituem uma violação das mais elementares normas do direito de asilo” (O GLOBO, R., 27 out. 1954, 1ª seção, p. 5).

Tendo em vista esse contexto político, o governo da Guatemala solicitou a extradição dos guatemaltecos que se encontravam no Brasil, pedido que foi indeferido pelo governo brasileiro. Segundo *O Globo*, “a tradição do Direito brasileiro consagrada plenamente na Constituição de 1946 e nas leis em vigor, não permite, entretanto, a extradição por crime político. Nesses casos, o direito de asilo é rigorosamente respeitado” (O GLOBO, 13 out. 1954, 1ª seção, p. 14).

Em meio a essa disputa, o governo guatemalteco alegou que os exilados eram criminosos e respondiam a processos por “incêndio e homicídios”. Contudo, o jornal afirmou que as autoridades brasileiras competentes os tratavam como asilados, e não como prisioneiros ou criminosos. Além disso, noticiou que o Ministério da Justiça mantinha contato constante com o Itamaraty para obter informações sobre a situação dos exilados guatemaltecos, destacando que “todos estão bem instalados e trabalhando normalmente com o visto de permanência no país” (O GLOBO, 13 out. 1954, 1ª seção, p. 14).

Os exilados guatemaltecos, especialmente Carlos Moreno Moncada, receberam tratamento mais hostil por parte da Frente da Juventude Democrática (FJD). Segundo a entidade, Moncada seria um dos “principais colaboradores do

¹²⁵ Oscar Alende (1909–1996) foi médico e político argentino. Filiado à Unión Cívica Radical (UCR) e, posteriormente, um dos fundadores da União Cívica Radical Intransigente (UCRI), foi deputado nacional pela Argentina entre 1952 e 1955, governador da província de Buenos Aires (1958–1962) e candidato à presidência da República em 1963 e 1973.

governo comunista, desposto, de Jacobo Árbenz” (O GLOBO, 20 out. 1954, 1ª seção, p. 7). Ademais, a organização enviou um comunicado a’O *Globo* com o objetivo de rebater informações divulgadas pelo exilado guatemalteco acerca da situação política em seu país. Os principais motivos do pronunciamento da FJD foram:

1º) A F. J. D. considera uma deslavada mentira do Sr. Moncada a afirmação de que os bravos patriotas guatemaltecos, que destroçaram o Governo títere de Jacobo Arbenz, estavam vendidos ao imperialismo americano. Repta o Sr. Moncada que apresente provas. 2º) Considera completamente risível a afirmação do Sr. Moncada quando nega que houvesse qualquer interferência de Moscou, nos negócios do Governo Árbenz. Por que, então, a representação da Guatemala foi a única que se rebelou contra a declaração anticomunista? (O GLOBO, 20 out. 1954, 1ª seção, p. 7).

A FJD contestou a alegação de que Moncada nunca teria sido comunista e interpelou o guatemalteco nos seguintes termos: “estará o senhor Moncada disposto a, em terras brasileiras, repudiar o imperialismo soviético, como já repudiou o imperialismo americano?” (O GLOBO, 20 out. 1954, 1ª seção, p. 7). Além disso, advertiu as autoridades brasileiras sobre “a cobertura sentimental que se começa a fazer em torno desse cidadão”. Também, ressaltou que suas atividades deveriam ser averiguadas, sobretudo porque “ninguém sabe ao certo que papel deseja representar no território brasileiro” (O GLOBO, 20 out. 1954, 1ª seção, p. 7).

Em reportagem publicada no dia 26 de outubro, *O Globo* anunciou que os asilados da Guatemala estavam “Gratos ao Brasil”. A matéria afirmou que estavam “bem hospedados”, além de reafirmar o tratamento generoso que o governo brasileiro lhes destinava. Tal como em matérias anteriores, os guatemaltecos destacaram a boa receptividade e a “grandeza do espírito brasileiro” ao recebê-los. A matéria ressaltou, ainda, que parte dos exilados possuía qualificação profissional e demonstrava disposição para trabalhar no país, destacando-se que “alguns deles são técnicos tratoristas e estão dispostos a trabalhar nessa atividade, no Brasil” (O GLOBO, 26 out. 1954, 1ª seção, p. 13).

Já em 21 de dezembro, a postura brasileira em relação aos exilados guatemaltecos apresentou mudanças. O jornal noticiou que “Poderão deixar o Brasil os refugiados Guatemaltecos”. Segundo a matéria, o governo da Guatemala solicitou às autoridades do Brasil a extradição de parte dos exilados que se encontravam no país, e a Justiça brasileira teria restringido seus direitos de asilo enquanto a situação não se normalizasse.

A reportagem destacou ainda que “estudantes uruguaiois protestaram contra a atitude do nosso país que estaria negando o direito de livre trânsito a esses exilados, ‘em flagrante violação do direito de asilo’” (O GLOBO, 21 dez. 1954, 1ª seção, p. 12). Em resposta a essas alegações, por meio d’*O Globo*, o Itamaraty pronunciou-se alegando que:

A maioria dos exilados tem toda a liberdade de deixar o Brasil, quando bem entender, bastando que consiga “vistos” nos países de destino. Entretanto alguns estão impedidos enquanto a Justiça brasileira julga os casos de pedidos de extradição feitos pelo Governo guatemalteco sob a alegação de prática de crimes comuns. (O GLOBO, 21 dez. 1954, 1ª seção, p. 12).

Nesse trecho, observa-se um esforço do jornal em destacar a “cômoda” situação dos guatemaltecos em território brasileiro, ressaltando que o país respeitava os direitos dos exilados, inclusive diante das solicitações de extradição feitas por Castillo Armas. Ao mesmo tempo, evidencia-se um contraste com a situação em outros países, como a Argentina, onde se noticiou a prisão de alguns exilados guatemaltecos. Contudo, esse tom apaziguador se altera em dezembro, quando o jornal passa a indicar a possibilidade de extradição desses indivíduos para seu país de origem

Dessa forma, percebe-se novamente a evidência das ambiguidades do liberalismo d’*O Globo* em torno da questão dos exilados. Se, por um lado, o Brasil era retratado como um espaço em que o direito ao asilo era garantido, por outro, a ameaça do comunismo, associada à figura dos exilados guatemaltecos, levava o país a alterar sua postura e a colocar em xeque as garantias inicialmente concedidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1954 constitui um marco significativo na história da América Latina, sobretudo para a Guatemala, em razão do golpe de Estado que pôs fim à primeira experiência verdadeiramente democrática do país. Com a deposição de Jacobo Árbenz, instaurou-se um regime autoritário, iniciando um prolongado período de instabilidade política, que culminaria em uma guerra civil que perdurou por mais de três décadas e resultou em mais de 200 mil vítimas diretas, grande parte delas pertencente às populações indígenas maias. (GRANDI, 2004, p. 70).

No contexto de intensificação dos conflitos da Guerra Fria e da difusão de um clima de forte anticomunismo – não apenas no plano político, mas também no âmbito cultural, como evidenciado nas representações veiculadas n’*O Globo* –, o caso guatemalteco assume particular relevância. Embora o triunfo da Revolução Cubana, em 1959, seja frequentemente apontado como o principal ponto de inflexão do conflito no continente, o golpe contra Árbenz, que o antecede, revela-se igualmente decisivo para a configuração desse cenário.

A derrubada do governo guatemalteco marcou a consolidação de práticas intervencionistas por parte dos Estados Unidos e pode ser entendida como a primeira grande operação da CIA na América Latina. A utilização de estratégias de guerra psicológica, bem como o emprego de veículos de comunicação como instrumentos de desestabilização política, estabeleceu um modelo que seria posteriormente reproduzido em outros contextos, como no golpe militar de 1964 no Brasil.

Ademais, o episódio representou um momento importante nas relações diplomáticas interamericanas, evidenciando um forte alinhamento do Brasil à política externa estadunidense, com atuações relevantes em organismos como a OEA e a ONU em apoio às ações contra a Guatemala, na tentativa de conseguir melhores acordos econômicos.

a Política Externa Brasileira durante os governos Dutra e Vargas se pautam pela continuidade dos esforços a exaustão do governo brasileiro em reviver o "mítico" relacionamento especial que os dois países mantiveram durante a Segunda Guerra Mundial. [...] [na Conferência Econômica Interamericana¹²⁶] a delegação norte-americana, na liderança George Humphrey, secretário do Tesouro, relutou em comprometer seu governo com qualquer tipo de ajuda financeira a região, sepultando definitivamente qualquer possibilidade de

¹²⁶ Conferência Econômica Interamericana (Rio de Janeiro, 1954): considerada uma contrapartida dos Estados Unidos ao apoio latino-americano à resolução anticomunista aprovada na Conferência de Caracas, constituiu um encontro do sistema interamericano voltado à cooperação econômica continental.

aplicação de um plano econômico semelhante ao plano Marshall para a América Latina. (BAPTISTA JÚNIOR, 2013, p. 124).

Assim, na expectativa de obter benefícios econômicos semelhantes aos do Plano Marshall, o Brasil manteve-se alinhado aos Estados Unidos; contudo, tais expectativas se mostraram frustradas. Diante desse cenário, o país passou a buscar uma maior aproximação com a América Latina, movimento que, sob a liderança do presidente Juscelino Kubitschek, se materializou na formulação da Operação Pan-Americana¹²⁷, por meio da qual “o governo brasileiro assumiria uma política de caráter mais ‘argentina’” (BAPTISTA, 2013, p. 126).

Desse modo, a diplomacia brasileira passou a buscar maior autonomia em relação aos Estados Unidos e, com exceção do período inicial da ditadura militar, o país não voltou a estabelecer uma relação tão estreita com o governo norte-americano.

É importante destacar, ainda, a forma como se constituíram as representações acerca do golpe contra Árbenz, especialmente no que se refere ao papel desempenhado pelas agências internacionais na circulação das notícias. O *Globo* dependia amplamente do material produzido por essas agências para a cobertura dos acontecimentos.

Vale considerar que a atuação das agências não se dava de maneira homogênea. A comparação entre UP e a AFP é particularmente elucidativa. Embora ambas apresentassem traços de um anticomunismo feroz, a UP adotava, em geral, uma postura ainda mais enfática e crítica em relação ao governo de Árbenz. Por sua vez, a AFP, em determinados momentos, abria espaço para perspectivas do governo guatemalteco; e suas críticas eram, geralmente, em tom mais moderado – o que não implica ausência de posicionamentos críticos.

No caso d’O *Globo*, observa-se que as matérias produzidas pelo próprio jornal sobre a situação política na Guatemala eram menos frequentes do que aquelas oriundas das agências internacionais. O periódico chegou, inclusive, a reconhecer um “desconhecimento quase completo” acerca da situação guatemalteca, evidenciando sua dependência em relação às fontes externas. Ainda assim, o jornal elaborou análises próprias e, geralmente, adotou posições críticas ao governo

¹²⁷ A Operação Pan-Americana (OPA) foi uma iniciativa de política externa lançada pelo governo de Juscelino Kubitschek, em 1958, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da América Latina como estratégia para conter o avanço do comunismo no continente.

guatemalteco.

Ainda que predominem representações críticas ao governo de Árbenz – frequentemente associadas ao comunismo e à construção de uma suposta “ameaça” continental –, também é possível identificar, nas páginas do jornal, manifestações contrárias a essa leitura. Ou seja, a postura do periódico nem sempre expressou pleno alinhamento às agências e aos Estados Unidos, inclusive com questionamentos às próprias informações por elas veiculadas, bem como à intervenção norte-americana na Guatemala.

Nesse sentido, textos como os de Geraldo Silva – ao visitar a Guatemala e apresentar uma visão distinta daquela comumente difundida – e de Amadeu Thiago de Mello, que critica a intervenção dos Estados Unidos, revelam a coexistência de perspectivas diversas, evidenciando as disputas em torno das representações sobre o golpe na Guatemala em 1954.

Convém destacar que o jornal *O Globo* era o periódico de maior circulação no Brasil naquele momento e exerceu forte influência na construção de representações que associavam o governo de Jacobo Árbenz a uma “ameaça comunista”. Embora as políticas sociais implementadas pelo presidente guatemalteco, como a reforma agrária, possuíssem caráter democrático e buscassem ampliar o acesso à terra, o periódico carioca afirmava que tais medidas promoveriam a subversão da “estrutura social, econômica e política do país a partir da destruição da instituição da propriedade privada e da posterior implementação do comunismo no território nacional” (BAPTISTA, 2023, p. 269).

Essa postura pejorativa em relação à reforma agrária também se manifestou na forma como o periódico tratou o movimento trabalhista e os sindicatos. O amplo processo de sindicalização e as conquistas sociais alcançadas na Guatemala foram difundidas pelo jornal como evidências do avanço da dominação comunista na América Latina, sendo, por isso, duramente criticados pelo *O Globo*.

Apesar de defender a democracia em seu discurso, *O Globo* assumia posições elitistas e até mesmo antidemocráticas quando determinados processos políticos contrariavam seus interesses. No caso guatemalteco, foram identificadas matérias nas quais o jornal alegava que Jacobo Árbenz havia chegado ao poder graças aos votos de “massas ignorantes e iludidas”, supostamente seduzidas pelas promessas de reformas sociais.

Ainda que reconhecesse que o número de comunistas na Guatemala

era reduzido, o periódico sustentava que eles exerciam grande influência sobre a população em razão dos elevados índices de analfabetismo. Segundo essa análise, os “camponeses primitivos” seriam facilmente manipulados pelos comunistas, o que transformaria a Guatemala em um “foco infeccioso”, ao sugerir um perigo ao modelo democrático, na medida em que os comunistas teriam chegado ao poder e, de acordo com o jornal, colocado a própria democracia em risco.

Outra característica marcante d’*O Globo* era a defesa das liberdades individuais e da liberdade de expressão. Em sua cobertura sobre a Guatemala, *O Globo* acusava o governo Árbenz de atuar como um “agressor” dessas mesmas liberdades, publicando matérias que denunciavam supostas ameaças à democracia e reforçavam a imagem da Guatemala como um país autoritário. Tal posicionamento evidencia uma postura contraditória presente no jornal e, de maneira geral, na grande imprensa liberal dos anos 1950, uma vez que a defesa da democracia e da liberdade de expressão convivia com a rejeição às escolhas políticas e às demandas dos setores populares da sociedade (SANTOS, 2015, p. 210).

Assim, a partir da Revolução Cubana – inicialmente defendida pelo próprio periódico carioca em oposição à ditadura de Fulgêncio Batista¹²⁸ – e do processo que culmina no golpe militar de 1964 no Brasil, essa postura ambígua do liberalismo defendido pel’*O Globo* começa a se reduzir. Nos anos 1950 essas contradições ainda eram recorrentes. O jornal oscilava entre posições distintas, como no caso dos exilados guatemaltecos, ao defender o direito ao asilo apesar das críticas de setores anticomunistas, e ao criticar a intervenção militar na Guatemala, embora, em geral, tenha apoiado o movimento que depôs Jacobo Árbenz. Com o novo contexto político, essas tensões se atenuam. O combate ao comunismo passa a se sobrepor aos princípios liberal-democráticos, e o princípio da não intervenção na América Latina é progressivamente abandonado.

O golpe contra Jacobo Árbenz é um marco do processo de acentuação do anticomunismo no continente, processo que se intensificou após a Revolução Cubana. Após a queda de Árbenz as publicações no jornal sobre o ex-presidente caem significativamente, porém nos anos seguintes o ex-líder guatemalteco ainda é representado como uma ameaça comunista. Enquanto, Cuba,

¹²⁸ Fulgêncio Batista (1901–1973) foi ditador cubano, governando autoritariamente entre 1952 e 1959 após golpe militar. Seu regime, marcado por grande repressão, foi derrubado pela Revolução Cubana liderada por Fidel Castro.

após o triunfo dos revolucionários, era vista pelo jornal como um “centro de exportador da revolução pelo hemisfério” (O GLOBO, 14 nov. 1960, 1ª seção, p. 15), Árbenz foi associado à ilha pel’*O Globo* em alguns momentos, que alegava que o ex-presidente guatemalteco, com o auxílio de Fidel Castro, voltaria ao poder na Guatemala, “Árbenz prepara em Cuba uma invasão à Guatemala” (O GLOBO, 04 out. 1960, 1ª seção, p. 8).

Diante disso, nosso estudo destaca que *O Globo*, a despeito das ressalvas, contribuiu para a legitimação do golpe contra Árbenz, sobretudo em razão de sua postura anticomunista e das críticas dirigidas ao movimento trabalhista vinculado a conquistas sociais, como direitos trabalhistas, o processo de sindicalização e a reforma agrária, frequentemente associados pelo jornal como expressões de uma agenda comunista. Desde o início de 1954 até o período posterior à deposição do presidente, o jornal reiteradamente associou o governo guatemalteco ao comunismo. Ademais, o golpe também pode ser compreendido como um marco na intensificação da construção discursiva da “ameaça comunista” em escala latino-americana.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Susana Rodriguez. **Constantes y variantes en la generación y publicación de la fotografía periodística: instrumento de investigación**. Revista de História Regional y Local, Medellín: Universidad Nacional de Colombia, v. 4, n. 8, jul./dez. 2012, p. 401-418.
- ARÉVALO Juan José; ÁRBENZ Jacobo. **Discursos del doctor Juan José Arévalo y del teniente coronel Jacobo Árbenz Guzmán en el acto de transmisión de la presidencia de la República, 15 de marzo de 1951**. Guatemala, 1951.
- AVILA, Carlos Federico Domínguez. **Guerra Fria na América Latina: Olhares brasileiros sobre a queda de Jacobo Arbenz e a contrarrevolução na Guatemala (1954)**. In: Revista contemporânea – Dossiê nuestra América. Brasília, Centro Universitário Unieuro, 2012.
- _____. **Vargas, Eisenhower e a questão guatemalteca, 1954: uma análise de política externa**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, 2022.
- AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BAITZ, Rafael. **Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964)**. Dissertação, USP. São Paulo, 1998.
- BAPTISTA, B. F. **A questão da terra na grande imprensa: O discurso do jornal O Globo acerca da agenda pela Reforma Agrária no Brasil (1959 – 1964)**. 2023. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- BAPTISTA JUNIOR, Roberto **A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1951-1954) NA DEPOSIÇÃO DE JACOBO ARBENZ E O FIM DA ALIANÇA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS** Revista de historia de América, núm. 149, julio-diciembre, 2013, pp. 79-126
- BARRANCOS, Dora. **Mujeres en vilo: Género y Guerra fría en América Latina**. Cuadernos del Ciesal, Rosario: UNR, n. 20, 2021, p. 1-25.
- BARROS, José D’Assunção. **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 398-419, 2021.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (orgs.). **A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BIROLI, Flavia. **Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo de Juscelino Kubitschek**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004.
- CARNEIRO JUNIOR, Jadir José. **“Entre Cristianismo y Revolución, no hay contradicción”: o papel do cristianismo da libertação na Revolução Sandinista na Nicarágua (1972-1985)**. 2023. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2023.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim **“O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”**. in MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta:

a experiência brasileira. *A grande transação*. São Paulo, Editora SENAC, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Difel, 2002.

CHÉLEST, Alessandra Di Giorgi. **A Sociedade Interamericana de Imprensa como engrenagem do terrorismo empresarial midiático**. *Sur y Tiempo: Revista de História de América*, n. 12, p. 30–62, 2025. Disponível em: <https://syt.uv.cl/index.php/syt/article/view/5557>. Acesso em: 2026.

DECRETO 900. **Ley de Reforma Agraria. Guatemala: Departamento Agrario Nacional**, 1952. Disponível em: <https://geo.cepal.org/kbtx/auxwim84jdna7n95PoDqhG/Guatemala-900-1952.pdf>. Acesso em: 2026.

GANSTER, Rafael. **Industrialização e imprensa: o debate acerca da indústria automobilística durante o governo JK (1956-1961)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2017.

GARCÍA, R. “**Estos gringos no entienden nada**”: **Anastasio Somoza and the Regional Dimension of the 1954 Coup d’etat in Guatemala**. In: GARCÍA, R. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. [S. l.]: Oxford University Press, 2022.

GRANDIN, Greg. **A revolução guatemalteca**. São Paulo: ed. UNESP, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti: uma história de instabilidade política**. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE, 20., 2010, Franca. ANPUH/SP - UNESP-Franca, 2010.

MENDES, Ricardo A. S.; VENTAPANE, Jacqueline. **Jules Dubois: imprensa e ativismo político nos anos da Revolução Cubana**. In: SALES, Jean et al. (org.). *Revolução Cubana: ecos, dilemas e embates na América Latina*. Aracaju: IFS, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano, v. 3: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 243-271.

MOREIRA, Bruno de Oliveira. **De heróis a tiranos: jornal A Tarde, agências internacionais de notícias e a Revolução Cubana como representação jornalística (1959-1964)**. 2010. Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MUNHOZ, Sidnei J. **A Guerra Fria no Brasil: repressão política e resistência durante a primeira fase do conflito**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22. João

Pessoa: ANPUH, 2003.

_____. **Guerra Fria: história e historiografia**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020. Disponível em: <https://dokumen.pub/guerra-fria-historia-e-historiografia-1nbsped-9788547336707.html>. Acesso em: 2026.

NEVES, Lucília de Almeida. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 167-203.

PETTINÀ, Vanni. **América Central y la Guerra Fría: apuntes para una historia**. E.I.A.L. – Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe, v. 30, n. 1, 2019.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **Repensando a história comparada da América Latina**. Revista de História, [s. l.], v. 0, n. 153, p. 11, 30 dez. 2005.

_____. **O Brasil e a distante América do Sul**. Revista de História, n. 145, p. 127, 30 dez. 2001.

RAMPINELLI, Waldir José. **O primeiro grande êxito da C.I.A. na América Latina**. In: Ponto e Virgula: revista do programa de Estudos pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. São Paulo, PUC, 2007.

REICHEL, Heloisa Jochins. **O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947 – 1954)**. Porto Alegre, 2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. 2000. Tese – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Rodolpho. **A construção da ameaça justicialista: antiperonismo, política e imprensa no Brasil (1945-1955)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHILESINGER, Stephen & KINZER, Stephen. **Fruta Amarga: La CIA em Guatemala**. Cidade do México, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. **Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano, v. 3: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 49-96.

SILVA, Micael Alvino da. **Da América do Sul à América Latina: o Brasil e os Estados Unidos nas relações interamericanas (1933-1954)**. 2016. 180f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Paulo Renato da; DIAS JÚNIOR, Waldson de Almeida. **Crepúsculo dos ditadores? Representações sobre Stroessner e seu governo n’O Globo: autoritarismo, progresso e anticomunismo (1956-1961)**. Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 21, n. 40, p. 199–225, 2025.

TORRES–RIVAS, Edelberto. **Crisis y coyuntura crítica: la caída de Arbenz y los contratiempos de la revolución burguesa**. In: ROVIRA MAS, Jorge (org.).

Centroamérica: entre revoluciones y democracia. Buenos Aires: CLACSO; Bogotá: Siglo del Hombre, 2008, p. 33–69.

UGALDE, José Luis Valdes. **Estados Unidos: intervención y poder mesiánico: la Guerra Fría en Guatemala, 1954**. México: UNAM, 2004.